



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

André Luiz Palmeira da Silva

O DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
Análise da cobertura ambiental de *O Liberal* e *Folha de S. Paulo*

BELÉM – PARÁ
2019

André Luiz Palmeira da Silva

O DISCURSO MUDIÁTICO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
Análise da cobertura ambiental de *O Liberal* e *Folha de S. Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação. Área de concentração: Comunicação. Linha de pesquisa: Processos Comunicacionais e Mídiatização na Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Miranda Costa

BELÉM – PARÁ
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S586d Silva, André Luiz Palmeira da
O DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS : Análise da cobertura ambiental de O Liberal e
Folha de S. Paulo / André Luiz Palmeira da Silva. — 2019.
120 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Luciana Miranda Costa
Coorientador(a): Prof. Dr. Manuel José Sena Dutra
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Jornalismo. 2. Mudanças climáticas. 3. Amazônia. 4.
Análise do Discurso. 5. O Liberal . I. Título.

CDD 070.4493637

André Luiz Palmeira da Silva

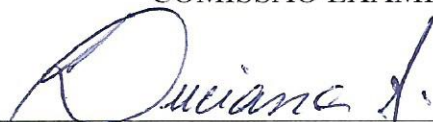
O DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
Análise da cobertura ambiental de *O Liberal* e *Folha de S. Paulo*

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Mestrado em Ciências da Comunicação, para a obtenção do título de mestre.
Orientadora: Profa. Dra. Luciana Miranda Costa

RESULTADO: APROVADO () REPROVADO

Data: 20 de março de 2019

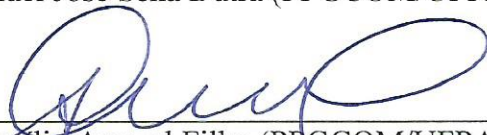
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Luciana Miranda Costa (PPGCOM/UFPA) – Orientadora



Prof. Dr. Manuel José Sena Dutra (PPGCOM/UFPA) – Coorientador



Prof. Dr. Otacilio Amaral Filho (PPGCOM/UFPA) – Examinador



Prof.^a Dr.^a Adaci Aparecida Oliveira Rosa da Silva (PPGCI/USP) – Examinadora

BELEM-PA
2019

AGRADECIMENTOS

Primeiramente... *Se fere minha existência, serei resistência!*

Agradeço primeiramente aos meus pais, Iandira e Antonio, que me proporcionaram uma educação baseada em respeito ao próximo, empatia e sempre me consideraram como indivíduo. A eles, todo meu amor. Ao meu irmão Antonio Fausto, minha referência acadêmica e quem me amparou nos momentos mais estressantes da vida acadêmica. Agradeço ao meu padrinho Adalcimar que ajudou nos meus estudos, assim como minha tia Iací que é uma grande incentivadora e tanto me ajuda também.

Minhas avós Raimunda Mendes e Luiza Emília (in memorian), meus eternos tesouros. Meu avô Manoel Fausto, todos os meus tios, primos e demais familiares. Ao Pedrinho, meu afilhado, e a Dedé, meu sincero carinho também.

Professora Luciana, obrigado pela parceria e suporte todos esses anos. Aos demais professores do PPGCOM/UFPA, especialmente Otacílio Amaral e Rosane Steinbrenner, que muito generosamente contribuíram com valiosas sugestões na dissertação, além da Professora Rosaly Brito, com quem tanto aprendi no Estágio Supervisionado. Ao Professor e Coorientador Manuel Dutra, obrigado pelas indicações e diálogos sobre a Amazônia. Aos demais servidores do PPGCOM, especialmente Juliana, sempre muito solícita. Agradeço também aos grupos de pesquisa COMPOA e “Mudanças Climáticas, Mídia Impressa e Políticas Públicas: uma análise do discurso jornalístico e sua interface com o discurso político”, por todo o conhecimento adquirido nas pautas debatidas. A Professora Adaci, pela honra de ter aceitado o convite para a defesa desta Dissertação.

Aos amigos e colegas de turma, obrigado pelas aulas divertidas, lanches e resenhas. Babi, especialmente, pela cumplicidade e por ouvir meus desabafos. Carol, por sempre ser tão gentil. Sentimento de gratidão também pela turma 2018 do PPGCOM e aos calouros da FACOM em 2018, com quem trabalhei no estágio supervisionado e nem parecia ofício de tão motivador e prazeroso que era.

À sétima arte, minha musa inspiradora eterna. Ao IESAM, faculdade de minha graduação, especialmente aos professores Milena Albuquerque e Roger Elarrat, este meu orientador de TCC e que me inspirou a gostar da pesquisa. Aos amigos verdadeiros (eles sabem que são). E a Deus, sempre!

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar o discurso sobre mudanças climáticas produzido nas coberturas sobre meio ambiente dos jornais *O Liberal* e *Folha de S. Paulo*, no ano de 2015, quando ocorreu a Conferência do Clima em Paris conhecida também como COP-21. Foi realizada uma análise comparativa entre os discursos dos jornais, abrangendo o mesmo período e utilizando o mesmo referencial teórico-metodológico, tendo por base principal a Semiologia dos Discursos Sociais, por meio de conceitos encontrados nas obras de autores como Eliseo Verón e Mikhail Bakhtin. A metodologia da pesquisa está ancorada na Análise do Discurso de vertente francesa, além do conceito de Formação Discursiva, de Michel Foucault. Para operacionalizá-la, recorremos à plataforma on-line dos respectivos jornais, para consulta das edições e análise dos textos jornalísticos. No total foram analisados 38 textos do jornal *Folha de S. Paulo* e 27 textos de *O Liberal*.

Palavras-chave: Jornalismo. Mudanças Climáticas. Amazônia. Análise do Discurso. O Liberal. Folha de S. Paulo.

ABSTRACT

The study objective consisted of analyzing the discourse of climate change produced by *O Liberal* and *Folha de S. Paulo* newspapers in their coverage of the environment in 2015, when the Paris Climate Conference, also known as COP-21, was held. A comparative analysis among the discourses of the newspapers was performed, embracing the same period and using the same theoretical-methodological reference, which presents as main basis the Semiology of Social Discourse, through concepts such as Polyphony. In order to define our scope, we approached the work of authors such as Eliseo Verón and Mikhail Bakhtin. The research methodology is anchored in the Discourse Analysis of French strand. The concept of Discursive Formation, by Michel Foucault, was also employed. In order to operationalize our methodology, we referred to the online platform of the respective newspapers to consult the editions and analyze the journalistic texts. In total, 38 texts of *Folha de S. Paulo* and 27 texts of *O Liberal* newspaper were analyzed.

Keywords: Journalism. Climate change. Discourse analysis. O Liberal. Folha de S. Paulo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matérias analisadas no jornal <i>O Liberal</i>	60
Tabela 2 - Subtemas presentes na cobertura de <i>O Liberal</i>	63
Tabela 3 - Matérias analisadas no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	85
Tabela 4 - Subtemas presentes na cobertura da <i>Folha de S. Paulo</i>	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD –	Análise do Discurso
ANJ –	Associação Nacional de Jornais
BUND –	Aliança para o Meio Ambiente e Proteção da Natureza
COP –	Conferência das Partes das Nações Unidas
COP-1 –	Primeira Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas
COP-3 –	Terceira Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas
COP-6 –	Sexta Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
COP-12 –	12ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas
COP-15 –	Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009 / Conferência de Copenhague
COP-21 –	21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas/ Conferência de Paris
COP-24 –	24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
ECO-92 –	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EPCA –	Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia
EUA –	Estados Unidos
FSP –	Folha de S. Paulo
G7 –	Grupo dos Sete
HBO –	<i>Home Box Office</i>
IPCC –	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (traduzido)
MG –	Minas Gerais
MMA –	Ministério do Meio Ambiente
OMM –	Organização Meteorológica Mundial
ONGs –	Organizações não Governamentais
ONU –	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

TRAJETÓRIA	11
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O Estado da Arte: Comunicação e Mudanças Climáticas	17
2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AMAZÔNIA	21
2.1 Breve Panorama das Mudanças Climáticas em âmbito mundial	23
2.2 ECO-92, COPs e outros desdobramentos	29
2.3 As Conferências Mundiais do Clima (COPs)	31
2.4 O discurso sobre Desenvolvimento Sustentável e a Mídia	35
2.5 A Amazônia no contexto das mudanças climáticas	38
2.6 Relações de poder no cenário climático	43
3 SEMIOLOGIA DOS DISCURSOS SOCIAIS, DISCURSO E PODER	45
3.1 Semiologia dos Discursos Sociais	45
3.2 Discurso e Poder	47
4 ANÁLISE DISCURSIVA DA COBERTURA AMBIENTAL DOS JORNAIS <i>O LIBERAL E FOLHA DE S. PAULO</i> NO ANO DE 2015	53
4.1 O campo jornalístico e seus desdobramentos	53
4.2 Procedimentos metodológicos	56
4.3 O discurso ambiental centrado nas mudanças climáticas nas páginas de <i>O Liberal</i> no ano de 2015	57
4.3.1 <i>O Liberal</i>	57
4.3.2 Descrição do <i>corpus: O Liberal</i>	60
4.4 O discurso ambiental centrado nas mudanças climáticas nas páginas da <i>Folha de S. Paulo</i> no ano de 2015	83
4.4.1 <i>Folha de S. Paulo</i>	83
4.4.2 Descrição do <i>corpus: FSP</i>	84
5 CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

TRAJETÓRIA

Concluí o curso de Comunicação Social com Habilitação em Multimídia no ano de 2010, início de 2011 mais precisamente. Apaixonado por cinema, meu TCC foi sobre cineclubes, denominado: “O Cineclubismo na Capital Paraense como Anseio Social”. Estou desde 2014 na UFPA, inicialmente como voluntário no Grupo de Pesquisa “Mudanças Climáticas, Mídia Impressa e Políticas Públicas: uma análise do discurso jornalístico e sua interface com o discurso político”, coordenado pela Professora Doutora Luciana Miranda Costa, do qual participo até hoje.

Minha passagem pela Universidade Federal do Pará ainda conta com um módulo como ouvinte na disciplina “Comunicação, Socialidade e Intersubjetividade”, ministrada pelo Professor Doutor Fábio Castro em 2016, e no Grupo de Pesquisa “Comunicação, Política e Amazônia” coordenado pela Professora Doutora Danila Cal, desde 2017 até o presente momento. Graças à parceria com a Professora Luciana Miranda, especialmente, participei do Intercom duas vezes, tendo escrito artigo para o evento três vezes.

Ingressei no PPGCOM no início de 2017. No primeiro semestre fiz a disciplina obrigatória “Estudos Teóricos da Comunicação”, com a professora Rosaly Brito, além das optativas “Processos e Práticas Comunicacionais na/da Amazônia” com a professora Danila Cal e “Comunicação, Espetáculo e Processos Socioculturais” com o professor Otacílio Amaral. Cursei também o “Seminário de Orientação de Dissertação I” e “Seminário Metodológico I”.

No segundo semestre cursei as disciplinas “Análise de Objetos Culturais e Midiáticos” da professora Ivânia Neves; “Estratégias Institucionais em Comunicação na Amazônia” da professora Luciana Costa; e “Estudos de Temas Amazônicos”, essa obrigatória, dos professores Manuel Dutra e Rosane Steinbrenner. Além dessas disciplinas, também concluí nesse semestre “Seminário Metodológico II”, e as atividades: “Organização de Evento Científico” e “Seminário de Orientação de TCC”, sendo este último uma atividade que realizei com as professoras Danila Cal e Lorena Esteves, na qual os mestrandos contribuíam na orientação de TCC dos alunos que estavam concluindo o curso. Trabalhei com as alunas Erlane Santos e Thaianne Martins. O EPCA (Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia) foi um evento de cunho científico organizado por alguns alunos do PPGCOM e uma aluna do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura

(PPGCLC) (UNAMA). O EPCA, portanto, foi o evento científico que participei da organização e que consta nos meus créditos.

No terceiro semestre fiz o “Estágio Docência” na disciplina “Comunicação, Cultura e Sociedade” da professora Rosaly Brito. Além disso, participei da comissão organizadora do Amazônia Interconectada em 2018. Destaco também que obtive artigo aceito no Intercom 2017, junto com a professora Luciana Miranda, artigo que está em viés de ser publicado em revista científica. O artigo produzido na matéria da Professora Danila Cal também está em encaminhamento para ser enviado para uma revista científica.

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação pretendemos analisar o discurso jornalístico voltado para área ambiental, especialmente sobre as mudanças climáticas, dos jornais O Liberal e Folha de S. Paulo durante o ano de 2015. A escolha do ano não é aleatória, pois em 2015 foi realizada, em Paris, entre os dias 30 de novembro e 12 de dezembro, a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Tomando os meios de comunicação como uma ponte entre a população e as instituições governamentais é necessário compreender o papel da mediação jornalística nesse contexto.

As mudanças climáticas referem-se a uma variação do clima em escala global ou dos climas regionais do planeta ao longo do tempo. Elas estão relacionadas às alterações de temperatura, nebulosidade, precipitação e outros fenômenos climáticos no que diz respeito às médias históricas. Marengo et al (2010) consideram que nas últimas cinco décadas vem ocorrendo uma mudança climática de caráter antropogênico, ou seja, que tem relação direta com a ação humana. Os autores observam que se trata de uma mudança mais significativa do que a variabilidade climática que tende a ocorrer de forma natural, caracterizando episódios climáticos de grandes proporções como graves crises hídricas.

Considerado, de acordo com Silva (2015), um dos mais nocivos problemas mundiais, as mudanças climáticas, ocasionadas pela acumulação de gases concentrados na atmosfera que aceleram o efeito estufa, são as mais preocupantes e combatidas formas de alterações do clima. Já o efeito estufa caracteriza-se como um fenômeno natural que decorre da acumulação de gases na atmosfera terrestre, sendo responsável por manter a temperatura da Terra adequada à vida humana. Contudo, a aceleração das emissões desses gases por meio, por exemplo, do dióxido de carbono, prejudica o meio ambiente e é responsável por graves problemas ambientais.

A temática ambiental ganhou destaque nos últimos anos graças ao caráter emergencial das mudanças climáticas, gerando esforços globais para modificar o panorama atual e atenuar os impactos ambientais. Tendo em vista a importância da repercussão na mídia local, nacional e internacional, propomos a seguinte problemática para essa pesquisa: *as coberturas ambientais sobre mudanças climáticas são priorizadas pelos principais jornais do país em escala regional e nacional (O Liberal e Folha de S. Paulo) dada a importância do tema para economia e sociedade? Que sujeitos sociais e discursos compõem essa agenda jornalística?*

As mudanças climáticas vêm se tornando pauta mais recorrente na imprensa e na ciência desde meados da década de 1970, intensificando-se no final dos anos 1980, mais especificamente em 1988, com a criação do IPCC e da nova Constituição brasileira. A criação do IPCC, inclusive, pode-se dizer que abriu precedentes para os estudos do clima também em escalas mais regionais. Inclusive no Brasil, onde, em 2009, segundo Marengo (2014), foi criado o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PMBC). O autor relata que o Painel é formado por 345 pesquisadores e tem como incumbência estudar e avaliar os aspectos mais relevantes dos estudos climáticos.

A Constituição Brasileira de 1988, mesmo ano da criação do IPCC, teve um papel fundamental no contexto social referente ao meio ambiente (COSTA, 2006; PRESSLER, 2012). Pressler (2012) também afirma que acontecimentos como o assassinato do seringueiro Chico Mendes em 1988 e as crescentes taxas de desmatamento na Amazônia fizeram com que outros países voltassem sua atenção para região. Mas aonde vai a raiz da questão? Por que a temática ambiental hoje é tão fortemente presente, inclusive com eventos pontuais que tratam do assunto e contam com forte apoio global?

Historicamente, do ponto de vista ambiental, a década de 90 foi marcante em virtude da ECO-92, com a presença de 114 chefes de Estado, e da primeira Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-1), em 1995, em Berlim, na Alemanha. Esses eventos iniciaram uma série de outros sobre a temática. As Conferências do Clima das Nações Unidas ocorrem, portanto, anualmente, tendo sido a última, 24ª edição, em Katowice, na Polônia, no ano de 2018. Entre as Conferências que se destacaram, estão a COP-3, em Kyoto, no Japão, em 1997, devido à criação do Protocolo de Kyoto. O documento é um tratado internacional sobre redução na emissão de gases-estufa e foi renovado em 2012, durante a COP-18, em Doha, Catar, tendo sido validado até 2020.

O impacto das mudanças climáticas em âmbito mundial tem sido, portanto, pauta recorrente, especialmente após eventos como a ECO-92. É comum ouvir sobre aquecimento global¹ ou efeito estufa, porém, ainda não há consenso sobre o que acarreta esses fenômenos ou quais as reais problemáticas que isso pode trazer e que já está trazendo.

O objetivo dessa pesquisa é analisar as características de discursos jornalísticos associados às mudanças climáticas. Alguns elementos a serem observados são, por exemplo,

¹ O aquecimento global corresponde ao aumento da temperatura média do planeta, que vem ocorrendo de forma expressiva nas últimas décadas, ocasionado pelo aumento de gases poluentes. Mais informações em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/195-efeito-estufa-e-aquecimento-global>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

se priorizam o aspecto econômico ou científico do tema, quais as vozes presentes e que conceitos são acionados (como o de desenvolvimento sustentável).

Redclift (2006) considera que, a priori, o conceito de desenvolvimento sustentável suscitado no Relatório Brundtland (1972) era discutir acerca das necessidades humanas. Todavia, o autor explicita que, de forma incessante, tal conceito foi se incorporando a outros aspectos da vida que não somente os de cunho ambiental. Fernandes (2006), por sua vez, considera que o discurso do desenvolvimento sustentável, hipoteticamente, evoca a noção de equidade, porém, sem a responsabilidade ou um vislumbre de realizar tal feito. O autor argumenta que a noção de equidade costuma ser “reduzida a um problema burocrático” (FERNANDES, 2006, p. 130).

Silva (2015, p. 44) observa que a crise ecológica é um reflexo direto da problemática que envolve a reprodução capitalista, uma vez que “a lógica de expansão do capital pressupõe as acumulações ampliadas, subordinando valores e princípios de equidade, justiça, qualidade de vida e respeito à diversidade cultural”. Ou seja, a própria essência da prática capitalista já contradiz o que pretende o desenvolvimento sustentável, configurando que para haver uma mudança significativa no prisma ambiental é necessária uma mudança estrutural no próprio modelo de produção das sociedades ocidentais.

O conceito de desenvolvimento sustentável, portanto, é relevante para o nosso trabalho, uma vez que é o discurso comumente utilizado para embasar questões ligadas ao meio ambiente e pelo próprio discurso jornalístico.

Costa (2010) considera que as matérias veiculadas na mídia sobre mudanças climáticas não têm sido aprofundadas o suficiente para subsidiar um debate público, o que motiva uma averiguação sobre o tema a partir da cobertura de jornais de grande circulação e de diferentes regiões. Partindo desse princípio, o estudo proposto busca averiguar em que contexto está sendo abordado o tema, como é essa abordagem e quais são os discursos e as vozes acionados nessa cobertura, que também tematiza a Amazônia. Pressler (2012) observa que a Amazônia está associada à temática ambiental desde os seus primórdios, como nos relatos dos europeus que aqui estiveram no século XVI até o panorama atual, com a globalização e o consequente interesse nos recursos que a região oferece.

Para Silva (2015), no entanto, a Amazônia não pode ser vista somente sob o prisma ambiental. O autor pondera que há outras questões, que vão do “saber milenar de suas populações multiculturais ao desafio da ciência moderna, que dão inteligibilidade e compreensão aos dilemas atuais” (SILVA, 2015, p. 20).

Esse estudo tratará do tema a partir do enfoque jornalístico. A análise do jornal *Folha de S. Paulo* permitirá compreender como um assunto de alcance mundial é abordado em um veículo de circulação nacional. *O Liberal* trará o tratamento dado ao tema pela imprensa amazônica.

O referencial teórico contemplará a Semiologia dos Discursos Sociais, por meio de autores como Eliseo Verón. A Semiologia dos Discursos Sociais, no caso, em sua terceira fase, diferencia-se das fases anteriores por priorizar os efeitos de sentido, afinal, quando tratamos de discurso, não há uma verdade absoluta, há sentidos atribuídos. Para Verón (2004), a importância da Semiologia dos Discursos Sociais está justamente em compreender que uma mensagem não gera um efeito uno. A metodologia utilizada será a Análise de Discurso de vertente francesa.

Segundo Fernandes (2008), as mudanças políticas e ideológicas são imprescindíveis para a configuração de um discurso, destacando que a presença de novos sujeitos e até mesmo a transformação destes possibilitam esse panorama. O autor também afirma que para entender os discursos é essencial recorrer à história, pois cada discurso é produzido de acordo com seu contexto sócio-histórico, sendo as condições de produção de um discurso imprescindíveis para compreendê-lo.

Para Gregolin (2007), a mídia é o elo entre os leitores e a realidade. Segundo a autora, o que a mídia fornece não é realidade, mas simbolismos para compreendê-la. Por isso, para ela, a mídia é uma ferramenta essencial para as questões discursivas, justamente por ser esse vínculo com o real, propiciando dessa forma muitas possibilidades de análise.

Nosso procedimento metodológico consistiu em procurar nas plataformas digitais dos jornais *O Liberal* e *Folha de S. Paulo*, por meio das edições digitalizadas, as palavras-chave: mudanças climáticas, aquecimento global, efeito estufa e IPCC, referentes ao ano de 2015. Para tanto, foi necessário ter a assinatura de ambos os jornais para ter acesso livre aos sites. Após o levantamento e seleção dos textos jornalísticos, o passo seguinte foi a análise.

A escolha dos jornais *O Liberal* e *Folha de S. Paulo* se deu pela popularidade e expressividade de ambos os jornais dentro de seus desdobramentos. *O Liberal* foi escolhido por ser o mais longo jornal paraense, como veremos mais adiante, mas também por sua popularidade na capital paraense, visto, por exemplo, que a TV *Liberal* é afiliada da Rede Globo, uma das maiores emissoras do país, também grande no panorama mundial, entre outros motivos. Por esses motivos, dentre outros, optamos por *O Liberal* em vez de, por exemplo, o jornal *Diário do Pará*, outro destacado jornal paraense, que também poderia integrar o corpus do trabalho.

Por sua vez, o jornal Folha de S. Paulo foi escolhido em vez de, por exemplo, O Estadão, além da popularidade, algo que poderia ter contemplado o segundo, devido ao consumo expressivo do jornal na plataforma digital, como veremos mais adiante. Sendo a plataforma digital parte do nosso procedimento metodológico, tal motivo acabou contando para a escolha da FSP em nosso corpus.

O primeiro capítulo da dissertação contempla o Estado da Arte, com uma breve revisão bibliográfica de alguns trabalhos sobre Mudanças Climáticas publicados nas últimas décadas. O segundo capítulo, dividido em seis partes, aborda a questão das Mudanças Climáticas relacionadas à Amazônia, também enfatizando o panorama global, nacional e regional, além das relações de poder presentes nesse escopo.

O terceiro capítulo contempla o referencial-teórico metodológico, abordando a Semiologia dos Discursos Sociais e a Análise do Discurso, além da relação destas com o poder. O quarto capítulo é dedicado à análise propriamente dita, averiguando o discurso ambiental centrado nas mudanças climáticas nas páginas de O Liberal e da Folha de S. Paulo, além de abordar os procedimentos metodológicos.

1.1 O Estado da Arte: Comunicação e Mudanças Climáticas

Em 1992, o jornalista Washington Novaes, também atuante no cinema, sendo responsável pela produção do documentário “Xingu: A Terra Ameaçada” (2007), produziu o artigo denominado “Eco-92: avanços e interrogações”. No referido artigo, Novaes discorre a respeito da ECO-92, como visto precedentemente, um evento de grande magnitude para o cenário das mudanças climáticas.

Novaes (1992) explicita a ambivalência da ECO-92, por um lado relevante por fatores como o inédito fato de uma gama de países concordarem que é necessária a redução das emissões de gases de efeito estufa, inclusive com o comprometimento maior de países que poluem mais. Novaes (1992, p. 82) enfatiza também o ineditismo, por tratar-se de um “primeiro texto de direito internacional positivo sobre esse tema, que, com certeza, começará a inspirar decisões tanto no âmbito interno como nas questões transnacionais”.

As críticas de Novaes (1992) à Conferência tratam de questões como a dos Estados Unidos, que é um grande poluidor e estava resistente em assinar um acordo que beneficiasse países menos desenvolvidos economicamente, por exemplo, no que concerne à biodiversidade desses países. Sendo uma potência mundial, são detentores “da maioria das patentes sobre conhecimentos dessa biodiversidade” (NOVAES, 1992, p. 83), fica claro o motivo da

resistência do país em negociar. O artigo de Novaes traz um rico panorama dos vários lados da Conferência.

Em 2003, Schirley Luft concebeu sua dissertação “Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e a Crítica do Amazonas”, averiguando como os jornais referidos no título abordaram o assunto do desmatamento. O trabalho de Luft faz um apanhado da história da imprensa paraense. Para desenvolver seu trabalho, a autora deparou-se com escassez de referencial teórico sobre o tema. Tal limitação a fez recorrer a outras fontes, como o Jornal Pessoal de Lúcio Flávio Pinto.

Em 2004, a autora Luciana Costa redigiu sua tese “Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo ocidental na Amazônia”. O estudo trata acerca das campanhas preventivas contra o fogo acidental, especialmente após 1998. Na tese, Costa mostra o conflito entre os campos ambiental e da agricultura familiar. Em 2006, a autora escreveu o artigo “O Esverdeamento da Imprensa”. O referido artigo trata sobre uma análise de aproximadamente 25 anos (1975 a 2002) e discute como foi o boom ambiental, expressão utilizada pela autora, para tratar sobre o crescimento das pautas ambientais em alguns periódicos, dentre os quais, O Liberal e Folha de S. Paulo (fontes de análise dessa dissertação).

Manuel Dutra também colaborou para o referencial teórico acerca dos discursos da mídia sobre a região amazônica. Seu livro “A Natureza da Mídia” (2009), que traz elementos de sua tese de Doutorado, trata a respeito dos discursos atribuídos pela mídia, mais especificamente por meio de quatro programas da Rede Globo. Os programas escolhidos como objeto de análise de Dutra (2009) foram: Globo Ecologia, em uma emissão exibida no ano de 1992; O Telecurso 2000, por meio da série Amazônia com dez episódios, em 1999; Globo Repórter, com um programa exibido em 2001 e, por fim, Brasil por Natureza. Os programas analisados foram exibidos em datas que contemplavam períodos sócio-históricos importantes. Em 1992, ano da ECO-92, e em 2000, quando o Brasil “completou” 500 anos. A Análise de Dutra (2009) propiciou a percepção de que a Amazônia ainda é vista como uma terra inóspita, ainda que deslumbrante, reforçando uma imagem que se estende desde as reminiscências dos relatos de viajantes europeus.

Sérgio Abranches redigiu o artigo “A COP15: apontamentos de campo” em 2010, relatando algumas vertentes da Conferência de Copenhague, realizada em 2009. Cercada por expectativas, a COP-15 não obteve êxito, segundo Abranches (2010), entre diversos fatores, pela resistência dos países em aderirem a uma mudança brusca necessária para reverter tal quadro e pela quantidade de líderes globais que teve mais holofotes do que o evento em si. O

trabalho de Abranches permitiu um panorama acerca de alguns fatores que propiciaram o fracasso da COP-15, como os citados acima. Cercado de expectativas por parte da imprensa, foi um evento que culminou em decepção. O autor descreve no trabalho que o sentimento ao final da Conferência já era de desânimo, com resoluções aquém do esperado e um acordo que quase não fazia sentido.

Em 2011, Ana Paula Zaguetto Alves escreveu a dissertação para o mestrado em Ecologia Aplicada Interunidades pela USP denominada: “O Jornal Nacional e a Crise Ambiental: uma análise crítica do discurso das notícias sobre mudanças climáticas”. Atualmente, especialista em jornalismo científico, Alves analisou algumas reportagens do Jornal Nacional exibidas no primeiro semestre de 2009. Importante frisar que 2009 foi o ano da COP-15, na capital da Dinamarca, logo, em tese, a pauta ambiental estaria em voga nos meios de comunicação. A autora analisou matérias do primeiro semestre de 2009.

A autora Neusa Pressler lança em 2012 a obra “Comunicação & Meio Ambiente: Agências de Cooperação Internacional e Projetos Socioambientais na Amazônia”. Obra extraída da tese de doutorado da autora, o livro trata sobre variadas questões envolvendo o território amazônico, especialmente no que tange às cooperações vindas de outros países e projetos implantados na localidade. Pressler (2012) prioriza a prática discursiva no que concerne às cooperações ocorridas na Amazônia, traçando um panorama sócio-histórico do local que compreende variados períodos. A obra da autora fala sobre a Constituição de 1988, o assassinato de Chico Mendes, a ECO-92 e as participações internacionais, com destaque para a cooperação técnica alemã.

Diógenes Lycarião redigiu a tese “Mudanças Climáticas sob o Prisma da Esfera Pública: a mediação jornalística como fator de legitimação democrática no caso da COP-15” em 2014. Fruto de seu trabalho final no Doutorado do PPGCOM na UFMG, o autor aborda o papel da mediação jornalística perante o panorama das mudanças climáticas, analisando reportagens do Jornal Nacional e da Folha de S.Paulo. Abordando sobre distintos prismas, Lycarião destrincha dois veículos de comunicação diferentes, argumenta sobre as dicotomias entre ambos e mostra dois lados interessantes da mídia e como soam seus discursos referentes às mudanças do clima. Utilizando a Folha de S. Paulo, também base da dissertação aqui escrita, o período, no entanto, é diferente: enquanto Lycarião utilizou o ano da COP-15, 2009, a dissertação aqui escrita operacionalizará no ano de 2015, referente à COP-21.

No ano de 2015, o professor Alberto Teixeira da Silva lançou o livro “Amazônia na Agenda Ambiental Global”. O livro traça um panorama de como o território amazônico vem se enquadrando nas mais vastas discussões, contemplando conceitos como os de

sustentabilidade e segurança. O autor prioriza a questão da Amazônia no que tange à arena de discussões climáticas em âmbito mundial. Silva (2015) faz um trajeto que passa por vários contextos sócio-históricos. O autor ainda cita eventos, como a Conferência de Estocolmo e a ECO-92, para situar os leitores na ampla discussão que envolve a Amazônia na agenda climática mundial.

O trabalho, portanto, será embasado na Análise do Discurso dos jornais O Liberal e Folha de S. Paulo, objetivando analisar o discurso de ambos sobre as mudanças climáticas. Estudar tantos anos de cobertura ambiental sobre mudanças climáticas, a partir dos principais autores que se debruçaram sobre o tema, permitiu compreender perspectivas diversas, principalmente porque o contexto sócio-histórico é imprescindível para o entendimento do que é dito em determinado momento e porque é dito.

2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AMAZÔNIA

O capítulo inicial pretende trazer um panorama das mudanças climáticas em seus principais aspectos global, nacional e local. Procuramos delinear o estudo contemplando alguns episódios significativos, assim como objetivamos apresentar a situação especialmente no ano de 2015, recorte temporal de nosso estudo.

Marengo (2014, p. 27) afirma que: “desde 1976, a temperatura global está acima da média histórica do século XX”. As consequências são alarmantes. Segundo o autor, a água, por exemplo, vem se comportando de maneira instável há tempos e essa imprevisibilidade só tende a piorar segundo estudos científicos, o que implica dizer que economizar água ou pensar com responsabilidade no ciclo hídrico não é algo para fazer em um futuro próximo ou distante, pois é uma realidade presente. Contudo, ao estudar mudanças climáticas, é necessário levar em consideração que há incertezas circundando o assunto, o que Marengo (2014) credita aos processos utilizados nos estudos, que possuem baixa resolução, acarretando dúvidas quanto às previsões climáticas futuras.

Silva (2015) argumenta que a crise ecológica no panorama da Guerra Fria², em especial à ameaça de um novo confronto atômico, categorizou um momento temível, em que as questões ambientais tornaram-se uma pauta a ser levada em consideração. O autor pondera que “é possível fazer uma associação direta entre o período pós-guerra e a expansão do ambientalismo” (SILVA, 2015, p. 37).

Para Bentes (2005), os movimentos ambientalistas surgem da constatação de que a industrialização, com o aparato das tecnologias modernas, disseminaram doenças e provocaram instabilidades no meio ambiente. No século XX, na década de 1970, os movimentos ambientalistas começam a ganhar um impulso maior. Inclusive, como já mencionado, é nesse período que ocorre a Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972. A Conferência de Estocolmo, promovida pelas Nações Unidas exerceu uma espécie de pioneirismo no concernente às preocupações ambientais.

A preocupação ambiental, portanto, após as duas Guerras Mundiais³, passa a ser uma questão levada em consideração. Pressler (2012) considera que uma consciência ambiental a

² Guerra Fria corresponde ao período que compreendeu os anos de 1945 (após o final da Segunda Guerra Mundial) até 1991 (com a extinção da União Soviética). Ambos os territórios disputavam a hegemonia política, econômica e social do mundo. Mais informações em: <<https://www.infoescola.com/historia/guerra-fria/>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

³ A Primeira Guerra Mundial compreendeu o período entre os anos de 1914 e 1918. A Segunda Guerra Mundial iniciou em 1939, finalizando em 1945. Mais informações em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-capitalismo.htm>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

nível global surge em 1972, após a Conferência de Estocolmo⁴, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A autora relata que o evento na capital da Suécia foi precursor, no sentido de discutir os tópicos do clima em âmbito mundial.

Com a queda do muro de Berlim (1989) e a derrocada do socialismo real, que culminou com o fim do sistema bipolar (1991), a conjuntura internacional pós-guerra fria e a reestruturação do sistema capitalista reacenderam os debates em torno dos grandes eixos (até então adormecidos) da geopolítica mundial (SILVA, 2015, p. 21).

Durante a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, os interesses brasileiros divergiam do real propósito do acontecimento. Costa (2006b) sublinha que a perspectiva ambiental do Brasil tinha como prisma a ditadura⁵ que o país vivenciava e embora os representantes brasileiros reconhecessem a crescente ameaça da poluição ambiental, sugeriram que ficasse restrito aos países desenvolvidos serem os responsáveis pela mudança radical de atitude ambiental que se priorizava.

Todavia, Lycarião (2014) aponta que é importante, nesse cenário de oscilações, precaver ações para que, na probabilidade de uma mudança drástica, a sociedade esteja prevenida para uma possível crise climática sem precedentes. Rodrigues (2013) tem a mesma percepção, afirmando que apesar das incertezas que contornam os estudos sobre os fenômenos climáticos, a assertiva é a urgência de deliberações contundentes para os problemas em torno do meio ambiente.

Rodrigues (2013) compreende que há um problema ao continuar encarando os problemas ambientais da mesma forma, no caso assentado nas estratégias capitalistas⁶ de produção. Percebe-se que, para combater tais problemas, são necessárias iniciativas mais incisivas que o discurso meramente teórico.

A humanidade precisa decidir se dá continuidade ao atual modelo de desenvolvimento baseado nos princípios do capitalismo, vigente na maioria dos países, ou o substitui devido à indicação dele estar causando alterações ambientais capazes de extinguir a vida no planeta (RODRIGUES, 2013, p. 271).

⁴ Conferência do Clima realizada na capital da Suécia, em 1972, que contou com 113 países discutindo a união dos interesses econômicos e climáticos.

⁵ A Ditadura Militar que vigorou no Brasil teve início no ano de 1964, quando o então presidente João Goulart foi deposto, sendo implantado dessa forma um regime militar no país que cerceou a imprensa, os direitos políticos e tantas outras vertentes. A Ditadura finalizou no ano de 1985. Ver mais informações em: <<https://www.todamateria.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

⁶ Capitalismo é um modelo econômico baseado na acumulação de capital, na lei da Oferta e Procura, tendo surgido no século XV na transição da Idade Média para a Idade Moderna. Mais informações em: <<https://www.todamateria.com.br/capitalismo/>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

Por meio da citação acima, percebemos que para uma mudança efetiva no que concerne aos problemas ambientais, fica evidente a necessidade de uma mudança considerável. Isso inclui não somente mudança de hábitos, mas também uma transformação no que tange ao modelo desenvolvimentista presente nas sociedades ocidentais.

Reis, Mattedi e Barrios (2017, p. 79) consideram que “durante o processo de calamidade, a direção eficaz da comunicação é um dos principais desafios do poder público”. A ideia dos autores corresponde ao fato de que sendo um veículo direto entre as autoridades e a população, o papel dos *media* em situações extremas de crise ambiental é fazer uma cobertura satisfatória do fato, ainda mostrando a origem e as formas de prevenção. Os autores explicam ainda que a cobertura midiática influencia diretamente na compreensão do público, logo, é crucial o tipo de abordagem utilizado sob esse prisma. Ainda que seja uma visão idealizada dos veículos de comunicação, é legítimo esperar da imprensa uma cobertura substancial e comprometida que alerte à população sobre a gravidade de desastres ambientais, nesse caso específico.

A cobertura midiática dos desastres naturais ou antropogênicos não deve ser instantânea nem episódica, nem se concentrar na sobrevivência ou avaliações dos serviços de emergência. Isto enfraquece a resiliência comunitária e a capacidade de refletir mais seriamente sobre a importância da educação coletiva de redução de riscos de desastres (REIS; MATTEDI; BARROS, 2017, p. 86).

É válido que o trabalho dos *media* no que concerne aos fenômenos climáticos não seja pontual, não aconteça apenas no momento de um desastre. Ocorre que esse tipo de cobertura não deveria ocorrer somente relacionada à catarse ambiental e sim associado a medidas preventivas. Não adianta focar em apenas grandes eventos, é substancial ter uma cobertura sobre eventos ambientais, assim como em relação às mudanças climáticas, que ocorram paliativamente, nem sempre com episódios severos, mas que necessitam de uma maior compreensão da sociedade (REIS; MATTEDI; BARROS, 2017).

2.1 Breve Panorama das Mudanças Climáticas em Âmbito Mundial

A Conferência de Estocolmo, em 1972, realizada na capital da Suécia foi um evento precursor para as discussões acerca do meio ambiente. No início da década de 1970, auge da Guerra Fria, o medo de um novo conflito mundial e as consequências alarmantes de vários confrontos armados trouxeram à tona uma nova reflexão.

A constatação de que o meio ambiente sendo prejudicado, também ocasionaria catarses para a vida humana e para o mercado, trouxe uma nova configuração, e os aspectos ambientais, outrora subestimados, passaram a ser uma preocupação latente. O viés mercadológico dos recursos naturais e a hegemonia dos países ricos em controlar tais recursos fortaleceram ainda mais a posição dos países desenvolvidos em relação a países menos abastados.

A preocupação ambiental em escala mundial, portanto, é um fato recente. A Revolução Industrial, que eclodiu na Inglaterra no século XVIII, acarretou mudanças ambientais de grande intensidade, pois com esse acontecimento veio a utilização de máquinas a vapor, que intensificaram as emissões de gases que aceleram o efeito estufa.

Nobre, Sampaio e Salazar (2007) falam acerca de mudanças climáticas antropogênicas, que seriam alterações climáticas relacionadas ao comportamento humano. Mudanças climáticas antropogênicas, aliás, é um termo de grande valia para a presente dissertação, pois abrange acontecimentos como aumento nas emissões de gases que intensificam o efeito estufa, primordial para nosso trabalho. Contudo, tais alterações também incluem as queimadas e o desmatamento.

Observa-se, no entanto, que não podemos apontar as mudanças climáticas como fruto exclusivamente de uma causa. Elas podem ocorrer por fenômenos climáticos como o *El Niño*⁷, ou por ações cotidianas que prejudicam e intensificam os fenômenos do clima. Ribeiro e Andrade (2011) apontam que apesar da população global ter noção das implicações do aquecimento global, por exemplo, pouco é feito para uma mudança no padrão de consumo que possa efetivamente atenuar o impacto das ações climáticas.

É importante evidenciar mais uma vez que o efeito estufa, em si, não é algo nocivo. É um fenômeno necessário à sobrevivência humana, ao impedir que a Terra esfrie demais. O efeito estufa é um mecanismo natural, contudo, por meio do excesso de gases poluentes que intensificam em demasia o aumento da temperatura global, gera-se um desequilíbrio causando-se danos irreversíveis ao planeta.

Apenas no decorrer do ano de 2007, segundo a ONU, 117 milhões de pessoas em todo o mundo foram vítimas de cerca de trezentos desastres naturais, incluindo secas devastadoras na China e na África e inundações na Ásia e na África – em um prejuízo total de US\$ 15 bilhões. Grande parte dos países menos desenvolvidos já enfrenta períodos incertos e irregulares de chuvas, e as previsões para o futuro indicam que as mudanças climáticas vão tornar a oferta

⁷ Trata-se de um fenômeno climático caracterizado pelo aquecimento intenso das águas do Oceano Pacífico. Esse fenômeno interfere diretamente no clima.

de água cada vez menos previsível e confiável. Economizar água para o futuro não é, portanto, lutar por um objetivo distante e incerto. As tendências atuais de exploração, degradação e poluição dos recursos hídricos já alcançaram proporções alarmantes, e podem afetar a oferta de água num futuro próximo caso não sejam revertidas (MARENGO, 2008, p. 84).

A irregularidade das chuvas e o aquecimento global evidente em grande parte do planeta, entre outros fatores, denotam que, independentemente de resultados exatos ou comprovações científicas cabais, se algo não for feito, haverá um desastre de grandes proporções. Como já mencionado, segundo Marengo (2008, p. 84), “o crescimento explosivo das populações urbanas é também causa alarmante da ameaça global de escassez de água no mundo”. Para Lycarião (2014, p. 85), a complexidade e a iminência do que ele denomina de “um provável cataclismo ambiental” tem provocado comoção perante as dificuldades de combater problemas ocasionados pelas mudanças climáticas.

A complexidade e as incertezas do mundo contemporâneo, sobretudo a partir da década de 1980, com a aceleração da globalização, anunciam a indesejada guinada para o caos, caso não se estabeleça uma contratualidade ecológica mundial, um necessário comprometimento com o futuro, do qual possam emergir padrões de sociabilidade em bases sustentáveis (SILVA, 2015, p. 37).

Com a globalização cada vez mais incessante, a partir da década de 1980, a preocupação ambiental tornou-se inevitável. A globalização, segundo Silva (2015), intensifica ainda mais características peculiares do capitalismo, como a desigualdade social, por exemplo. O autor argumenta que é necessário enxergar o capitalismo de um panorama maior, não pensar como algo externo, já que nossa realidade é fruto de tal condição.

Costa (2006a) sublinha a relevância da década de 1980 para as temáticas ambientais, apontando situações, como, por exemplo, as nuvens de monóxido de carbono encontradas sobre os oceanos Atlântico e Pacífico nesse período, tal como a derrocada do pensamento de que a Amazônia seria o pulmão do mundo, que também data dessa década. Marengo (2008) afirma que, desde a década de 1980, as mudanças climáticas despertam curiosidade da população e também da ciência, sendo nessa década, mais especificamente em 1988, criado o *Intergovernmental Panel on Climate Change* [Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas] (IPCC)⁸, designado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

⁸ Segundo Marengo (2008), o IPCC foi criado no intuito de fornecer estudos científicos e informações técnicas acerca do meio ambiente, intentando ter credibilidade tanto no aspecto político como no âmbito científico.

Lycarião (2014) enfatiza o paradoxal papel do IPCC no que concerne às temáticas ambientais e seus estudos. O autor afirma que, se por um lado, através de suas contribuições científicas e estudos pertinentes, o Painel expõe e traz à tona problemáticas que poderiam passar despercebidas especialmente por um público leigo no assunto, por outro, as decisões a serem tomadas para reverter tais infortúnios são de ordem mais política do que científica. Isso demonstra o papel limitado do IPCC no combate às mudanças climáticas, dependendo de interesses que nada tem a ver com a causa ambiental.

Ribeiro e Andrade (2011) consideram que a pauta das mudanças climáticas não é tratada de forma incisiva na mídia, predominando um viés mercadológico, em vez de conscientizar as pessoas. Os autores acreditam que uma mudança estrutural significativa deveria partir dos países mais ricos, afinal, são responsáveis pela maior parte das emissões de gases que intensificam o efeito estufa circulando no planeta.

Em 1990, a cúpula do G7⁹, em Huston (USA), uniu-se, em um discurso que clamava pela preservação das florestas, criando, então, o PPG-7 ou Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. A Amazônia, na condição de maior floresta tropical do mundo, foi contemplada pelas ações do grupo.

Silva (2015) relata que apesar de sua criação em 1990, o grupo só começou a se consolidar em 1994, deslançando apenas em 1997, com resultados mais expressivos. O autor relata que longe de ser uma atitude nobre dos países industrializados com os países menos abastados, a perspectiva de criação do PPG-7 satisfazia essencialmente os interesses dos envolvidos na criação, ao perceberem que a depredação das florestas lhes dizia respeito, pois poderia comprometer o futuro do planeta.

Silva (2015, p. 144) observa ainda que o PPG-7 “foi encerrado em 2009 pelo Ministério do Meio Ambiente, sendo incorporado nas diversas políticas públicas pelos programas do governo brasileiro”. A Alemanha destacou-se no que concerne ao PPG-7, em parte porque após a queda do muro de Berlim, em 1989, houve necessidade de mudanças efetivas em sua política (PRESSLER, 2012) e, dessa forma, o Chanceler, da época, Helmut Kohl, tomou as rédeas na reunião do G-7, preocupado com a situação ambiental na própria Alemanha, onde as florestas estavam em estado de alerta. A Alemanha, segundo Silva (2015), também se destacou no aspecto financeiro do programa, tendo bancado cerca de 2/3 do valor total.

Silva (2015) destaca também a atuação do Banco Mundial. O autor embasa sua afirmação exemplificando que o fracasso do Programa Integrado de Desenvolvimento do

⁹ Grupo informal, mas de forte poder político e econômico, formado por sete países considerados potências mundiais: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)¹⁰ originou destruição ambiental e conflitos nas áreas que tangem às fronteiras amazônicas. Segundo o autor, “O Banco Mundial se reformula e cria um Departamento de Meio Ambiente, passando a estabelecer um contanto mais intenso com as ONGs” (SILVA, 2015, p. 150).

Silva (2015) chama a atenção para a inexperiência do Brasil em lidar com assuntos de temática ambiental no início da década de 1990, o que se refletiu no PPG-7. O autor considera que na segunda metade do século esse posicionamento tornou-se mais eficaz, inclusive com o país se destacando nas deliberações acerca do Protocolo de Kyoto¹¹.

Silva (2015) considera que o PPG-7, se não foi um investimento altruísta partindo dos países industrializados, tampouco pode ser considerado algo nocivo, ainda que tenha sido um legítimo instrumento de pressão internacional exercido sobre a Amazônia. O autor pondera que o PPG-7, de maneira geral, obteve boa aceitação por parte das oligarquias brasileiras, inclusive demonstrando que esse Programa Piloto consolidou a Amazônia como fruto de uma preocupação ambiental de âmbito mundial.

A cooperação internacional por meio do PPG-7 é um mecanismo contraditório e insuficiente, aquém das necessidades de apoio financeiro que a Amazônia requer dos países do norte, tendo em vista que a canalização desses recursos cumpre a finalidade de compensar minimamente as perdas sofridas pela região via pilhagem de seus recursos naturais pelo capitalismo global (SILVA, 2015, p. 157).

Ambiguidades à parte, o PPG-7 demonstrou claramente as intenções internacionais no que se refere à Amazônia, clarificando que o território era alvo de forte interesse internacional. Mais do que isso, a Amazônia era, e é, um local considerado importante para manter a sobrevivência do planeta, graças a sua riqueza ambiental e especificidades locais.

Na década de 2000, duas produções cinematográficas abordando os problemas ambientais decorrentes das mudanças climáticas chamaram a atenção: o filme de ficção “O Dia Depois de Amanhã” (*The Day After Tomorrow*, 2004) e o documentário “Uma Verdade Inconveniente” (*An Inconvenient Truth*, 2006).

¹⁰ Plano que consistia em aproximar o trecho Cuiabá - Porto Velho, abrangendo também algumas áreas do Mato Grosso. O Plano objetivava, com isso, uma maior integração desses territórios com o resto do país, além de ter um aspecto ambiental pretensamente preocupado com o meio ambiente e as causas indígenas. Mais informações em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86029-27-maio-1981-435354-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

¹¹ O Brasil adotou a medida do Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) e nela vem se destacando. Trata-se de um modelo que consiste em uma alternativa para os países em desenvolvimento contribuírem na redução de emissão de gases de efeito estufa, visto que o Protocolo de Kyoto só contempla países desenvolvidos. O MDL consiste em diminuir as emissões de gases de efeito estufa, adotando medidas reais e resultados satisfatórios, em uma espécie de alternativa adicional ao Protocolo de Kyoto.

O filme “O Dia Depois de Amanhã” aborda a história de um cientista chamado Jack Hall (interpretado pelo ator Dennis Quaid) que tenta convencer autoridades, durante um evento da ONU, de que o aquecimento global é uma ameaça iminente ao planeta. Jack é desacreditado, ganhando a antipatia do vice-presidente dos Estados Unidos, Raymond Becker (Kenneth Welsh). O filme é seguido de desastres ambientais decorrentes do clima. Embora seja uma ficção científica, dirigida por Roland Emmerich, o mesmo diretor de “Independence Day” (1996). Sendo um blockbuster, o fato de uma super produção hollywoodiana abordar tal tema é relevante. Discutir assuntos de um tema tão espinhoso, mesmo com o conteúdo sendo aproveitado como entretenimento, também levou a temática das mudanças do clima à pauta de discussão, dada à visibilidade da sétima arte.

Já o documentário “Uma Verdade Inconveniente”, dirigido por Davis Guggenheim, com roteiro e protagonismo do ex-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, mostra, entre outras coisas, como o comportamento humano pode influenciar diretamente as emissões de gases na atmosfera, rebatendo argumentos ingênuos de que a Terra é tão grande que pequenos impactos isolados não poderiam prejudicar seu funcionamento.

Outra questão importante que o documentário expõe é a de que não há verdadeiramente como pensar em Desenvolvimento Sustentável sem que isso interfira diretamente na economia. Citando exemplos como a China ter ultrapassado os Estados Unidos no que concerne à produção automobilística, o documentário coloca argumentos sobre o quão os problemas ambientais são mais comuns e nocivos do que se poderia supor. O fato é que o documentário toca em um aspecto importante, que é justamente a dificuldade em usar energias renováveis ou mais limpas, e o quanto isso ainda é uma barreira para combater as mudanças climáticas.

O ano de 2015, analisado no presente trabalho, foi considerado, até então, o mais quente da história¹². O ano anterior, 2014, já havia batido o recorde. Posteriormente, 2016 deteve o título de ano mais quente, influenciado pelo *El Niño*, sendo 2017 o segundo mais quente. É fato que os anos têm se superado, no que tange ao aquecimento da Terra.

Na contemporaneidade, percebemos acontecimentos climáticos cada vez mais intensos. Na África do Sul, atualmente, ocorre uma situação em que a escassez de água é tão notória¹³, que se considera aplicar o “Dia Zero”. Tal dia consistiria em desligar o abastecimento de

¹² Mais informações em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/2015-foi-o-ano-mais-quente-da-historia-e-2016-deve-ser-pior/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

¹³ Informações acessíveis em vídeo da TV Folha, disponibilizados no Youtube. Em uma série de vídeos, a TV Folha trata sobre acontecimentos relacionados às crises climáticas. O vídeo em questão fala sobre problemas decorrentes do clima na Cidade do Cabo, África do Sul. Mais informações em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iDjQpuoqess>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

água, o que desencadearia um grande desastre. O “Dia Zero” iria acontecer em 16 de abril, tendo sido adiado para início de junho, acabou não acontecendo devido à chegada da estação chuvosa. O vice-prefeito Ian Neilson disse que tal tragicidade não aconteceria antes de 2019¹⁴.

Com represas vazias, decorrente de um período de seca que data de aproximadamente três anos, o governo da Cidade do Cabo, uma das três capitais da África do Sul, teve que adotar medidas extremas. Como exemplo de tais medidas, houve sérias restrições no que tange ao abastecimento, fazendo com que a população precise coletar água em pontos específicos. Sendo a África do Sul um país em que os conflitos são incessantes, a calamidade anunciada denota que os problemas ambientais mostram-se cada vez mais nocivos.

Em âmbito global, o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, vem deslegitimando¹⁵ constantemente o discurso sobre mudanças climáticas. Uma frente fria severa nos Estados Unidos, que atingiu ápices congelantes, em torno de -40° C na cidade de Illinois, por exemplo, foi palco para um discurso debochado do americano, ao questionar a veracidade das mudanças climáticas. É importante distinguir a diferença entre tempo e clima, sendo tempo, fruto de um momento breve e definido, enquanto clima diz respeito à temperatura média, sendo, portanto, resultado de um estudo de anos.

Portanto, há um desafio atual no concernente à mudança do clima. Afinal, existe um dirigente global, presidindo uma enorme potência e, portanto, com um poder de fala sem precedentes, diminuindo os esforços climáticos e todo um estudo sobre mudanças climáticas. Em um panorama mundial, portanto, mesmo com acontecimentos graves de aspectos climáticos, há discursos que enfraquecem a temática, colocando em risco a credibilidade dos acontecimentos.

2.2 ECO-92, COPs e outros desdobramentos

Embora tenhamos mencionado esses acontecimentos, dada sua importância histórica, política e econômica para o tema dessa dissertação, iremos nos deter um pouco mais sobre eles. Silva (2015) sublinha que a ECO-92 foi o segundo grande evento a discutir as questões embasadas nas mudanças climáticas, caracterizando que ocorreu em um momento muito pertinente, de descobertas e previsões desoladoras sobre o cenário climático mundial. Importante contextualizarmos o período em questão, já que a Guerra Fria cessou em 1991,

¹⁴ Mais informações em: <<https://arte.folha.uol.com.br/ciencia/2018/crise-do-clima/cidade-do-cabo/estiagem-e-heranca-do-apartheid-criam-panico-com-torneiras-secas-no-dia-zero/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

¹⁵ Mais informações em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/trump-diz-que-gostaria-de-bom-velho-aquecimento-global-contra-frio-22237611>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

com a dissolução da União Soviética. O ano de 1992, portanto, marca uma nova época, com um discurso ambiental pertinente.

A ECO-92 contou com a presença de 114 chefes de estado e originou documentos importantes, como a Agenda 21¹⁶ (COSTA, 2006b). A presença maciça dos políticos e as resoluções do evento fizeram do encontro um grande acontecimento e até mesmo uma espécie de marco inicial para dar impulso às discussões globais sobre o meio ambiente.

O fato é que apesar da Conferência de Estocolmo, em 1972, ter sido um momento pioneiro, seu contexto sócio-histórico, como o fato de ser o auge da Guerra Fria e época da Guerra do Vietnã, não colaborou para que as discussões avançassem, até mesmo por motivos geopolíticos latentes.

Redclift (2006) afirma que após a ECO-92 houve uma mudança significativa no discurso sobre sustentabilidade, contemplando as desigualdades, algo que o autor denomina como “discursos de pós-sustentabilidade” (REDCLIFT, 2006, p. 53). O autor exemplifica que um dos benefícios deixados pela ECO-92 foi uma tentativa de interesses ambientais em comum entre Norte e Sul, em uma abordagem mais consonante, superando antigas rugas e rupturas, entre os quais o autor cita o pós-1945.

Pressler (2012) argumenta que a agenda social da década de 1990, unida à Cooperação Internacional, sob os cuidados da ONU, permitiu que fosse uma década favorável para discussões acerca da temática dos problemas ambientais. De fato, como vimos, podemos considerar a década de 1990 como um marco, no concernente às Conferências e demais eventos globais com pautas ambientais como foco principal.

A Convenção sobre Mudanças Climáticas tem suas origens no reconhecimento de um dos mais graves problemas planetários, que são as alterações no clima, devido à concentração excessiva de gases estufa na atmosfera. O objetivo básico desta Convenção é o de controlar e reduzir a emissão desses gases, principalmente o dióxido de carbono (SILVA, 2015, p. 122).

Em 2002, na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, ocorreu a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ficou mais conhecida como Rio+10¹⁷, justamente por acontecer dez anos após a ECO-92. Procurando ir além da discussão sobre preservação ambiental, o evento em Johannesburgo também priorizou questões sociais, inclusive almejando reduzir a pobreza em 50% até 2015. Todavia, mesmo com o amplo painel de discussões, os

¹⁶ A Agenda 21 corresponde a um documento que contém técnicas sustentáveis para diferentes localidades, objetivando uma mobilização da sociedade no afã de atingir números expressivos no tangente à sustentabilidade. Mais informações em: <<http://www.institutoatkwqh.org.br/compendio/?q=node/21>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

¹⁷ Mais informações em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/rio-10.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

resultados da Rio+10 não foram dos mais proveitosos, inclusive com a negativa dos países desenvolvidos em amenizar as dívidas de países em desenvolvimento.

A Rio+20¹⁸ ocorreu em 2012, 20 anos após a ECO-92 e dessa vez foi realizada no local de origem do evento duas décadas antes. A Rio+20 procurou mostrar os resultados alcançados no intervalo durante os dois eventos, discutir a chamada economia verde, entre outras pautas derivadas. Mas o resultado do evento também foi pouco expressivo. Países em desenvolvimento em impasse com países desenvolvidos, resoluções que deixavam em aberto para os próximos anos acordos mais incisivos, entre outros fatores que tornaram o encontro pouco memorável.

2.3 As Conferências Mundiais do Clima (COPs)

Inspiradas pelos debates e resultados da ECO 92 e organizadas pela ONU, as COPs ocorrem anualmente, desde 1995, com a realização da primeira em Berlim, na Alemanha. As COPs têm autonomia para discutir questões relacionadas ao clima e como se verá abaixo, aconteceram em várias cidades do mundo.

A COP-1, como mencionado, aconteceu em Berlim, Alemanha, entre os dias 28 de março e 7 de abril de 1995. A COP-2 foi realizada em Genebra, Suíça, entre os dias 9 e 19 de julho de 1996. A COP-3 ocorreu em Kyoto, no Japão entre os dias 1 e 10 de dezembro de 1997. De 2 a 13 de dezembro de 1998, a COP-4 aconteceu na capital da Argentina, Buenos Aires. Em Bonn, na Alemanha, ocorreu a COP-5, entre os dias 25 de outubro e 5 de novembro de 1999. A primeira parte da COP-6 foi realizada em Haia, nos Países Baixos, entre os dias 13 a 24 de novembro de 2000. A segunda parte aconteceu novamente em Bonn, na Alemanha, entre os dias 16 e 27 de julho de 2001.

Em Marrakesh, no Marrocos, ocorreu a COP-7, no período de 29 de outubro a 9 de novembro de 2001. A COP-8 foi realizada em Nova Delí, na Índia, entre os dias 23 de outubro a 1º de novembro de 2002. Entre os dias 1 e 12 de dezembro de 2003, em Milão, na Itália, foi realizada a COP-9. Novamente em Buenos Aires, Argentina, ocorreu de 6 a 17 de dezembro de 2004, a COP-10. A COP-11 foi realizada em Montreal, no Canadá, entre os dias 28 de novembro e 9 de dezembro de 2005. Na cidade de Nairóbi, na Quênia, ocorreu a COP-12, entre os dias 6 a 17 de novembro de 2006. A COP-13 aconteceu entre os dias 3 a 15 de dezembro de 2007, em Bali, na Indonésia. Em Poznan, na Polônia, foi realizada a COP-14,

¹⁸ Mais informações em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 24 jul. 2018.

compreendida no período entre os dias 1 a 12 de dezembro de 2008. A COP-15, ocorreu em Copenhague, na Dinamarca, compreendendo os dias 7 a 19 de dezembro de 2009. A COP-16 aconteceu em Cancún, no México, entre 29 de novembro e 11 de dezembro de 2010. Em Durban, África do Sul, foi realizada a COP-17, entre os dias 28 de novembro a 11 de dezembro de 2011.

Em Doha, no Catar, foi realizada a COP-18, no período entre os dias 26 de novembro a 7 de dezembro de 2012. Varsóvia, na Polônia, foi o palco da COP-19, entre os dias 11 e 22 de novembro de 2013. A COP-20 aconteceu em Lima, no Peru, entre os dias 1 e 14 de dezembro de 2014. Entre os dias 30 de novembro e 12 de dezembro de 2015, ocorreu a COP-21, em Paris, França. Entre os dias 7 e 18 de novembro de 2016, em Marrakesh, no Marrocos, foi realizada a COP-22. A COP-23 ocorreu entre 6 e 17 de novembro, em Bonn, na Alemanha. Em 2018 ocorreu a COP-24, entre os dias 3 e 14 de dezembro de 2018, na cidade de Katowice, na Polônia.

A COP-1 discutiu as emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos, buscando prazos e estratégias para questão, contudo, os países em desenvolvimento não fizeram parte da primeira edição da COP. Já a COP-3, realizada em Kyoto, no Japão, entre os dias 1 e 10 de dezembro de 1997, possibilitou a assinatura de um protocolo, denominado Protocolo de Kyoto. O documento consiste na meta de redução das emissões de gases que intensificam o efeito estufa. O acordo, no entanto, era destinado aos países desenvolvidos. Nações em desenvolvimento, como era o caso do Brasil, poderiam participar, mas sem obrigatoriedade.

Estabelecido na Conferência das Partes (COP-3) na cidade de Kyoto (Japão), o Protocolo de Kyoto formou o consenso de que os países industrializados concordaram em enfrentar a questão do aquecimento da terra e reduzir as emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa (GEE). Estes países se comprometeram em reduzir suas emissões líquidas anuais de carbono para 5% abaixo dos níveis de 1990, durante o período de 2008 a 2012 (SILVA, 2015, p. 123).

Controverso, o acordo possui limitações e conflitos, como, por exemplo, o fato de os Estados Unidos, um dos maiores poluidores mundiais, nunca ter ratificado o documento. Os Estados Unidos, conforme dito anteriormente, é considerado “um calcanhar de Aquiles” no que tange os acordos climáticos, como poderemos ver mais adiante. Todavia, mesmo com as dificuldades, em 2012, durante a COP-18, em Doha, no Catar, o Protocolo de Kyoto foi prorrogado até 2020.

O Protocolo de Kyoto, assim como outras medidas ambientais instituídas por esses encontros para deliberar acerca do clima dividem as opiniões. Banerjee (2003) critica o fato de que acontecimentos como a ECO-92 e o Protocolo de Kyoto provam que ao unir os interesses econômicos e políticos com os interesses ambientais, o meio ambiente sai perdendo sempre. Assim, surge um mecanismo que transforma os problemas ambientais em algo que pode ser combatido através de medidas econômicas, com valor mercadológico.

A COP-6, à exceção das outras, ocorreu em duas seções. A primeira parte foi realizada em Haia, nos Países Baixos, no ano 2000. No primeiro encontro, houve divergências gritantes, especialmente entre os Estados Unidos e países da União Europeia, no que tange aos problemas climáticos. Tal dissonância de interesses fez com que um segundo encontro fosse marcado para 2001, em Bonn, na Alemanha. Nesse ínterim, os Estados Unidos renunciaram ao Protocolo de Kyoto, no início de 2001.

Já a Conferência de Copenhague, conhecida como COP-15, foi realizada entre os dias 7 e 18 de dezembro do ano de 2009, na capital da Dinamarca. Segundo Abranches (2010), o evento aconteceu em condições favoráveis e hospitaleiras, com um número expressivo de pessoas influentes, sendo 192 representantes de países signatários. Esse foi o maior número visto em um acordo do tipo desde a ECO-92. Contudo, mesmo com todo o ambiente propício para tornar-se um marco, o evento não correspondeu às expectativas.

Abranches (2010), como já mencionado, considera que a presença maciça de 192 dirigentes globais, acabou prejudicando o encontro, pois dispersou os reais interesses da Conferência. O autor argumenta que o evento soou informal, justamente porque os líderes globais roubaram as atenções do evento de tal forma, que os diplomatas mal conseguiram intervir nas decisões.

Lycarião (2014), em compensação, afirma que um chefe de governo, pelo menos, conseguiu sobressair-se positivamente durante a COP-15: o então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Lula teve uma participação destacada no evento, demonstrando comprometimento e após sua realização, apontando críticas ao posicionamento dos Estados Unidos durante a realização da Conferência.

O autor (2014) afirma ainda, que a COP-15 teve uma grande cobertura em relação a anos anteriores, inclusive no Jornal Nacional, sendo a mais noticiada no que tange a eventos dessa natureza, em anos, além de ter tido ainda maior destaque na cobertura da Folha de S. Paulo do mesmo ano. Cercada de expectativas por parte da mídia, o fracasso da COP-15 foi ainda mais realçado.

Durante a Conferência, Abranches (2010) aponta que Lula foi importante na mediação entre o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao. Os dois dirigentes globais, segundo o autor, divergiam no tangível à redução das emissões para países em desenvolvimento em condições avançadas, tendo, portanto, Lula, papel importante no início das negociações entre ambos.

Lycarião (2014) observa ainda que após a avalanche de críticas dirigidas à COP-15, os encontros seguintes tiveram uma preocupação maior com as deliberações, objetivando amenizar a frustração da referida conferência. O autor cita que a COP-16, realizada em Cancún, no México, em 2010, e a COP-17, sediada em Durban, na África do Sul, em 2011, se não conseguiram nenhum feito histórico ou de relevância, pelo menos imprimiram um tom mais crítico e ponderado em suas deliberações.

A COP- 21, importante para a realização do nosso estudo, foi realizada em Paris, França. A Conferência adotou um acordo global, visando reduzir os efeitos das mudanças do clima, em um documento denominado Acordo de Paris. O acordo visa, entre outras especificidades, manter o aquecimento global bem abaixo de 2°C, até mesmo limitando-o a 1,5°C, acima dos níveis pré-industriais¹⁹. O documento contou com a assinatura de 195 países na ocasião.

A COP-21 conseguiu destacar-se no panorama dos idos de 2015, pois, entre as medidas adotadas, está um financiamento anual de US\$ 100 bilhões, a partir de 2020, pelos países mais abastados, com a finalidade de ajudar nações menos desenvolvidas. Por seu desfecho e a criação do Acordo de Paris, a COP-21 ganhou a alcunha de “histórica” por parte da mídia²⁰.

Todavia, os desdobramentos no decorrer dos anos após a assinatura do Acordo não foram tão harmoniosos. À época da COP-21, Barack Obama era o presidente dos Estados Unidos, contudo, em novembro de 2016, Donald Trump venceu as eleições presidenciais e se tornou seu sucessor. Os Estados Unidos, como já havia sucedido com o Protocolo de Kyoto, não ratificaram o Acordo de Paris²¹.

O Brasil, presidido por Michel Temer à época, que assumiu a presidência após o processo de impeachment sofrido por Dilma em agosto de 2016, ratificou o Acordo de Paris

¹⁹ Informações disponíveis no site das Nações Unidas: <<http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

²⁰ Como observado nas reportagens “Conferência do clima termina com ‘acordo histórico’ contra aquecimento global”. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212_acordo_paris_tg_rb>. Acesso em 24 ago. 2016. “COP 21 divulga texto para acordo histórico”. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/cop-21-divulga-acordo-historico-pelo-clima>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

²¹ Mais informações em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/decisao-de-trump-sobre-acordo-de-paris-causa-onda-de-criticas-no-mundo/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

em setembro do mesmo ano. À época da Conferência, Dilma Rousseff era a Presidente, tendo um papel de destaque, inclusive revelando metas ambiciosas²² no que tange às emissões de gases de efeito estufa em meses anteriores ao evento.

2.4 O discurso sobre Desenvolvimento Sustentável e a Mídia

O Relatório Brundtland foi responsável por consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável que conhecemos hoje (BANERJEE, 2003; COSTA, 2006b; SILVA, 2015). O Relatório, de 1987, é oriundo de contribuições da médica norueguesa Bro Harlem Brundtland, que também é mestra em saúde pública, convidada em 1983 para assumir a presidência da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O documento, considerado inovador por diversos grupos e denominado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*) trouxe à tona a ideia de que é preciso atender as necessidades da geração atual, sem comprometer as gerações futuras. Banerjee (2003, p. 82), no entanto, afirma que “os discursos sobre sustentabilidade estão se tornando crescentemente corporativos”, enfatizando que a os discursos em torno da sustentabilidade são manipulados na imprensa e nas leituras acadêmicas, no anseio de legitimar um discurso corporativista como pretensamente universal. Isso ocorre quando, por exemplo, falamos em Biotecnologia ou reservas de carbono.

Desenvolvimento sustentável, conforme Silva (2015, p. 42), é “a apropriação ideológica de uma forma de desenvolvimento que projeta uma sociedade preocupada com os limites da biosfera e com a própria sobrevivência do desenvolvimento econômico no modo de produção capitalista”. Banerjee (2003) afirma que o Desenvolvimento Sustentável, pretensamente, teria como objetivo, em teoria, unir os díspares interesses econômico e ambiental, o que por si já seria problemático o bastante. O autor sublinha que após mais de meio século, tal modelo não conseguiu atingir esse objetivo proposto, pelo contrário, a pobreza que esse modelo de desenvolvimento prometia extinguir continua presente em várias partes do globo, principalmente no chamado Terceiro Mundo.

O autor (2003) problematiza ainda que o discurso racionalista, de que os avanços tecnológicos e científicos poderiam solucionar a pobreza e outros graves problemas sociais, fracassou, especialmente em países subdesenvolvidos. O painel atual é de instabilidade

²² Mais informações em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/dilma-anuncia-metas-do-brasil-para-o-clima-em-assembleia-da-onu>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

climática²³, desastres naturais de proporções épicas e previsões nada animadoras no que tange ao futuro climático.

Um dos pontos cruciais da problemática do Desenvolvimento Sustentável, segundo ainda Banerjee (2003), está no fato do modelo desenvolvimentista sempre enfatizar o quanto os danos ambientais podem ser malefícios ao crescimento econômico, mas não costumeiramente realçar o caminho inverso, do quanto o modelo prejudica o meio ambiente.

Fernandes (2006) considera que o desenvolvimento sustentável é uma forma de dominação ao mesmo tempo agressiva e suave. A autora sustenta tal afirmação embasada no fato de que o discurso possui um tom conciliador e pretensamente global, enquanto na prática é segregador e impositivo. Ela questiona o modelo de desenvolvimento e a perspectiva de solidariedade intergeracional. A autora argumenta que se no presente os recursos naturais não são disponíveis a todos, é inevitável constatar que a problemática seguirá para as gerações futuras.

Banerjee (2003) também enfatiza outro problema para o referido modelo, ao sublinhar que muitas pessoas em perspectiva mundial são excluídas do sistema capitalista, como os índios. Logo, esse modelo não abarca a sociedade em sua totalidade, excluindo populações locais, por exemplo. Contudo, possui um discurso que almeja soar como global.

De acordo com Fernandes (2006), os países do Norte e do Sul tendem a partilhar problemas semelhantes. Entretanto, para a autora, os problemas enfrentados pelos países do Norte, costumam ser oriundos do excesso de consumo, enquanto que os países do Sul padecem de problemas normalmente decorrentes da escassez e da desigualdade social. Deste modo, a real preocupação da política ambiental da contemporaneidade, ancorada no discurso do desenvolvimento sustentável, é a gestão dos recursos naturais em perspectiva global, para satisfazer, especialmente, os países mais ricos.

Rodrigues (2013) pontua que esse modelo vem trazendo impactos negativos, sendo imprescindível o papel da Amazônia brasileira e dos meios de comunicação para informar, de forma concisa à população, as prováveis consequências de manter a situação na mesma inércia.

Amaral Filho (2016, p. 36) discorre acerca de uma publicização das temáticas do meio ambiente. O autor ressalta que “a publicização da temática ambiental na mídia hegemônica equipara-se à publicização de qualquer produto de consumo, simbólico ou tangível”. O que justifica ações sustentáveis cada vez mais presentes nas empresas e na mídia, constatando que

²³ Mais informações em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/europa-sofre-com-incendios-e-seca.shtml>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

o meio ambiente está em simbiose com ações mercadológicas de fato. O marketing ambiental, portanto, é uma realidade mercadológica contemporânea. Ter medidas de mercado pensadas em um “consumo consciente”, dessa forma, é ter visão de negócio. Implicando que o capital está diretamente relacionado com o aspecto ambiental.

Amaral Filho (2016) exemplifica a sustentabilidade aplicada à Amazônia, ao afirmar que existe uma perspectiva contemporânea de naturalização do capitalismo. O autor sublinha que se fala em sustentabilidade ao possibilitar empregos e prometer melhorias na qualidade de vida, contudo, tudo isso é concomitante às práticas de apropriação da natureza e usadas na forma mais capitalista tradicional possível. O que implica a depredação da natureza, a exaustão dos recursos naturais, entre as mais arcaicas formas de lucrar com o meio ambiente. A noção de sustentabilidade, então pode ser considerada essa tentativa de tornar a exploração algo corriqueiro e necessário para o desenvolvimento.

A Biotecnologia também surge neste contexto como um elemento importante na atualidade. Entende-se por Biotecnologia um agrupado de técnicas que permitem à indústria farmacêutica o cultivo de microrganismos a serem cultivados e industrializados posteriormente. Banerjee (2003) considera que a Biotecnologia reproduz uma gama de produtos a serem comercializados, entretanto, isso uniformiza a vida e invisibiliza populações como os indígenas e os camponeses, que não têm espaço nessa conjuntura, evidenciando ainda mais o aspecto capitalista do Desenvolvimento Sustentável. Banerjee (2003) também acredita que a Biotecnologia fortalece a noção da natureza como valor mercadológico.

Redclift (2006) argumenta que a falsa sensação de negociação global e o consequente consentimento, garantem a hegemonia dos mais poderosos nessa teia de interesses que circundam as questões ambientais. Conforme a percepção do autor, podemos explicar uma das características intrínsecas ao conceito de desenvolvimento sustentável, que é o colonialismo²⁴. Tal característica sempre existiu, mas com o advento da sustentabilidade vem disfarçado por um consenso global e acordos que pretensamente se dizem universais.

Portanto, com forte viés mercadológico e perpetuando o desequilíbrio entre os países mais ricos e os em desenvolvimento, temos o meio ambiente como uma mercadoria. E hoje, com várias empresas e marcas incorporando esse discurso, busca-se ainda mais lucrar com a pretensa sustentabilidade. O marketing ambiental, atualmente, não é dissociado de qualquer

²⁴ A característica principal do colonialismo é a dominação de uma cultura em detrimento à outra, uma imposição de poder. Mais informações em: <<https://www.infoescola.com/historia/colonialismo/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

outro tipo de marketing mercadológico, faz parte cotidianamente dos planos empresariais, midiáticos e de outras esferas.

Amaral Filho (2016) explica que isso ocorre porque um dos fatores predominantes para a configuração de um escopo ambiental nas ações mercadológicas é o fato do Código de Defesa do Consumidor prever ações ecologicamente mais corretas por parte das empresas. Configurando que além de ser mal vista do ponto de vista politicamente correto, já que ser sustentável é requisito para investimentos, também é ilegal não propor ações sustentáveis nos marketings de qualquer espécie.

O tópico seguinte tratará das mudanças climáticas no contexto amazônico, perpassando pelo Brasil de uma forma mais ampla. O panorama nacional nos ajudará a compreender o aspecto regional do assunto.

2.5 A Amazônia no contexto das mudanças climáticas

Marengo (2008) afirma que as constatações científicas apontam que as mudanças climáticas influenciarão negativamente os recursos de águas do Brasil. O autor também aponta que a variação do clima interfere nesse cenário, ressaltando acontecimentos como secas no Nordeste e na Amazônia, ocorridas no final do século XX e no início do século XXI, que influenciaram diretamente na economia brasileira. Rodrigues (2013) considera que, apesar de não ser unanimidade, muitos estudiosos consideram que as mudanças climáticas são a pior herança do modelo econômico contemporâneo.

Esta dissertação, como não poderia deixar de ser, também é centrada no território amazônico, importante lugar de fala, tanto no que concerne ao meio ambiente quanto ao âmbito socioeconômico. A Amazônia é palco direto da ação das alterações climáticas e das consequências acarretadas por tal acontecimento. Nobre, Sampaio e Salazar (2007, p. 22) são enfáticos ao afirmar que “a Amazônia desempenha um papel importante no ciclo de carbono planetário e pode ser considerada como uma região de grande risco do ponto de vista das influências das mudanças climáticas”. Entre os motivos apontados pelos autores (2007, p. 23), como já assinalado, está a concepção de que tais alterações causam “um risco para o ciclo hidrológico na Amazônia”.

Dutra (2009) ressalta que os chamados viajantes, através de seus relatos históricos e que seguem sendo estudados ainda na contemporaneidade, criaram uma aura de misticismo em relação ao território amazônico.

Uma das características do espanto do europeu está na própria origem do nome da Amazônia, invenção do aventureiro espanhol Orellana no século XVI, assim como tantas outras, como grupos indígenas compostos de gigantes ou de anões, humanos com pés voltados para trás, etc., capacidade inventiva que, durante séculos, alimentou a mega-fantasia do jamais encontrado El-Dorado, com todo o repertório de outras fantasias que o acompanharam (DUTRA, 2009, p. 63).

Para Pressler (2012), os discursos proferidos sobre Amazônia abrangem uma significação que vai além dos limites geográficos. A autora (2012) credita à Constituição Brasileira de 1988, às altas taxas de desmatamento desse período e ao assassinato do seringueiro Chico Mendes, também em 1988, uma maior intervenção internacional no território amazônico.

A repercussão negativa (...) e, em especial, as condições em que ocorreu o assassinato do sindicalista Chico Mendes no Brasil, motivaram uma série de manifestações dos direitos humanos nos Estados Unidos e na Europa. Houve mobilização envolvendo passeatas e discursos em parlamentos exigindo os direitos das populações indígenas e dos povos tradicionais das florestas, além da contenção do desmatamento. Dessa maneira, pressionado pela opinião pública, sobretudo a internacional, e pelos países do G7, o Brasil foi obrigado a criar novas perspectivas e políticas públicas ambientais para amenizar e mudar sua imagem em relação à preservação de floresta tropical (PRESSLER, 2012, p. 51).

Segundo Araújo e Léna (2010), a Amazônia sofre até hoje as consequências das políticas que almejavam o desenvolvimento incessante, que vigorou durante os anos que compreendem 1965 e 1985, período que durou a ditadura militar no Brasil. Segundo os autores, esse período caracterizou-se:

Pelo predomínio exclusivo de uma ideologia desenvolvimentista, implementada por um “Estado Autoritário”, que não hesita em lançar mão de expedientes burocráticos para regularizar práticas ilícitas de expropriação fundiária, em favor dos interesses de empresas e grupos econômicos (ARAÚJO e LÉNA, 2010, p. 13).

Araújo e Léna (2010) sublinham ainda que esse modelo de crescimento econômico depredatório beneficia uma pequena parcela de forma ligeira, contudo, originando pobreza em grande escala na maior parte da população. Categorizando o período da ditadura militar como uma época onde não havia interesse em amenizar os problemas ambientais ou resguardar a Amazônia, a palavra da vez era o lucro e a apropriação do território em prol de benefícios financeiros e sociais.

Todavia, Araújo e Léna (2010) ponderam que esse agressivo modelo de crescimento econômico desencadeou alguns desdobramentos positivos, nesse cenário obscuro. Eles citam reações socioambientais relevantes, como, por exemplo, a criação de ONGs ambientalistas que obtiveram êxito, além de movimentos sociais que conseguiram resultados satisfatórios.

Amaral Filho (2016) explica que as consequências negativas do crescimento populacional e consequente capitalismo crescente na Amazônia são chamadas de externalidades negativas, para amenizar as trágicas consequências de um modelo defasado e destrutivo que acarretou, desde sempre, problemas crônicos na localidade. São denominados de forma amena para parecerem acidentes de percurso e não problemas estruturais.

Araújo e Léna (2010) argumentam que a reconfiguração de um modelo socioambiental na Amazônia, data do final da década de 1980. Esse novo modelo, segundo os autores, reconfigurou a importância da preservação ambiental na região e passou a valorizar populações à margem do modelo das políticas ocidentais tradicionais, como os ribeirinhos e os indígenas, por exemplo.

A Constituição de 1988 data do mesmo ano do assassinato do seringueiro e ambientalista Chico Mendes. Acreano, foi um líder sindical, defensor dos seringueiros da Bacia Amazônica. Sua luta e seu assassinato, despertaram atenção mundial. Na Constituição Brasileira de 1988, o meio ambiente foi contemplado com o art. 225, que sanciona o fato de todos terem direito a um meio ambiente bem cuidado e equilibrado, entre outras especificidades.

Em 1994, a HBO produziu o filme “Amazônia em Chamas” (*The Burning Season*). O ator argentino Raul Julia deu vida ao seringueiro e a brasileira Sonia Braga interpretou a esposa de Chico Mendes, Ilzamar Mendes. Raul Julia ganhou um Globo de Ouro póstumo, por sua interpretação, no ano de 1995. Em 2007, a Rede Globo exibiu a minissérie “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”, da autora acreana Glória Perez. Dessa vez, o seringalista foi interpretado por Cássio Gabus Mendes e o papel de Ilzamar ficou com Vanessa Giacomini. Em 55 episódios, a produção abordou um pouco da história e luta de Chico Mendes.

Portanto, a pauta ambiental estava em voga em 1988, categorizando-o como um ano importante no concernente à agenda ambiental mundial. Assim, percebemos que apesar da década de 1970 ter dado um impulso maior às discussões ambientais, foi no final da década de 1980 que houve uma intensificação de preocupação ambiental. Já na década de 1990, após a ECO-92, houve um aumento de notícias sobre a temática ambiental na mídia (COSTA,

2006a; DUTRA, 2009), inclusive, a Amazônia passou a ser mais noticiada por veículos de comunicação internacionais (COSTA, 2006a).

Amaral Filho (2016) argumenta que o desmatamento aparece como um dos maiores problemas do território amazônico, sendo constantemente considerado por estudiosos como um grande causador do aquecimento global. Em 1997 e 1998, por exemplo, em decorrência de um incêndio de grandes proporções no estado de Roraima, a região ganhou os holofotes da mídia. Costa (2006b) relata que representantes da ONU realizaram uma visita ao local atingido pelo incêndio e grandes investimentos financeiros foram feitos em programas de prevenção a queimadas e desmatamento por partes dos países do G7.

Em 2005, um novo acontecimento despertou a atenção: uma grande seca afetou principalmente parte do estado do Amazonas e o estado do Acre. Marengo et al (2010) relatam que o episódio teve efeitos devastadores, tais como diminuição no nível dos rios, lagoas que desapareceram, além de atingir negativamente a economia, devido, por exemplo, ao fechamento de aeroportos e portos.

Já em 2014, ano da crise hídrica que assolou o estado de São Paulo²⁵ de forma mais intensa, o verão foi bastante quente, com recordes de calor, além de índices pluviométricos baixíssimos. A seca durou entre os anos de 2014 e 2016. Ainda em 2015 houve o rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco, no que ficou conhecido como a tragédia de Mariana²⁶, município brasileiro do estado de Minas Gerais. Trinta e dois milhões de metros cúbicos de substâncias contendo minérios de ferro transbordaram, ocasionando prejuízos irremediáveis em Bento Rodrigues e mais sete localidades nas proximidades.

Sampaio, Fontes e Ferracioli (2017, p. 56) afirmam que tal fato constitui-se como o “maior desastre ambiental da história do Brasil”. Os autores constataram que a cobertura da imprensa, no tangível ao desastre de Mariana, foi insuficiente, parcial e ainda eclipsada pelo atentado ocorrido no Estado Islâmico de Paris, dia 13 de novembro do mesmo ano²⁷.

O desastre em Mariana, ocorrido no dia 5 de novembro, antecedeu a Conferência de Paris (COP-21) e foi o cerne do discurso de abertura de Dilma Rousseff no evento referido, no qual a então Presidenta discursou que os culpados pelo desastre ambiental seriam penalizados. Até o momento isso não ocorreu e um novo desastre, também sob responsabilidade da Vale, vitimou em 25 de janeiro de 2019, mais de 300 pessoas. O novo desastre foi em Brumadinho -

²⁵ Mais informações em: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/para-especialistas-causas-da-seca-vao-alem-do-desmatamento-na-amazonia-2901.html>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

²⁶ Mais informações em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

²⁷ Mais informações em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/tiroteios-e-explooes-sao-registrados-em-paris-diz-imprensa.html>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

MG, região metropolitana de Belo Horizonte – apontado pelos mais críticos como um crime ambiental. Houve um rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, originando uma avalanche de lama²⁸. Quatro anos após o trágico acontecimento de Mariana, também com uma barragem e também no estado de Minas Gerais, o acontecido em Brumadinho, apesar de não decorrer das mudanças climáticas, reacendeu a discussão sobre o meio ambiente em cenário brasileiro.

O panorama atual das mudanças climáticas no Brasil contemporâneo é preocupante. O presidente recém-eleito Jair Bolsonaro, que venceu o segundo turno das eleições em 28 de outubro de 2017, por exemplo, tem como chanceler Ernesto Araújo. Trata-se de um diplomata, atualmente com o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil e bastante reticente com relação às mudanças climáticas²⁹. O chanceler e Bolsonaro se recusaram a sediar a COP-25.

Na contemporaneidade podemos perceber um retrocesso nas questões climáticas no território brasileiro. Com um presidente que não tem demonstrado apoio à causa e um chanceler cético, a perspectiva do assunto perder força já configura uma realidade vigente. É importante ressaltar que o mesmo governo havia cogitado unir o Ministério da Agricultura com o Ministério do Meio Ambiente, dessa forma unificando dois setores que atuam de forma distinta e possuem interesses muitas vezes antagônicos.

Portanto, o cenário brasileiro das mudanças climáticas também vem enfraquecendo. Fruto de um contexto histórico que vai do global, com um presidente americano que deslegitima muitas questões importantes, inclusive a do aquecimento global, ao território brasileiro, com uma situação muito semelhante. Bancadas conservadoras no Congresso Nacional, como a popularmente chamada bancada BBB (“da bala” [armamentista], “do boi” [ruralista] e “da bíblia” [evangélica]), que ganham cada vez mais força também, ajudam a consolidar um tempo em que o debate ambiental vem correndo risco de esmorecimento constante. Pelo menos no que tange ao discurso político brasileiro.

Fechando nosso foco novamente na Amazônia, é importante ressaltar o papel da região no chamado marketing ambiental. Amaral Filho (2016) considera a Amazônia como uma marca, do mesmo patamar da Microsoft e da Coca-Cola. Isso ocorre porque sua cultura foi publicizada por meio do espetáculo e do marketing ambiental, gerando um produto de grande

²⁸ Sendo um acontecimento recente e de difícil resgate, além de informações sigilosas, ainda está em constante atualização o número de vítimas da calamidade ocorrida em Brumadinho. Mais informações em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/06/brumadinho-numero-de-mortes-confirmadas-na-tragedia-chega-a-150.html>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

²⁹ Mais informações em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-11-16/chanceler-ernesto-araujo.html>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

valor econômico. O autor explica que existem produtos com valores estéticos e sons próprios da floresta, com o nome Amazônia, pensados de forma mercadológica. Amaral Filho (2016) alega que a Marca Amazônia é publicizada normalmente como sendo associada aos produtos verdes, numa clara tentativa de mostrar consciência ambiental e empresarial. Portanto, a Marca Amazônia é tratada como um produto, seguindo a cartilha do marketing trivial. O autor considera que a Amazônia enquanto marca traz códigos como o verde, as araras ou os índios, remetendo às especificidades da natureza. Em um tempo em que meio ambiente é uma palavra de conotação positiva para maioria das pessoas, consumir produtos da Marca Amazônia configura pensar globalmente, ser engajado.

No capítulo seguinte abordaremos o principal referencial teórico-metodológico de nosso trabalho, destacando autores e procedimentos que nos auxiliarão na construção da presente dissertação.

2.6 Relações de poder no cenário climático

Bourdieu (1989) trabalha com o conceito de poder simbólico, soma de todas as outras formas de poder (como o econômico e o político, por exemplo). O autor afirma que tal poder é emitido por meio da enunciação e exercido de forma natural, equiparado, por exemplo à força física no que tange a seus efeitos. Todavia, o autor observa que o poder simbólico só é funcional quando não é considerado arbitrário, funcionando entre os que exercem e os que a ele estão sujeitos, dentro da estrutura do próprio campo. Este último é entendido pelo autor como um campo de força, no qual os agentes e instituições lutam para melhor sua posição e acumular o capital valorizado dentro do campo. É o caso do campo ambiental ou do campo midiático, por exemplo. Nas palavras de Bourdieu: “os limites de um campo são os limites de seus efeitos”.

A simbiose dos campos é explicada por Amaral Filho (2016), como o fato dos campos atuarem de forma similar à interdisciplinaridade. O autor embasa que o campo possui limites espaciais, mas que os perpassa por meio das inter-relações no que já pode ter sido produzido por outro campo, ampliando as perspectivas deste.

As relações dentro das discussões ambientais no que tange ao panorama climático, são relações de poder. Segundo Bourdieu (1989), para fazerem valer seu ponto de vista dentro do campo, é necessário que os agentes compreendam sua posição neste. Países considerados grandes potências econômicas, por exemplo, têm lugar de destaque, enquanto países periféricos figuram em posições marginais, a não ser, que, como no caso do Brasil, alvo de

interesse global devido aos recursos naturais, possa ter um lugar de fala mais privilegiado, como ocorreu durante a COP-21.

Um país como os Estados Unidos influencia fortemente nos acordos firmados no cenário das mudanças climáticas. A saída do país, ocorrida em junho de 2017, dois anos após a COP-21, é um fato notável e sentido. Não a ponto de derrocar o Acordo de Paris, mas dada à posição dos Estados Unidos no campo concernente às decisões globais acerca dos eventos climáticos e por ser um grande poluidor, faz com que seja uma ausência significativa.

Pressler (2012) argumenta que na realidade amazônica, o poder se manifesta por meio de convergências e divergências, com interesses que tentam soar como globais. Ou seja, os interesses no território são reforçados por um discurso de pretensão universal, que defende que a preservação da região é de interesse global e traria melhorias de forma geral, mascarando os interesses específicos em um discurso que se apoia em uma concepção genérica de sustentabilidade.

No capítulo seguinte abordaremos o referencial teórico-metodológico principal do trabalho. A Semiologia dos Discursos Sociais será nosso principal referencial teórico e a Análise do Discurso nossa metodologia. Ambas nos auxiliarão na análise do discurso dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Liberal* sobre mudanças climáticas.

3 SEMIOLOGIA DOS DISCURSOS SOCIAIS, DISCURSO E PODER

3.1 Semiologia dos Discursos Sociais

No trabalho aqui proposto consideramos a Semiologia como uma “ciência que estuda os fenômenos da comunicação como sendo de produção de sentido” (LIMA, 2010, p. 33). Segundo Lima (2010), a Semiologia surge na década de 1940, inicialmente, estudando acerca de linguagens não verbais, como os sinais de trânsito e a linguagem dos deficientes auditivos. A segunda fase da Semiologia, segundo Verón (2004), já era menos estática, objetivando compreender os procedimentos textuais.

A terceira fase, a que interessa para o nosso trabalho, emergiu na década de 1980. Segundo Lima (2010), sendo enriquecida pelas contribuições dos conceitos de Mikhail Bakhtin como polifonia e dialogismo integrados à Semiologia e assim originando sua terceira fase, também chamada de Semiologia dos Discursos Sociais. Importante atentarmos que os estudos de Bakhtin provêm de bem antes disso, mas foram descobertos tardiamente pela sociedade ocidental, datando sua obra “Problemas da Poética de Dostoiévski”, de 1929.

Vale a pena frisar que a contribuição da Semiologia dos Discursos Sociais é justamente trabalhar com a noção de sentido e não de significado, como a fase anterior. Verón (2004, p. 216) considera que a terceira fase da Semiologia trabalha com os efeitos de sentido, compreendendo “o processo que vai da produção de sentido até a ‘consumação’ de sentido”. Contudo, o autor afirma que a situação é bastante complexa, visto que o efeito de um discurso não é uno.

Barros (2003) observa que Bakhtin tratava o enunciado³⁰ como o cerne em um estudo da linguagem, mas ressaltando que um objeto necessita ser compreendido por meio do contexto sócio-histórico. Os conceitos de polifonia e dialogismo são imprescindíveis no que tange aos estudos de Bakhtin. O autor trouxe à tona os referidos conceitos ao analisar a literatura de Dostoiévski³¹ na obra “Problemas da Poética de Dostoiévski” (2010), aludindo que a rica literatura do romancista remetia a um estudo com várias vozes, como ocorre com os jornais, objeto de estudo dessa dissertação.

³⁰ Para Verón (2004, p.216), “a ordem do enunciado é a ordem do que é dito (...), a enunciação diz respeito não ao que é dito, mas ao dizer e suas modalidades, os modos de dizer”.

³¹ Fiódor Dostoiévski (1821 – 1881), consagrado autor russo, de sua autoria podemos destacar “Crime e Castigo”, uma de suas obras mais famosas. Mais informações em: <https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecID=0&Template=../li_vros/layout_autor.asp&AutorID=835470>. Acesso em: 4 ago. 2018.

Bakhtin (2010) enfatizava que as personagens de Dostoiévski eram tridimensionais, sendo seus protagonistas não apenas objetos do discurso, mas também os sujeitos. O autor considerava que os heróis do autor russo não possuíam uma consciência fechada em si, partilhavam da experiência com “outro”. Esse último é um elemento indispensável à comunicação, ao discurso, e está justamente no centro da análise de Bakhtin sobre as obras de Dostoiévski. Não há como falar em comunicação e discurso sem o “outro”.

Bakhtin (2010) sublinha que o princípio emblemático na polifonia de Dostoiévski é o fato dela ser realizada entre consciências distintas. A polifonia, portanto, para o autor, consiste em uma multiplicidade de vozes que se cruzam. Bakhtin (2010) considera que os personagens de Dostoiévski são elementos cuja concepção da consciência e autoconsciência importam mais do que suas características mundanas. Contrastando com os romances europeus feitos à época, marcados pela monologia (apenas uma voz), Bakhtin (2010) suscita que as obras de Dostoiévski são plenamente subjetivas, configurando que suas personagens são livres, basicamente, sendo a autoconsciência delas um fator substancial.

Dessa forma, Bakhtin (2010, p. 293) pondera que o dialogismo é condição imprescindível nos romances de Dostoiévski, afinal “tudo é meio, o diálogo é o fim. Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência”.

Os escritos de Bakhtin (2010), portanto, são muitos úteis para a análise do nosso trabalho, uma vez que o próprio jornalismo é inconcebível sem a perspectiva do outro. O jornalismo tende a recorrer a várias vozes. A intertextualidade é característica inerente ao ofício, logo, não há como analisar textos jornalísticos sem ponderar o “outro”. Os textos não se encerram em si. Os romances de Dostoiévski, portanto, segundo a percepção de Bakhtin (2010), estão sempre recorrendo ao outro, com vozes se entrecruzando.

Barros (2006) ressalta que a contribuição de Bakhtin para os estudos referentes ao texto e ao discurso não são parciais, sendo necessário compreendê-los em sua completude, em toda sua estrutura, sendo esse também o motivo do autor soviético ter sido incompreendido em vários momentos. Em relação ao dialogismo, Bakhtin o considera indispensável em um estudo sobre linguagem. Segundo Barros (2003), Bakhtin compreende que o dialogismo corresponde ao deslocamento do sujeito e logo à subjetividade, existindo, dessa forma, uma interação entre o leitor e o autor, afinal, ao se escrever se escreve para alguém.

Costa (2006b) suscita que a figura do emissor foi predominante durante muito tempo no panorama dos estudos da comunicação, sendo o outro lado, o receptor, basicamente marginalizado durante esse período. A autora se refere à década de 1980 como o período em

que a Teoria da Recepção³² emergiu, no intento de aproximar as noções de comunicação com as especificidades da noção de cultura, além de ser um momento importante, na América Latina, político e social, propício para rever conceitos sociais, o que também acarretou essa transformação.

Fausto Neto (1995) sublinha que ao falarmos em discurso é inconcebível falar em leitor passivo, visto que a própria noção do termo exige procedimentos que integrem os polos emissor e receptor. É perceptível, dessa maneira, que não existe passividade quando falamos em análise de um texto ou derivados, há uma negociação de sentidos³³. Por exemplo, quando se escreve tem-se um público específico imaginário para aquele texto.

Barros (2003) também reforça, que o dialogismo é condição primordial em um estudo textual ou discursivo. O jornalismo recorre aos mais variados sujeitos para compor suas matérias, logo a polifonia é uma de suas características inerentes. Cabe dessa forma, no decorrer dessa pesquisa, identificar quais sujeitos têm as suas vozes acionadas e se o discurso jornalístico contempla variadas perspectivas ou se se concentra em vozes determinadas, excluindo, por exemplo, minorias.

O tópico seguinte focará as noções de discurso, explicitando quais as características desse conceito, os autores que utilizaremos e, finalmente, a metodologia que aplicaremos no presente trabalho: a Análise do Discurso de vertente francesa.

3.2 Discurso e Poder

A Análise do Discurso de vertente francesa, como mencionado, será a principal metodologia do nosso estudo, além de contribuições de Michel Foucault (2007) e do argentino Eliseo Verón (2004). Benetti (2007) acredita que uma metodologia precisa ser coerente com o seu referencial teórico. Neste caso, associaremos a Semiologia dos Discursos Sociais com a Análise do Discurso, sendo ambas, complementares, por suas especificidades e por trabalharem com a noção de efeitos de sentido.

Quando falamos em discurso e suas possíveis compreensões, não nos referimos a uma verdade absoluta, falamos em sentidos, no caso em efeitos de sentido. Verón (2004, p. 60) afirma que “os efeitos de uma produção de sentido são sempre uma produção de sentido”.

³² Costa (2006b) considera que os estudos relacionados à recepção almejam uma ruptura com o engessado modelo de análise, antes predominante, em que uma mensagem supostamente já chegava “mastigada” ao outro polo (receptor), onde era simplesmente absorvida.

³³ Fausto Neto (1995) denomina essas relações entre emissor e receptor como contratos de leitura, ressaltando que há uma troca implícita entre esses dois polos, pois é a única forma de interação entre ambos. O autor reforça a impossibilidade de pensarmos em passividade nesse processo.

Portanto, ao analisar um discurso, se analisa seus efeitos e seus desdobramentos, aquilo que ele manifesta. Também não podemos dissociar o discurso da ideia de poder, sendo essa característica inerente ao conceito. Nas palavras de Foucault (2007):

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2007, p. 9).

As considerações de Foucault acerca do conceito de discurso compreende que as vozes acionadas na sociedade são selecionadas, crivadas, havendo silenciamentos também. Para o nosso trabalho, por exemplo, algumas perguntas podem ser previamente elencadas: populações como índios ou pequenos agricultores são ouvidas ou governo, cientistas e empresários prevalecem como fontes principais do discurso midiático em se tratando de mudanças climáticas?

Para Verón (2004), por exemplo, o discurso absoluto até existe, contudo, a sua existência é como efeito de sentido, caracterizando uma imposição de poder. Foucault (2007) também pondera que o discurso possui relações diretas com o desejo e o poder. O autor reafirma que um discurso jamais é neutro. Dessa forma, as estratégias discursivas em um media, no caso desta pesquisa, dois veículos impressos, trazem consigo as ideologias³⁴ presentes nesse processo. O discurso carrega as marcas das relações de poder que lhe são intrínsecas.

Verón (2004) considera as ideologias imprescindíveis no que tange ao discurso. Todavia, o autor pondera que é preciso livrar-se do sentido ingênuo do termo e, para tanto, utiliza o termo ideologias, no plural, devido à pluralidade dos aspectos sociais que rondam o termo e suas especificidades. Fernandes (2008) afirma que o discurso necessita de uma rigidez teórica para fins acadêmicos, no afã de libertá-lo da significação usual do senso comum.

Verón (2004), portanto, acredita que o ideológico estar presente no discurso é um argumento válido, afirmando que na sociedade, os discursos são produzidos em diversos campos: sociais, políticos, econômicos, ambientais, entre outros, categorizando que em cada um deles estão fundamentadas ideologias decorrentes das especificidades de cada campo. Brandão (2007) enfatiza que por meio do discurso a ideologia se materializa.

³⁴ Marilena Chauí observa que a ideologia organiza-se como um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) (CHAUÍ, 1984, p.113).

Bourdieu (1989) afirma que as relações de comunicação são sempre relações de poder, que também possibilitam aos agentes acumularem poder simbólico. Almeida Filho (2016, p. 29), por sua vez, categoriza a mídia “como um ambiente de relações sociais de poder que produz e faz circular a informação” e o discurso como um local em que ocorrem as disputas de poder, no afã de consagrar versões de fatos como verdades. Almeida Filho (2016) explica que o discurso midiático se apodera de outros discursos embutidos no imaginário social, no intento de fornecer um discurso pretensamente legítimo. O autor considera que utilizar elementos presentes no imaginário agrega valor ao produto e pode propiciar atitudes de acordo com o apregoado pela marca em questão, no caso, ele usa a Marca Amazônia como exemplo.

Dutra (2009) afirma que o discurso da mídia é um segundo discurso, que se alimenta de um primeiro discurso. Denotando também que o discurso da mídia se apropria de outras áreas, transformando uma informação que era proveniente de outro campo.

Gregolin, por sua vez, é uma autora importante para auxiliar na compreensão dos estudos de Michel Foucault, visto que o autor não trabalha com uma perspectiva midiática, sendo, portanto, os estudos da autora fundamentais para a compreensão desse prisma. Gregolin (2007) acredita que a Análise do Discurso vem cada vez mais se consolidando como uma ferramenta para os estudos midiáticos, elucidando que são dois campos que se completam, pois ambos evocam a produção dos efeitos de sentidos e seus desdobramentos. Para a autora:

A análise do discurso, campo de pesquisa solidamente instalado no Brasil, interessa-se cada vez mais em tomar a mídia como objeto de investigação. A articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentido (GREGOLIN, 2007, p. 13).

Dessa forma, mostra-se plenamente possível relacionar os estudos da Análise do Discurso com a perspectiva midiática, principalmente quando levamos em consideração que o discurso não tem fim nele mesmo, afinal, trata-se de uma interdiscursividade³⁵.

Brandão (2007) enfatiza que uma Formação Discursiva, conceito de Foucault, é de suma importância no discurso, possibilitando que sujeitos concordem ou discordem a respeito de uma ideia, estabelecendo o que pode ou não ser proferido em determinado contexto sócio-histórico.

³⁵ Fernandes (2008) observa que interdiscursos remetem a outros tipos de discursos, exteriores ao texto ou a materialidade discursiva analisada.

O conceito de Formação Discursiva nasceu de uma inquietação de Foucault na obra “Arqueologia do Saber” (2010). No intento de encontrar elementos que categorizassem um ponto comum entre os discursos, Foucault recorreu a quatro hipóteses para tentar ratificar sua inquietação. Testando-as, o autor foi percebendo que recorrer a enunciados semelhantes, utilizando ou citando exemplos de campos como a medicina, a economia e a gramática, não era suficiente para encontrar unicidade entre suas hipóteses. Dessa forma, o autor concluiu que a dispersão era uma característica inerente ao discurso.

Portanto, para Foucault (2010), uma Formação Discursiva consiste em um determinado número de enunciados que estabelece dispersões semelhantes, além de coesão entre as temáticas. Dessa forma o autor compreendeu que nas dispersões era mais fácil encontrar elementos de ligação do que nas semelhanças.

Sendo, portanto, os discursos em Foucault uma arena de dispersões, Brandão (2007) afirma que é preciso analisar os enunciados com o objetivo de deslocar esses discursos da dispersão para a regularidade. Portanto, o enunciado, que tange aquilo que é dito, diferenciando-se da enunciação, que são as formas como dizemos algo, é outra característica imprescindível para a Análise do Discurso. “O discurso seria concebido dessa forma, como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva” (BRANDÃO, 2007, p. 47),

Dessa forma, cabe à análise discursiva proposta nesse trabalho, identificar as principais formações discursivas que dão base ao discurso jornalístico referente às mudanças climáticas nos jornais *O Liberal* e *Folha de S. Paulo*. Como afirma Benetti (2007), uma Análise do Discurso deve iniciar com a identificação das Formações Discursivas, em torno de um discurso.

Quando buscamos compreender, por meio de uma análise, uma formação discursiva dada, vemos que é apenas parcialmente apreendida, pois caracteriza-se por uma incompletude e tem uma natureza complexa na sua própria dispersão histórica (FERNANDES, 2008, p. 41).

Ao analisarmos um discurso por meio do conceito de Formações Discursivas, portanto, temos que ter em mente que a própria dispersão, característica bastante utilizada ao falarmos em Análise do Discurso, é parte constitutiva de sua materialidade histórica. Sendo o discurso algo marcado por um contexto histórico, por dispersões e ausência de neutralidade, cabe ao analista de discursos encontrar marcas no texto que categorizem os efeitos de sentido dentro das próprias rupturas e lacunas que ele possui e que são características de um discurso.

Deste modo, cabe ressaltar que uma mesma palavra pode pertencer a formações discursivas diferentes, além de exigir que o analista de discursos tenha conhecimento sobre

áreas distintas, porque as palavras solidificam seu sentido de acordo com a formação discursiva que representam.

O tema abordado no presente trabalho é o discurso acerca do meio ambiente, especificamente das mudanças climáticas, nas matérias jornalísticas das versões digitalizadas dos jornais analisados (*O Liberal* e *Folha de S. Paulo*). Dito isso, o trabalho da análise discursiva iniciará com a identificação das formações discursivas, em seguida, trabalhar-se-á para chegar às particularidades que a análise necessitará para alcançar seu enfoque.

Verón (2004) considera que ao se analisar textos discursivamente, esses devem abordar o mesmo assunto. Porém, para o autor, tal afirmação é corriqueira, mais do que tratarem do mesmo assunto, tal assunto deve ter relevância objetivando um material expressivo como resultado. Contudo, Verón enfatiza no que tange à relevância ou não de um material, que a escolha acaba sendo intuitiva.

Para Verón (2004), a análise de discursos é sempre baseada nas diferenças, nos desvios, ocorrendo tal fato porque os discursos por si só são ancorados por indeterminações. Para o autor as múltiplas leituras que um discurso permite é o elemento que permite que a análise de discursos só seja possível ao identificarmos desvios.

Uma metodologia como a Análise do Discurso necessita de um vocabulário próprio e possui conceitos que lhe são muito peculiares, entre eles, podemos citar a ideia de memória discursiva. Fernandes (2008) elucida que memória discursiva designa eventos anteriores e posteriores a uma materialidade discursiva, acontecimentos que interferem e são inerentes na construção de um discurso.

Sendo os discursos marcados fortemente por um senso de temporalidade e sempre refletindo o contexto de sua época, os eventos antecedentes e seguidos a uma materialidade discursiva sempre são levados em consideração, visto que o interdiscurso também é uma característica irrevogável de uma análise discursiva. O texto não termina em si, o texto não se basta, é necessário sempre procurar outras fontes, outras materialidades no afã de realizar a análise.

A análise discursiva proposta para este trabalho baseia-se em identificar os efeitos de sentido propostos nos discursos. Existem marcas que permitem compreender os processos da enunciação e, no caso deste trabalho, essas marcas serão pesquisadas nas notícias sobre meio ambiente veiculadas nos jornais *O Liberal* e *Folha de S. Paulo* no ano de 2015. Essas notícias são frutos, para a pesquisa proposta, do que Verón (2004) denomina de “condição de produção discursiva” para a cobertura sobre as mudanças climáticas em *O Liberal* e na *Folha de S. Paulo*.

Verón (2004) afirma que para analisar um discurso é preciso ir atrás dos sentidos, das formas de produção de um discurso, indo além do que está escrito. O autor argentino também ressalta que não há discursos produzidos se não baseados em interesses, tais como os políticos e econômicos, mas alguns são diferenciados pois apresentam-se como se não houvesse uma teia de interesses por trás, aparentando serem inofensivos.

Para compreender melhor os estudos acerca do discurso e sua análise, temos que levar em conta que o contexto sócio-histórico é imprescindível para tal conhecimento. É sobre ele que trataremos a seguir, aproximando-nos um pouco mais da parte analítica.

4 ANÁLISE DISCURSIVA DA COBERTURA AMBIENTAL DOS JORNAIS O LIBERAL E FOLHA DE S. PAULO NO ANO DE 2015

Na década de 1990, como já explanado anteriormente, ocorreu um *boom* de reuniões globais e consolidação das COPs organizadas pelo ONU. No presente século XXI, esses desdobramentos continuam em vigor, tendo as questões ambientais se fortalecido como um componente político e social representativo, não mais podendo ser dissociado de discussões em variados campos sociais.

Sendo a Amazônia, recorrentemente, o centro do discurso midiático na pauta ambiental, por concentrar a maior floresta tropical do mundo, mostra-se relevante analisar o discurso produzido pelos principais periódicos nacionais e regionais sobre a região. Para isso foram escolhidos o paraense *O Liberal* e o jornal *Folha de S. Paulo*, um dos mais lidos do país.

Tendo *O Liberal* como um dos objetos empíricos, analisaremos o discurso referente às mudanças climáticas nesse jornal. A análise da *Folha de S. Paulo* será importante ao possibilitar a comparação com a abordagem de um jornal de ampla repercussão nacional a respeito do tema e da própria Amazônia.

4.1 O campo jornalístico e seus desdobramentos

Bourdieu (1989), como vimos, considera o conceito de campo uma construção do objeto que orienta as possibilidades da pesquisa, além de configurar um lugar de saberes específicos. Traquina (2013) sublinha que o saber específico do jornalismo, enquanto campo são as notícias e como elas são produzidas.

Amaral Filho (2016) alega que o campo da comunicação é alimentado por meio de informações oriundas de outros campos, logo, ele perpassa a publicização e alcança a representação. Ou seja, é um campo interdisciplinar por natureza, configurando um campo que necessariamente trabalha junto com outros, mas que possui especificidades legítimas. Pressler (2012) argumenta que no campo da comunicação, a luta simbólica ocorre na concepção do que é notícia e o que pertence à mídia no tangível à indústria da informação.

Traquina (2013) afirma que o campo jornalístico é impulsionado no século XIX, mediante a ascensão do capitalismo, que possibilitou à imprensa a condição de *mass media*. A partir desse impulsionamento, segundo o autor, o jornalismo transforma-se em um negócio, gerindo profissionais lutando por autonomia e prestígio para melhorar suas condições de trabalho. O autor (2012, p. 20) considera a notícia como “o principal produto do jornalismo

contemporâneo” e argumenta que por não se tratar de algo ficcional, a notícia é notória. Apesar de crescer vertiginosamente no século XIX, o jornalismo consolida-se no século XX através de meios de comunicação como o rádio e a TV, chegando à contemporaneidade com o jornalismo on-line sob um crescimento incessante (TRAQUINA, 2012).

Um dos grandes paradoxos do jornalismo, conforme observado ainda pelo autor, é o embate entre objetividade e subjetividade. No intento de ter credibilidade a qualquer custo, há muita resistência em tratar o jornalismo como narrativa, ou qualquer outro termo que o desvincule da realidade nua. Trata-se de uma profissão que tenta legitimar-se o tempo todo. A aura mítica do jornalismo o retrata como um contrapoder. Seria a imagem de David matando Golias, em um comparativo poético. Traquina dá ainda o exemplo da teoria do espelho, que corresponderia a uma visão ocidental do jornalismo, como a de um espelho, uma transmissão da realidade, sendo as notícias, supostamente, determinadas pela realidade. Traquina (2012) considera que a teoria do espelho é frágil e constantemente deslegitimada.

A resistência em tratar o jornalismo como um retrato fiel da realidade, segundo Benetti (2007), provém de uma visão positivista de que o jornalismo seria capaz de refletir a realidade em sua essência.

Conforme visto anteriormente, Foucault (2007) coloca que o discurso jamais é neutro. Benetti (2007) suscita ainda que por ser intersubjetivo, não tem como haver uma verdade absoluta no discurso, sendo este passível de mais de uma interpretação.

No que concerne ao jornalismo regional, Rodrigues (2013) defende que os *media* possuem papel crucial no que tange aos problemas ambientais, ressaltando que o jornalismo praticado na Amazônia, região que deve ser bastante afetada pelas mudanças climáticas, necessita ter uma postura contundente. O autor considera que necessitamos ter informações concisas a respeito dos problemas ambientais que assolam o território, afinal, eles ameaçam nossa existência e somos vítimas em potencial de tais danos.

Rodrigues (2013) observa que uma população bem informada na Amazônia, pode clamar de forma mais veemente por melhorias e ações mais incisivas para combater tais problemas ambientais. “O jornalismo praticado na Amazônia deve engajar-se na promoção do debate esclarecido junto à sociedade” (RODRIGUES, 2013, p. 271), só assim o diálogo é mais inclusivo e podemos vislumbrar melhores condições para amenizar os impactos trazidos por problemas ambientais.

Uma explicação para o fato de acontecimentos catárticos, como os desastres – ou seriam crimes ambientais – de Mariana e Brumadinho, por exemplo, ganharem destaque maciço na cobertura jornalística, de acordo com Traquina (2013), é a presença da morte. O autor explica

que “onde há morte, há jornalistas” (TRAQUINA, 2013, p. 76), argumentando que a morte é um valor-notícia imprescindível, assim denotando uma aura negativa à prática do jornalismo. Outros valores-notícia apontados por Traquina (2013) são a proximidade, o tempo e a notabilidade. Durante a análise discursiva da cobertura ambiental centrada nas mudanças climáticas dos jornais que estamos trabalhando, pudemos identificar alguns desses valores-notícia.

O fator que permite a um jornal impresso ser lido por meio de um celular ou de um computador, caso do trabalho presente, é a convergência. Segundo Jenkins (2009), a Convergência diz respeito ao fluxo de conteúdos por meio de distintos tipos de mídias, caracterizando uma migração dos públicos de um meio de comunicação para o outro. A dissertação presente é fruto dessa Convergência, uma vez que apesar de tratar de jornais impressos, estes foram acessados por meio do computador, também podendo ser acessado pelo celular, como veremos na parte dos procedimentos metodológicos.

Jenkins (2009) indaga que anteriormente falava-se em revolução digital, alegando que novas mídias iriam suprimir as antigas. Contudo, o autor explica que a realidade é que velhas e novas mídias terão interações cada vez mais complexas. E trata-se – hoje podemos dizer – de uma constatação pertinente.

Atualmente, plataformas de *streaming* como a *Netflix*, que com o filme *Roma* (2018) conseguiu dez indicações ao Oscar 2019, continuam aparecendo de forma crescente. Hoje, assistir grandes lançamentos direto de uma plataforma, assim como acessar um jornal impresso pelo celular ou fazer ligações internacionais de vídeo utilizando dados da internet são indicativos de que a convergência vai se tornando cada vez mais complexa.

Jenkins (2009) afirma ainda que os meios de comunicação não morrem, mas sim as ferramentas de distribuição, como, por exemplo, a fita cassete. O autor explica que os meios e os públicos podem até mudar, mas que, por exemplo, a TV não eliminou o rádio, assim como o cinema não eliminou o teatro. O autor sustenta que os meios de comunicação não estão sendo substituídos, mas que suas funções vão sendo remodeladas com as novas tecnologias.

O pensamento de Jenkins (2009) nos remete novamente ao jornal impresso, nosso objeto. Mesmo com o jornalismo on-line abundante, o veículo impresso ainda tem um público cativo³⁶. Contudo, a ANJ também sustenta que o mercado jornalístico norte-americano tem um expressivo número de assinantes digitais, que corresponderia, pretensamente, ao futuro do

³⁶ A ANJ estima que entre 2015 e 2017 houve um decréscimo de cerca de 520 mil exemplares dos principais jornais diários do Brasil. Mais informações em: <<https://www.anj.org.br/site/menagenda/97-midia-nacional/5251-tiragem-imprensa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

jornalismo brasileiro. Porém, isso não configura uma realidade ainda. A mesma ANJ relata que a queda de edições impressas não significa um aumento substancial de assinatura digital e que apenas o conteúdo gratuito tem um número de visualizações realmente impressionante.

Hoje, *sites* como os de *O Globo*, do *Estadão*, da *Gazeta do Povo* e da própria *Folha de S. Paulo* têm visualizações limitadas mensalmente em forma gratuita. Dessa forma, exigindo um pagamento mensal para quem quiser acessar o conteúdo de forma expandida.

4.2 Procedimentos metodológicos

O procedimento metodológico que se fará a seguir, começa com um recorte das matérias de 2015 (ano da COP-21) das edições digitais do banco de dados on-line dos jornais *O Liberal* e *Folha de S. Paulo*, por meio da busca pelas palavras-chave: aquecimento global, efeito estufa, mudanças climáticas e IPCC.

Para tanto, foi necessária a realização da assinatura de ambos os jornais. No que concerne ao jornal *Folha de S. Paulo*, não houve maiores complicações, pelo menos no sentido técnico. O *site* permitiu uma busca coesa. A procura começou em maio de 2018, tendo sido concluída no final de junho do mesmo ano.

No primeiro crivo, a contabilidade de matérias foi de 174 encontradas por meio das palavras-chave citadas anteriormente. As matérias se dividem entre editoriais³⁷, reportagens, notícias e textos opinativos. Em um segundo crivo, conforme a demanda da análise, chegamos a um total de 109 matérias que abordavam o tema.

Referente ao jornal *O Liberal*, a busca foi mais difícil. O sistema de busca por palavras-chave foi dificultado pelo *site*, que de forma geral travava quando se fazia uma busca por todo o acervo, não sendo possível procurar mês a mês como no *site* da *Folha de S. Paulo*. A solução foi procurar por edição, o que exigiu uma busca por todos os 365 dias do ano. Também foi necessária uma flexibilização das palavras-chave, que eram aproximadas, como por exemplo, ao invés de “mudanças climáticas”, também foi procurado “clima”. Se a procura fosse somente pelas palavras-chave iniciais, levando-se ao pé da letra, certamente o número de matérias seria bem menor, por isso, as matérias foram analisadas conforme a pertinência do assunto.

³⁷ Mont’Alverne e Marques (2005) suscitam que é na parte editorial que o jornal extravasa, saindo da suposta imparcialidade e assumindo posicionamentos sobre os mais díspares temas. Os autores também sublinham que o texto editorial sugere o que deve ser discutido e aborda indagações num parâmetro de interesse coletivo.

O levantamento foi iniciado em meados de junho de 2018 e finalizou no início de julho de 2018, demandando bem mais tempo e exigindo dedicação exclusiva. Em uma primeira contabilidade foram encontradas 102 matérias. Essas matérias dividiram-se entre notícias, editoriais, reportagens e textos opinativos. A demanda da análise e um crivo posterior reduziu o número para 55 matérias.

4.3 O discurso ambiental centrado nas mudanças climáticas nas páginas de O Liberal no ano de 2015

4.3.1 O Liberal

Castro e Seixas (2013) ponderam que apesar das décadas de existência e uma extensa história na imprensa paraense, o jornal *O Liberal* ainda necessita de referenciais teóricos que ampliem parte de sua história. A análise discursiva do jornal *O Liberal*, portanto, auxiliará para ampliar o escopo teórico acerca das estratégias discursivas sobre mudanças climáticas, no que concerne aos estudos da imprensa amazônica.

O jornal *O Liberal* foi criado em 15 de novembro de 1946 com pretensões políticas, por nomes como Moura Carvalho³⁸. De acordo com Luft (2009, p.21), “as estreitas relações que sempre nortearam a imprensa e a política no Pará ao longo da história são fundamentais para situarmos o papel do jornal *O Liberal* no contexto amazônico”. Ao ser adquirido por Rômulo Maiorana em 1966, passou a integrar as Organizações Rômulo Maiorana (ORM), que atualmente são um dos maiores grupos de comunicação do Brasil. Sua tiragem atual é de 38.425³⁹ exemplares durante a semana e 65.210 aos domingos. Silva (2012) sublinha que a Vale, maior mineradora na ativa no Brasil, é uma das maiores patrocinadoras do jornal *O Liberal*.

Luft (2005) ressalta que o primeiro jornal no estado do Pará foi *O Paraense*, criado em 1822⁴⁰, sendo esse meio de comunicação produzido em Lisboa, capital de Portugal. *O Paraense*, segundo a autora, foi um jornal utilizado pelo ex-aliado da Coroa Portuguesa,

³⁸ Eleito duas vezes Governador do Pará, nos períodos de 1946- 1949 e 1959-1961. Também foi prefeito de Belém entre 1961 e 1964. Mais informações em: <<http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br/con50moura.htm>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

³⁹ Mais informações em: <<http://portfoliodemidia.meioemensagem.com.br/portfolio/midia/O+LIBERAL/14823/home>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

⁴⁰ Sendo o *Correio Braziliense*, segundo Luft (2009), o primeiro jornal impresso no Brasil, no ano de 1808. O jornal *O Paraense*, pioneiro no estado do Pará, chegou oito anos depois.

Felipe Patroni, como um veículo para ensaiar a independência do então Grão-Pará⁴¹. Portanto, o jornal *O Liberal* continuou um legado que permanece na imprensa paraense, de alcunha política e partidarismo, em sua criação e consolidação enquanto veículo de comunicação. O próprio nome do jornal é uma referência ao Partido Liberal⁴² (LUFT, 2005).

Luft (2005) ressalta que a ideologia presente nos primórdios de *O Liberal* tornou-o alvo de perseguição, culminando com o assassinato do então editor do jornal, Paulo Eleutério Filho, em 1950, por Humberto de Vasconcelos, Capitão do Exército. Segundo a autora, ainda na década de 1950, ocorreu um incêndio de proporções consideráveis que destruiu parte dos instrumentos de trabalho do jornal, fazendo com que o periódico fosse rodado na gráfica de outro jornal, *O Estado do Pará*, no intento de que as atividades do veículo não se encerrassem.

Uma mudança significativa no impresso ocorreu em 1966 quando foi comprado pelo empresário Romulo Maiorana. Recebeu mais investimentos e teve a linha editorial ampliada, ganhando mais espaço, como, por exemplo, colunas sociais e seção policial (CASTRO; SEIXAS, 2013). Após o falecimento de Maiorana, em 1986, o filho Romulo Maiorana Junior assumiu a presidência do jornal, “o mais antigo jornal impresso diário em funcionamento no Estado do Pará” (CASTRO; SEIXAS, 2013, p. 1). Já em 2017, Romulo Maiorana deixou a presidência das ORM, envolto em polêmicas referentes à sua administração⁴³, sendo substituído pelo seu irmão, Ronaldo Maiorana.

Castro e Seixas (2013) sublinham ainda, que ao ser comprado por Romulo Maiorana, em 1966, anunciou-se que o jornal seria mais imparcial, não pendendo para o lado de nenhum partido político específico. Contudo, as autoras afirmam que alguns meses após a compra do jornal, no mesmo ano, o partidarismo no jornal se mostrou latente, com o veículo, inclusive, tentando angariar votos para o candidato a Senador Jarbas Passarinho.

Contudo, Castro e Seixas (2013) argumentam que após esses episódios, na fase inicial do jornal sob o comando de Maiorana, durante duas décadas, não foi constatada nenhuma ofensa direta no veículo. Mas após a morte do empresário, em 1986, o primogênito, Romulo Maiorana Junior, assumiu a direção do jornal e os ataques diretos à família Barbalho,

⁴¹ Felipe Patroni foi preso e deportado em 1821 (LUFT, 2005).

⁴² Como era chamado na época o Partido Social Democrático (PSD).

⁴³ Mais informações em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-455941-jornal-o-liberal-confirma-afastamento-de-romulo-maiorana-jr-e-dois-diretores.html>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

concorrente do jornal, por serem donos do impresso Diário do Pará⁴⁴, tornaram-se costumeiros.

Castro e Seixas (2013) ponderam que o discurso contemporâneo de *O Liberal*, com ataques aos adversários, remete à memória dos seus primórdios. As autoras ressaltam que, no seu início os ataques eram direcionados à família Maranhão, proprietária da *Folha do Norte* e, atualmente, são endereçados à família Barbalho, que é responsável pelo *Diário do Pará*.

No *site* do jornal *O Liberal*⁴⁵ os assinantes podem acessar a edição impressa em versão digitalizada, inclusive há um aplicativo no celular que contempla essa plataforma digital do jornal. Se acessado por computador há jornais digitalizados desde 2008; pelo celular só é possível acessar os impressos de 2016 em diante.

No *site* da ANJ (Associação Nacional de Jornais) sobre os jornais de maior circulação, *O Liberal* não foi encontrado na procura do ano de 2015 (o *site* só contempla os 50 mais), nem na versão digital e nem no referente ao impresso. Todavia, o jornal *Diário do Pará* ocupava a 34ª colocação na versão impressa, ainda no ano de 2015, apesar de não constar no ranking da versão digital. A escolha de *O Liberal* como objeto permaneceu, mesmo com essa informação durante a pesquisa, devido à popularidade do jornal em solos paraenses e pelo fato de ser o mais antigo no estado e na Região Norte, como vimos anteriormente.

Há uma possível explicação para essa exclusão. O jornal *O Liberal* durante três décadas, até meados dos anos 2000, foi o mais consumido no estado do Pará (LUFT, 2005; CASTRO; SEIXAS, 2013), contudo, em 2005, uma auditoria realizada pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação) constatou que os números não correspondiam ao divulgado pelo jornal, ocasionando a retirada do jornal do IVC, a pedido do próprio *Liberal* (CASTRO; SEIXAS, 2013).

Nas páginas de *O Liberal* em 2015 não foi encontrado nenhum caderno específico sobre meio ambiente. Os textos se espalharam em cadernos e seções como: Cidades (Atualidades) com 12 dos textos, Poder (Mundo) que contempla 6 textos, Poder (Política) que detém 3 textos, Atualidades (Opinião) que detém 2, onde se encontra o Editorial e outro texto não editorial (“Ciência estuda formação de nuvens na Amazônia”), mas que lá está fixado. Também aparecem textos no caderno Poder (sem designação específica) que contempla um

⁴⁴ *O Diário do Pará*, por sua vez, foi criado em 1982 e, como dito anteriormente, é o principal concorrente de *O Liberal*. Ele foi criado pelo então deputado estadual Jader Barbalho (LUFT, 2009; CASTRO; SEIXAS, 2013), que no mesmo ano, foi eleito governador do Pará. Luft (2009) reforça que o jornal inclusive atuou no esforço de defender o político de graves acusações, como a de fraude na SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia). A acusação levou à cassação do mandato de Jader Barbalho em 2001, contudo, em 2003, ele foi eleito como deputado federal, com recorde de votos no Pará (LUFT, 2005).

⁴⁵ Mais informações em: <www.oliberaldigital.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2018.

dos textos e *Polícia (Mundo)* que também contém um único texto. Existe também a revista “Amazônia Viva”⁴⁶, publicada mensalmente junto com o jornal desde 2011, mas que não foi incorporada ao corpus desse trabalho que optou pelas matérias da cobertura diária.

O *site* da ORM (<http://www.ormnews.com.br/noticias>) não possui também nenhuma seção com temática ambiental. Existe uma seção designada “Amazônia”, mas ao acessá-la, percebemos que não se trata de um nicho de meio ambiente. São notícias gerais ocorridas na localidade, como crimes, e em que aparecem temas como o desmatamento. Mas nada que traga particularidades do meio ambiente, nem quando se acessa mais opções.

4.3.2 Descrição do Corpus: *O Liberal*

O sistema de busca por palavras-chave foi dificultado pelo *site*, que de forma geral travava quando se fazia uma busca por todo o acervo, não sendo possível procurar mês a mês como no *site* da *Folha de S. Paulo*. A solução foi procurar por edição, o que exigiu uma busca por todos os 365 dias do ano. Também foi necessária uma flexibilização das palavras-chave, que eram aproximadas, como por exemplo, ao invés de “mudanças climáticas”, também foi procurado “clima”. Se a procura fosse somente pelas palavras-chave iniciais, levando-se ao pé da letra, certamente o número de matérias seria bem menor, por isso, as matérias foram analisadas conforme a pertinência do assunto.

O levantamento foi iniciado em meados de junho de 2018 e finalizou no início de julho de 2018. Em uma primeira contabilidade foram encontrados 102 textos. Esses textos jornalísticos dividiram-se entre notícias, editoriais, reportagens e textos opinativos. A demanda da análise e um crivo posterior reduziu o número para 55 matérias, que após novo crivo selecionou, ao final, 27 textos jornalísticos, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Matérias analisadas no jornal O Liberal

	Título	Data	Categoria	Autoria
1	“Mudanças climáticas afetam a saúde humana, acreditam cientistas”	03/01/2015	Notícia	-----
2	“Ciência estuda formação de nuvens na Amazônia”	04/01/2015	Notícia	São Paulo, Agência de Notícias
3	“Nasa diz que 2014 foi o ano mais quente”	17/01/2015	Reportagem	São Paulo, Agência de Notícias

⁴⁶ Mais informações em: <<https://issuu.com/amazoniaviva>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

4	“Pesquisa inédita no Marajó vai identificar mudanças de clima na Amazônia”	17/01/2015	Reportagem	-----
5	“Operação combate poluição ambiental”	27/01/2015	Notícia	Evandro Corrêa, especial para O Liberal
6	“Aquecimento climático pode originar conflitos”	16/02/2015	Reportagem	Paris, Agência France Press
7	“Crise pode trazer mudança no cuidado com consumo, dizem especialistas”	23/03/2015	Reportagem	Brasília, Agência Brasil
8	“Amazônia não altera clima brasileiro, diz especialista”	24/03/2015	Reportagem	-----
9	“Pecuária e fogo emitem metano na Amazônia”	05/04/2015	Notícia	-----
10	“Brasil reduziu em 15% gases de efeito estufa”	12/08/2015	Notícia	São Paulo, Agência Brasil
11	“Marajoara não se intimida com as mudanças no clima”	14/08/2015	Reportagem	-----
12	“Brasil vai adotar medidas contra combustíveis fósseis”	21/08/2015	Reportagem	Brasília, Agência Estado
13	“OAB debate o meio ambiente sob a perspectiva da encíclica do Papa”	04/09/2015	Reportagem	-----
14	“Ministra diz que Acordo de Paris incentivará economia de baixo carbono”	04/09/2015	Notícia	-----
15	“Brasil promete reduzir poluição em 43%”	28/09/2015	Notícia	Nova York – Da Redação com agências
16	“Igrejas devem lutar pela preservação”	06/10/2015	Notícia	-----
17	“Temperatura no planeta deve subir 3°C, diz ONU”	31/10/2015	Notícia	-----
18	“Aumento de 1° C no clima do planeta preocupa cientistas”	10/11/2015	Notícia	-----
19	“Príncipe da Noruega defende cooperação”	19/11/2015	Notícia	-----
20	“Governadores se unem pela Amazônia”	21/11/2015	Reportagem	-----
21	“Ambientalismo sem demagogia”	29/11/2015	Editorial	-----
22	“Começa em Paris a conferência do Clima”	30/11/2015	Reportagem	Paris, da Redação com agências e portais
23	“Obama quer meta climática ambiciosa”	02/12/2015	Notícia	-----
24	“Temperatura alta bate recorde em Belém”	03/12/2015	Notícia	-----
25	“Ambientalistas criticam acordo do clima”	14/12/2015	Reportagem	-----

26	“Otimista, Obama acredita que pacto controle o aquecimento global”	14/12/2015	Notícia	-----
27	“Alemanha ajuda a preservar a Amazônia”	26/12/2015	Notícia	-----

Fonte: Dados da Pesquisa

Um fato sobre os textos analisados no jornal *O Liberal* é que apenas um deles tem assinatura específica, ou que não seja de alguma agência de notícias. A matéria em questão é “Operação combate poluição ambiental”, veiculada em 17/02/2015 e assinada por Evandro Corrêa. As outras matérias ou não são assinadas ou são provenientes de agências de notícias. Não houve matéria coincidente nos jornais *O Liberal* e *Folha de S. Paulo*, ou pelo menos idênticas.

A veiculação incessante de textos oriundos de agências de notícias deixa a cobertura do jornal bastante informativa, mas sem muita personalidade regional. Os textos, no geral, são bem formais e informativos, mas em alguns foi difícil fazer uma análise do posicionamento do próprio jornal. Contudo, o fato de não termos analisado seções opinativas é um fator que reforça tal resultado.

A utilização recorrente de agência de notícias denota uma tendência de homogeneidade nos discursos reproduzidos pelo veículo, uma vez que os textos pouco abarcam o caráter regional.

Autores como o experiente repórter Ronaldo Brasiliense e o professor de direito Antônio José Mattos, possuem textos opinativos com viés ambiental e centrados nas mudanças climáticas. Entretanto, a escolha para esta dissertação foi focar nos textos informativos, como reportagens e notícias. A exceção foram os editoriais, por expressarem a “voz do jornal”.

Deve ser enfatizado que a cobertura de *O Liberal* superou as expectativas no que tange à abordagem da pauta climática. Os números foram expressivos para as expectativas antes da análise do material. Mesmo com a dificuldade de pesquisar por palavra-chave na plataforma digital do jornal, tendo que recorrer a uma busca diária, a quantidade, contando os textos que não ficaram para a análise final, é expressiva.

O que ocorre é, como dito acima, a falta de assinatura específica e a recorrência excessiva às agências de notícias. Entre as agências em que foram retiradas as matérias estão: *Agência Estado*, *Agência Brasil* e *Agência France Press*. A *Agência Brasil*, por exemplo, é

uma agência de notícias da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). No *site* da EBC é especificado que as notícias de lá podem ser reproduzidas, desde que a fonte seja citada⁴⁷.

As matérias “Crise pode trazer mudança no cuidado com consumo, dizem especialistas” e “Brasil reduziu em 15% gases de efeito estufa” são da *Agência Brasil*, respectivamente das sucursais de Brasília e de São Paulo.

Entre as vozes mais acionadas pela cobertura de *O Liberal*, aparecem mais de uma vez as falas de Christiana Figueres, secretária-executiva da COP21, e também a do então presidente americano Barack Obama, além de Carlos Rittl, executivo do Observatório do Clima. Porém, convém ressaltar que a fala das pessoas citadas apareceram somente duas vezes, configurando que nenhuma voz apareceu várias vezes na cobertura.

José Raimundo Abreu de Sousa, coordenador do Instituto Nacional de Meteorologia, apareceu como entrevistado pelo G1 Pará, veículo paraense dentro das Organizações Romulo Maiorana. Outras autoridades que apareceram como voz embasada, porém, apenas uma vez, foram: Paulo Artaxo, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, o professor de hidrologia e recursos hídricos da Universidade de Campinas (Unicamp), Antônio Carlos Zuffo; o pós-doutor em meteorologia Luiz Carlos Molion, o diretor do Museu Emílio Goeldi, Nilson Gabas e o então governador do estado do Pará, Simão Jatene.

As principais formações discursivas a partir das quais o discurso jornalístico constrói seus efeitos de sentido são: a científica, a política (também contemplando aspectos econômicos e empresariais) e a ambiental. No máximo aparece a voz de Dom Erwin Kräutler, o austríaco bispo do Xingu, na matéria “OAB debate o meio ambiente sob a perspectiva da encíclica do Papa”, sem uma assinatura específica, caracterizando uma fonte jornalística de cunho também religioso. Não é dado voz em nenhum momento para o cidadão comum que vive em iminente risco de catarse climática. Isso acontece até mesmo na matéria “Marajoara não se intimida com as mudanças no clima”, que trata acerca da resiliência dos habitantes ribeirinhos perante às alterações do clima.

Tabela 2 - Subtemas presentes na cobertura de *O Liberal*

Subtemas presentes na cobertura de <i>O Liberal</i>	Quantidade de vezes em que aparecem
As mudanças climáticas e a calamidade iminente	13
A localidade amazônica em pauta	12
Perspectivas e ponderações em relação à COP-21 e ao Acordo de Paris	10

⁴⁷ Mais informações em: <<http://www.ebc.com.br/agregator/sources/1>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

O revés da utilização de combustíveis fósseis	6
Desempenho do Brasil no combate às mudanças Climáticas	5
Ponderações acerca do Protocolo de Kyoto	3
Os esforços dos Estados Unidos no combate ao aquecimento global	3
As consequências do desmatamento no cenário climático	2
Alianças internacionais com o Brasil	2
Países desenvolvidos x Países em desenvolvimento	2
A crise hídrica no Sudeste	1
Ceticismo em relação às mudanças climáticas	1
Os esforços da China	1
O entrave dos Estados Unidos	1

Fonte: Dados da Pesquisa

O cenário emergente das mudanças climáticas surge como o de maior destaque da cobertura. Na sequência, por ser um jornal com sede em Belém, destaca expressivamente a localidade amazônica. Em terceiro lugar vieram as expectativas e ponderações em torno da COP-21 e do Acordo de Paris. A problemática da utilização dos combustíveis fósseis aparece logo em seguida, em quarto lugar, nos temas mais abordados pela cobertura do jornal *O Liberal*. Seguidamente, em quinto lugar, o desempenho do Brasil no combate às mudanças climáticas

Em escala menor, mas aparecendo mais de uma vez, surgem as considerações sobre o Protocolo de Kyoto, os esforços dos Estados Unidos no combate ao aquecimento global, o desmatamento como fator de poluição ambiental, alianças internacionais com o Brasil e o antagonismo entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Aparecendo somente uma vez, surgem os temas referentes à poluição por meio dos automóveis, a crise hídrica no Sudeste, o ceticismo em relação às alterações climáticas, o empenho da China no panorama climático da época e o papel dificultoso dos Estados Unidos nas negociações globais acerca das questões climáticas.

Os textos analisados no jornal *O Liberal* não soam tão alarmantes, pelos menos nas chamadas de suas matérias. Exceto títulos como: “Aquecimento climático pode originar conflitos” e “Mudanças climáticas afetam a saúde humana, acreditam cientistas”, já que as palavras conflitos e afetam possuem esse viés mais alarmista. Outros títulos como: “Nasa diz que 2014 foi o ano mais quente” e “Aumento de 1°C no clima do planeta preocupa cientistas” são fortes na totalidade, mas não possuem uma palavra de entonação mais dramática. Abaixo trataremos acerca dos principais temas mais abordados pelo jornal *O Liberal*.

A) As Mudanças Climáticas e a Calamidade Iminente e O Revés da Utilização de Combustíveis Fósseis

Na matéria “Brasil vai adotar medidas contra combustíveis fósseis”, assinada como Brasília, Agência Estado, um tom alarmista ecoa ao abordar sobre medidas brasileiras no combate ao aquecimento global (“pode trazer consequências desastrosas para humanidade”):

A declaração conjunta se soma a outros compromissos bilaterais feitos pelo Brasil neste ano tendo em vista o esforço global para conter a elevação da temperatura em 2°C até o final do século. Esse é o teto considerado relativamente seguro de aquecimento global. Mais do que isso cientistas acreditam que o aquecimento pode trazer consequências desastrosas para a humanidade (O LIBERAL. Brasil vai adotar medidas contra combustíveis fósseis. Belém, 21/08/2015).

Passada a experiência desastrosa com a COP-15 em 2009, no ano de 2015, ano da COP-21, a imprensa debatia em torno da situação emergencial das mudanças do clima. Isso ocorria no intento de não repetir o resultado do evento na capital dinamarquesa. A questão do limite de 2°C, portanto, era um argumento recorrente, enfatizando a preocupante realidade dos números climáticos.

A matéria “Temperatura alta bate recorde em Belém”, sem uma assinatura específica, também evoca um tom mais alarmista ao noticiar os recordes de temperatura alcançados na capital paraense. Como destacado abaixo, na voz acionada de José Raimundo Abreu de Sousa, coordenador do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet):

Nunca havíamos chegado em 38°. Já havíamos chegado em 37.3 em 1982 e na casa de 36° em 1998, quando o El Niño foi muito forte. Mas 38° C é a primeira vez desde que as medições começaram em Belém, no ano de 1897 (O LIBERAL. Temperatura alta bate recorde em Belém. Belém, 03/12/2015).

A conjunção adversativa “mas” surge gerando exatamente uma problemática, denotando que os 38° C obtidos são preocupantes. Chamando a atenção que a temperatura chegou realmente a um extremo. O que, mesmo existindo a diferença primordial entre clima e tempo, configura um problema, visto que é acima de qualquer temperatura já registrada.

Contudo, José Raimundo Abreu de Sousa ressalta que tal recorde ocorre em decorrência do fenômeno *El Niño*. Portanto, não responsabilizando as mudanças climáticas de caráter antropogênico, mas sendo contundente perante o cenário climático vigente. Categorizando que na conjuntura da matéria, as mudanças climáticas de aspecto antropogênico não são apontadas como consequência do recorde de temperatura e sim o *El Niño*.

Encontramos na matéria “Alemanha ajuda a preservar a Amazônia”, sem assinatura específica, um didatismo para explicar os desdobramentos do aquecimento global.

O efeito estufa, um fenômeno natural provocado pela emissão de gases na atmosfera, vem aumentando nas últimas décadas em função da ação humana e gerando mudanças no clima. As emissões de gases como o dióxido de carbono e o metano são apontadas como as principais causas do aquecimento global. A liberação desses gases na atmosfera ocorre por conta de diversas atividades como a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento, a agricultura, a pecuária e a geração e o consumo de energia (O LIBERAL. Alemanha ajuda a preservar a Amazônia. Belém, 26/12/2015).

De forma explicativa, a matéria sublinha acerca do fenômeno do aquecimento global e de quebra trata sobre as mudanças climáticas de caráter antropogênico. O jornal, portanto, suscita causa e efeito das mudanças climáticas de forma breve, mas objetiva. O texto traz à tona didaticamente, em uma linguagem de fácil compreensão, o que é efeito estufa, como as taxas de dióxido de carbono e carbono são propagadas incessantemente e por meio de que atividades.

De tom mais incisivo no que se refere às complicações ocasionadas pela mudança do clima, surge também a ideia de calamidade iminente, como na matéria “Mudanças climáticas afetam a saúde humana, acreditam cientistas”. Trata-se de uma notícia, que nem mesmo é embasada por algum estudo específico.

Há um forte consenso entre os cientistas experientes que as mudanças climáticas, fatores meteorológicos (temperatura e umidade) estão afetando e irão influenciar a saúde humana (O LIBERAL. Mudanças climáticas afetam a saúde humana, acreditam cientistas. Belém, 03/01/2015).

Mais à frente é explicitado que foi realizada uma revisão sistemática com 37 publicações do último ano, chegando-se à conclusão de que a umidade interfere na saúde, especialmente das crianças.

Comparado aos adultos, as crianças são inerentemente sensíveis as mudanças climáticas porque são menos eficazes fisiologicamente e metabolicamente em adaptarem-se ao ambiente úmido e outras exposições relacionadas ao clima. Seu sistema imune imaturo aparente aumenta o risco de consequências sérias de uma variedade de doenças infecciosas (O LIBERAL. Mudanças climáticas afetam a saúde humana, acreditam cientistas. Belém, 03/01/2015).

A matéria “Aquecimento climático pode originar conflitos”, assinada pela *Agência France Press* - Paris, gira em torno do debate de que as questões climáticas, cada vez mais

frequentes, poderão intensificar a disputa por recursos naturais, tornando-se um problema geopolítico.

Os cientistas e especialistas em temas de segurança alertam há anos para o risco de que o aquecimento climático gere instabilidade e conflitos se prosseguir ao ritmo atual, algo que, segundo alguns, já está ocorrendo (O LIBERAL. Aquecimento climático pode originar conflitos. Belém, 16/02/2015).

As emissões de dióxido de carbono provocam temporais, ondas de calor, secas ou inundações e se continuar assim os fenômenos extremos serão cada vez mais frequentes, e conseqüentemente as disputas pelos recursos (O LIBERAL. Aquecimento climático pode originar conflitos. Belém, 16/02/2015).

A afirmação de que o aquecimento global pode ocasionar conflitos já encontra ressonância na realidade. Se considerarmos que no ano de 2018 a Cidade do Cabo teve uma crise grave de água, chegando ao ponto de quase decretar o Dia Zero, conforme mencionado no início dessa dissertação, podemos afirmar que já é um problema atual a escassez de recursos. Inclusive, a matéria adota um tom alarmista ressaltando previsões climáticas nada animadoras e um futuro sombrio no que tange aos conflitos por tal calamidade.

E o Pentágono trabalha com a hipótese de um futuro sombrio. Em seu mapa do caminho de 2014 “para uma adaptação à mudança climática no mundo”, afirma que o aumento das temperaturas e os fenômenos climáticos extremos aumentarão “a instabilidade mundial, a fome, a pobreza e os conflitos” (O LIBERAL. Aquecimento climático pode originar conflitos. Belém, 16/02/2015).

A escassez de água ocorre, portanto, não só no Sudão, mas também na África do Sul. A diferença entre ambos é que o primeiro é uma localidade em que ocorrem conflitos constantes, o segundo um país com uma imagem de primeiro mundo. Conflitos em regiões como o Sudão não assustam a população mundial em geral, mas a escassez de água na Cidade do Cabo, por exemplo, já denota uma nova e assustadora realidade.

Em 2007, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que a violência na região sudanesa de Darfur se devia, em parte, às rivalidades entre nômades e agricultores sedentos por água e terras de pastoreio (O LIBERAL. Aquecimento climático pode originar conflitos. Belém, 16/02/2015).

O evento citado corresponde a um conflito existente no Sudão desde 2003, mais especificamente no Norte de Darfur⁴⁸. Muitos estudiosos dizem que o conflito é decorrente da

⁴⁸ Região localizada no Oeste do Sudão e que faz fronteira com a Líbia.

escassez de recursos naturais. O Oriente Médio também é apontado como um local em que muitos conflitos são originados por conta da água, inclusive o de palestinos e israelenses.

Isso ocorreria porque Israel tem o compromisso de abastecer a Palestina com água, mas a própria nação israelense vive em um território insólito no que concerne à água. Afinal, localiza-se em um território circundado por desertos e em que chove apenas alguns períodos do ano⁴⁹. O que acaba incitando uma situação conflituosa entre ambos os territórios, uma vez que Israel não repassa todo o abastecimento que os palestinos necessitam, originando um grave conflito, embora não tão abordado por esse viés dos recursos naturais.

O tema concernente à utilização dos combustíveis fósseis e seu revés, também foi abordado, embora bem menos que o da calamidade iminente das mudanças climáticas. Aparecendo cinco vezes ao longo da cobertura, configurando uma abordagem menor, mas que aparece com certa constância na contabilidade geral.

A matéria “Brasil vai adotar medidas contra combustíveis fósseis”, assinada pela *Agência Estado* - Brasília, trata acerca da visita da chanceler alemã Angela Merkel ao Brasil. Na ocasião a então presidenta Dilma Rousseff falou sobre descarbonização, ou seja, erradicar o uso de combustíveis fósseis.

O anúncio foi feito durante declaração conjunta de Dilma com a premiê alemã, Angela Merkel, que fez uma visita relâmpago ao Brasil entre a noite de quarta e a tarde desta quinta. Na prática significa que o Brasil vai adotar medidas para gradualmente eliminar o uso de combustíveis fósseis, a principal fonte, em todo o mundo, dos gases que provocam o efeito estufa e, por consequência, as mudanças climáticas (O LIBERAL. Brasil vai adotar medidas contra combustíveis fósseis. 21/08/2015).

O anúncio era oportuno, uma vez que, apesar da redução no número do desmatamento, o governo brasileiro era considerado omissivo no que tange ao uso de combustíveis fósseis. Esse setor só havia crescido. Logo, falar em descarbonização era substancial para os planos políticos de Dilma no panorama das mudanças climáticas, principalmente levando em conta o delicado momento político que a então Presidenta atravessava no ano de 2015, sendo constantemente deslegitimada, até seu processo de impeachment sofrido em agosto de 2016. Para Rousseff havia muito em jogo.

A falta de menções às chamadas INDCs (a sigla em inglês para as contribuições nacionais ao acordo de Paris) recebeu críticas de ambientalistas, que elogiaram somente a novidade de falar em descarbonização. “É interessante porque dá um sinal de que o pré-sal não vai ser explorado até o fim”, afirma Carlos Rittl, secretário-

⁴⁹ Mais informações em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/26997/>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

executivo do Observatório do Clima (O LIBERAL. Brasil vai adotar medidas contra combustíveis fósseis. 21/08/2015).

O Pré-sal configura uma extensa reserva de petróleo, localizada em grande profundidade em uma faixa litorânea que compreende os estados de Santa Catarina e do Espírito Santo. Teoricamente, significa, a longo prazo, uma emancipação do Brasil no tangente à utilização de petróleo. Contudo, o país hoje ainda importa petróleo e é sabido que o petróleo é um elemento indispensável em uma economia. Contudo, o discurso contemporâneo é de diminuir drasticamente, quiçá pensar em erradicar os combustíveis fósseis.

Ou seja, abordar o Pré-sal em 2015 é pertinente em relação à ação paradoxal de querer reduzir as emissões de gases de efeito estufa e concomitantemente pensar em continuar explorando o Pré-sal. São atitudes antagônicas e um entrave à época para um país que pretendia destacar-se como um país emergente que mais luta contra as mudanças climáticas. Discurso hoje já não tão cabível, uma vez que o atual Presidente da República Jair Bolsonaro e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil Ernesto Araújo não são empenhados no combate ao aquecimento global, tendo posicionamentos bem céticos em relação ao fenômeno. E é importante contextualizar também que Bolsonaro continua com ambiciosos planos de explorar o Pré-sal e a Petrobrás tem interesse nessa participação⁵⁰.

Um ponto na matéria que evidencia também a posição política perceptível nos textos do jornal é que não há uma posição política tão pungente, em termos de discursos direcionados ao governo petista quanto na FSP. Entre críticas brandas e elogios contidos, a matéria indaga que as medidas anunciadas pela Presidente eram fruto da pressão alemã.

Nas redes sociais, grupos de ambientalistas brincaram que esse era mais um gol da Alemanha (em referência ao 7x1 da Copa), mas um gol bem-vindo. Há uma compreensão de que foi por pressão de Merkel que Dilma teria falado em descarbonização (O LIBERAL. Brasil vai adotar medidas contra combustíveis fósseis. 21/08/2015).

A referência à goleada histórica sofrida pelo Brasil em partida da Copa do Mundo de 2014, no próprio país, contra a seleção alemã é ainda muito recente na memória dos brasileiros – ainda mais em 2015, pouco mais de um ano do acontecido – serve como comparação à ajuda alemã em termos ambientais. A crítica é suavizada quando suscita que se trata de “um gol bem-vindo”. Ou seja, a Alemanha que nos goleou na Copa do Mundo de

⁵⁰ Mais informações em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/14/petrobras-manifesta-interesse-em-ser-operadora-de-3-blocos-na-6a-rodada-do-pre-sal.ghtml>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

futebol, continuava nos dando lições, só que dessa vez de cerne ambiental e necessários ao desenvolvimento brasileiro.

A matéria “Brasil promete reduzir poluição em 43%”, assinada como “Nova York, da Redação com agências”, também aborda o tema dos combustíveis fósseis sob o prisma do governo brasileiro nos idos de 2015. A questão da problemática dos combustíveis também aparece na matéria, ao explicar que Dilma Rousseff reconhecia que o setor energético era um entrave, sendo o mais dificultoso para a prosperidade do combate ao aquecimento global.

Dilma afirmou que o setor de energia é onde é mais desafiador reduzir as emissões. Ela afirmou que o Brasil vai assegurar participação de 45% de energias renováveis na matriz energética do país até 2030, enquanto a média global é de 13%. Além disso, o país quer assegurar fatia de 32% de renováveis, como solar, eólica e biomassa, na matriz (O LIBERAL. Brasil promete reduzir poluição em 43%. Belém, 28/09/2015).

Aparece, portanto, o discurso de Dilma no que tange à energia, ressaltando uma fala que contempla a utilização de energias limpas. Na cobertura da FSP a questão dos combustíveis fósseis foi abordada de forma substancial, aparecendo com bem menos frequência que em *O Liberal*. Contudo, a matéria em destaque dimensiona a preocupação de Dilma à época, estabelecendo, também, metas de energias ditas limpas.

A matéria “Ambientalistas criticam acordo do clima”, sem uma assinatura específica, também aborda a questão dos combustíveis fósseis. A voz acionada de Hubert Weiger, na matéria, presidente da Aliança para o Meio Ambiente e Proteção da Natureza (BUND), dá o tom de uma das maiores problemáticas do Acordo de Paris. No caso, seria a falta de ações efetivas no que concerne à utilização de combustíveis fósseis.

O presidente da Aliança para o Meio Ambiente e Proteção da Natureza (BUND), Hubert Weiger, igualmente avaliou de modo ambivalente o que se alcançou na COP21. "O acordo de Paris não libera o mundo da dependência do carvão, petróleo e gás. Ele não fornece respostas suficientes para a crise do clima", observa, no site da organização alemã. Considerando o limite de 1,5°C como um passo positivo, ele ressalva que "depois de Paris, o mundo tem agora um instrumento que fortalece a proteção do clima" (O LIBERAL. Ambientalistas criticam acordo do clima. Belém, 14/12/2015)

B) A Amazônia em Pauta

Diferente do que ocorreu na cobertura da *Folha de S. Paulo*, em *O Liberal* essa temática ganhou destaque, mas nada que surpreenda ao levarmos em conta que é um veículo de comunicação amazônida.

A Amazônia é um território de localização privilegiada, do ponto de vista ambiental, e que é bastante visado. A matéria “Príncipe da Noruega defende cooperação”, sem uma assinatura específica, trata justamente disso em suas entrelinhas. A matéria aborda uma aliança do Brasil com outro país, no cenário das mudanças climáticas. A parceria, no texto analisado, é com a Noruega. O príncipe herdeiro do país nórdico, Haakon Magnus, estava no Pará em visita diplomática, no afã de estreitar os laços entre os países. O discurso, bastante agregador, do príncipe é citado logo no início da matéria:

O príncipe herdeiro da Noruega, Haakon Magnus, disse ontem, em Belém, que desastres ambientais são cada vez mais frequentes por causa do aquecimento global. E, em defesa do bem estar do planeta, ele defendeu soluções conjuntas, envolvendo sociedade, comunidades científicas e empresários (O LIBERAL. Príncipe da Noruega defende cooperação. Belém, 19/11/2015).

Porém, em seguida, um interesse pela floresta amazônica aparece suscitado na matéria. Conforme o trecho:

Haakon destacou a importância da Amazônia para o bem estar do planeta e falou da demanda da população mundial por crescimento econômico, mas que isso deve ser feito de maneira sustentável, para que possa ser criado um "futuro próspero, verde e justo para todos" (O LIBERAL. Príncipe da Noruega defende cooperação. Belém, 19/11/2015).

A conjunção “mas”, adversativa, surge novamente. Dessa vez ela destaca que é necessário voltar ações para o desenvolvimento econômico, contudo isso só poderia ser feito aliado a uma política que pensasse em um futuro globalmente justo. O que configura um raciocínio típico do desenvolvimento sustentável em um discurso estrangeiro, pretensamente universal, com interesses claros no território. Não existe crescimento econômico, pelo menos nos moldes do capitalismo atuante, que não explore a natureza e gere pobreza.

A própria noção de sustentabilidade é um conceito problemático. Afinal, segundo Amaral Filho (2016), a Floresta Amazônica teve um desenvolvimento baseado na exploração dos recursos naturais, numa conveniente denominação de desenvolvimento sustentável. Sendo, segundo Pressler (2012, p.33), “um locus privilegiado”, a Amazônia é alvo da cobiça estrangeira. É citado na reportagem que a Noruega, à época da matéria, seria a maior contribuinte do Fundo Amazônia, desde a criação deste no ano de 2008.

A matéria “Pecuária e fogo emitem metano na Amazônia”, sem assinatura específica, trata a respeito da informação de que a bacia amazônica é responsável por algo em torno de 4% a 5% das emissões de metano em todo o mundo. Entre as atividades que intensificam

essas emissões são citados o manejo de rebanhos e a queima de biomassa. A voz acionada é da bióloga Luana Santamaria Basso.

Segundo a pesquisadora, “atualmente existem poucos estudos realizados sobre a emissão de metano na Amazônia” (O LIBERAL. Pecuária e fogo emitem metano na Amazônia. Belém, 05/04/2015).

O trecho aborda deficiências em certos direcionamentos do estudo ambiental, como, por exemplo, um local tão propício às particularidades do clima não ter muito referencial sobre emissões de metano. Algo válido para reforçar e conscientizar acerca das emissões de outros gases de efeito estufa no território.

A matéria “OAB debate o meio ambiente sob a perspectiva da encíclica do Papa”, sem uma assinatura específica, trata da Encíclica de Francisco, trazendo como pano de fundo um seminário organizado pela comissão ambiental da OAB do Pará. A carta é nominada Cuidando da Casa Comum. O evento tinha como meta ouvir as considerações da igreja, por meio de um padre representando a Arquidiocese de Belém. O documento assinado pelo atual Papa causou certa comoção, afinal, tocava em tensionamentos pouco abordados, além de representar a opinião de uma instituição tradicional como a igreja católica.

Outro ponto da matéria trata a respeito do não posicionamento da igreja local. À exceção do bispo do Xingu, dom Erwin Krautler, o texto analisado ressalta que não houve muitos pareceres. Além de sublinhar a opinião do bispo dom Erwin no concernente ao assunto.

Desde a divulgação da encíclica, em maio deste ano, pouco se ouviu da Igreja Católica local, com algumas exceções, entre elas o bispo do Xingu, dom Erwin Krautler, cuja luta pelas causas ambientais e comunidades tradicionais é reconhecida mundialmente. “Quem de nós que nos engajamos na Amazônia e lutamos contra a exploração inescrupulosa desse macro-bioma e em defesa dos povos que habitam esta terra não se sente apoiado quando lê as palavras do Papa?”, questionou o religioso (O LIBERAL. OAB debate o meio ambiente sob a perspectiva da encíclica do Papa. Belém, 04/09/2015).

Dom Erwin também explicita durante a reportagem que o interesse do pontífice sobre o território amazônico era anterior ao documento. Além de sublinhar que contribuiu efetivamente com a carta.

Dom Erwin explicou que o pontífice já expressou antes sua preocupação com o bioma amazônico na oportunidade de sua visita ao Brasil, quando o convocou para uma audiência sobre as questões amazônicas. “Desta vez, no entanto, ele é mais enfático ainda e vejo nisso também um eco ao que tive oportunidade de lhe falar por

ocasião da audiência que me concedeu em 4 de abril de 2014, em que me convidou a enviar sugestões concretas para a Encíclica”, contou o bispo (O LIBERAL. OAB debate o meio ambiente sob a perspectiva da encíclica do Papa. Belém, 04/09/2015).

A reportagem, portanto, traz o assunto do documento *Laudato Si*, sob outras abordagens, inclusive trazendo o ponto de vista local no referente à Encíclica. Vozes acionadas de cunho religioso, diga-se, além de local, mas flertando com um viés político também. Além de frisar que o documento do Papa Francisco foi recebido com silenciamento por parte esmagadora da igreja local, tocando dessa forma em um tema espinhoso na abordagem sobre mudanças climáticas.

Na matéria “Amazônia não altera clima brasileiro, diz especialista”, sem uma assinatura específica, aborda que o pós-doutor em meteorologia Luiz Carlos Molion esteve em Belém para um Simpósio em Meteorologia, em que deu a declaração de que a floresta Amazônica não interfere no clima do resto do Brasil. É dito na matéria que Molion é uma voz polêmica dentre os meteorologistas do Brasil, pois além dessa declaração, também considera que as emissões de gases poluentes não tem vínculo com o aquecimento global.

De acordo com ele, os maiores controladores do clima do mundo e do Brasil são os oceanos, que dominam 71% da superfície terrestre, enquanto que toda a floresta amazônica representaria somente 1% de todo o planeta. A principal fonte de chuvas no Brasil, acrescenta, é o oceano Atlântico, por meio da umidade que evapora dos mares e se transforma em nuvens. “Se em uma hipótese absurda se acabasse com toda a floresta da Amazônia, o clima global nem seria afetado, afinal é 1% contra 71% dos oceanos. Localmente sim, teria um efeito drástico, principalmente no que se refere à erosão dos solos e ao assoreamento dos rios, na mudança da qualidade da água e de toda vida que depende desse sistema aquático. A temperatura poderia aumentar e chover entre 20% a 30% a menos na região”, explicou (O LIBERAL. Amazônia não altera clima brasileiro, diz especialista. Belém, 24/03/2015).

Sua opinião é contrária à da maior parte dos meteorologistas do Brasil e do mundo. Molion acredita que se a floresta Amazônica findasse, para o Brasil teria um impacto, mas o resto do mundo nem sentiria, afinal seria 1% contra 71% dos oceanos. Para Molion a grande perda seria referente a biodiversidade incontestável da Amazônia. Molion, portanto, afirma que a crise hídrica no Sudeste nada tinha a ver com a Amazônia, nada significativamente.

Apesar da voz dissonante, é citado na entrevista que o pesquisador é bastante influente. Molion também não acredita em aquecimento global, para ele isso não existe e há 17 anos a temperatura está estável. Dessa forma, é configurada uma matéria com uma voz mais dissonante em relação às mudanças climáticas.

O ceticismo em relação às alterações do clima foi um tema de discurso bem frequente na cobertura da FSP, mas em O Liberal apareceu só nessa matéria, que traz a Amazônia como

protagonista. Uma matéria, sem assinatura específica e com um discurso que contradiz boa parte do que é falado sobre a maior floresta tropical do mundo. Inclusive, a matéria faz questão de ressaltar uma não receptividade aos estudos de Molion quando aponta que:

Molion, que já vem ao Pará há cerca de 40 anos e deu início ao curso de meteorologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), é desconsiderado por seus colegas pesquisadores meteorologistas, no Brasil e no mundo, por contradizer vários discursos como a relação do aquecimento global com os gases poluentes, o prejuízo do gás CFC para a camada de ozônio e os danos do desmatamento na Amazônia para o restante do País e do mundo (O LIBERAL. Amazônia não altera clima brasileiro, diz especialista. Belém, 24/03/2015).

A palavra “desconsiderado” é utilizada para relativizar as opiniões do estudioso, embora seja ressaltado seu extenso currículo, a matéria deixa explícito que é uma voz antagônica e sem muita credibilidade, não só no Brasil, como “no mundo”. A matéria, não traz referências sobre sua procedência, deduzindo-se que seja da redação do jornal.

Outra matéria que trouxe o assunto das mudanças climáticas em âmbito amazônico é a denominada “Marajoara não se intimida com as mudanças no clima”, sem uma assinatura específica. A matéria toca em uma questão importante e pouco falada: a adaptação de populações tipicamente amazônicas às mudanças climáticas. Na realidade, trata-se de uma população pouco abordada em suas especificidades, já que, segundo Costa (2006b) a Amazônia remete a um tema ao qual a mídia recorre graças às suas especificidades naturais e população em relação profunda com a natureza. Contudo, pouco se aborda os aspectos práticos, de, por exemplo, como sobrevivem às mudanças climáticas, tema abordado na matéria específica.

O fato de o estudo tratar acerca da resiliência de uma população pouco ouvida e que sofre as consequências diretas do aquecimento global, contudo, não significa que a matéria dê voz a eles. Pelo contrário. A única voz acionada durante a matéria é do pesquisador Sérgio Rivero.

A reportagem é embasada em um estudo realizado em parceria por dois programas da UFPA e por um centro de pesquisa do Canadá, caracterizando, dessa forma, um forte teor científico. Contudo, também enfoca a falta de investimento em tal população, considerando que não há interesse maior em averiguar e investir na população que vive no estuário paraense do rio Amazonas, referente à adaptação das pessoas às variáveis do clima. Esse segundo enfoque citado categoriza, portanto, o viés político da matéria também, além do ambiental.

São cerca de 400 mil ribeirinhos, com grande capacidade de adaptação às mudanças climáticas e que geram bens e produtos que lhes permitem melhorar a qualidade de vida mesmo com renda tão baixa (O LIBERAL. Marajoara não se intimida com as mudanças no clima. Belém, 14/08/2015).

Abaixo, um exemplo do viés político da reportagem, ao abordar que embora a população do estuário paraense do rio Amazonas seja resiliente à mudança climática constante, são necessários investimentos de melhoria.

Mas é preciso políticas públicas que melhorem a capacidade de adaptação deles aos fenômenos climáticos que possam ocorrer e aumentem a diversidade dos ambientes rurais, aliadas à educação, transferência de renda e crédito (O LIBERAL. Marajoara não se intimida com as mudanças no clima. Belém, 14/08/2015).

Mais do que um viés político, o exemplo acima deixa registrado que a capacidade de adaptação com que os ribeirinhos lidam tem mais a ver com a própria resiliência, do que com investimentos. Isso fica evidente ao citar que lhes falta componentes básicos de uma sociedade, como a educação. A matéria volta a enfatizar a pouca visibilidade da população do estuário paraense do Rio Amazonas.

Contudo, durante a pesquisa ficou evidente que ainda há poucas iniciativas que trabalham com a adaptação das situações ribeirinhas e do estuário amazônico às mudanças climáticas. A ausência de políticas é um problema grave para essa população, que ainda não tem muita visibilidade na política brasileira (O LIBERAL. Marajoara não se intimida com as mudanças no clima. Belém, 14/08/2015).

Isso denota um dos muitos problemas estruturais do território. Segundo Almeida Filho (2016), a exploração da floresta amazônica é benéfica para a população externa, contudo, para os habitantes locais não, já que atende majoritariamente os de fora, configurando, com isso, que a população local quase nada desfruta das serventias provenientes do lucro da floresta.

Ou seja, temos uma matéria local abordando uma população não muito visível, afinal, quando a mídia fala em Amazônia, segundo Dutra (2009, p.17), refere-se a uma localidade “na qual a exuberância dos recursos naturais contrasta com a construção persistente de uma desfocagem do ser humano aí sobrevivente”. A matéria, portanto, dá visibilidade a essa população. Não dá voz, já que a única fonte acionada é Sérgio Rivero, coordenador da pesquisa, professor associado da UFPA, da Faculdade de Economia e do PPGE/UFPA.

Outro exemplo de matéria que traz a Amazônia como protagonista é “Governadores se unem pela Amazônia”, sem uma assinatura específica. A matéria discorre sobre o 12º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, que foi realizado em Belém no mês de novembro de

2015. O encontro foi marcado pela participação dos nove governadores dos estados que compõem a Amazônia Legal ((Pará, Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins) e também por ser presidido pelo governador do estado do Pará, Simão Jatene.

Araújo e Léna (2010) observam que o Brasil é um país em que predomina uma forte e entranhada desigualdade. Os autores consideram que essa busca por crescimento econômico e a consequente busca por igualdade é ilusória, visto que a distribuição de renda não é igualitária e nem a qualidade de vida é advinda de tal modelo. O político embasa suas opiniões em outro diálogo exposto na matéria:

Todos nós, individualmente, sempre falamos que a Amazônia tem contribuído para o desenvolvimento brasileiro. Mas essa contribuição, lamentavelmente, não tem tido uma resposta na mesma dimensão. E os indicadores sociais assim o mostram. Essa carta diz isso não mais como uma fala deste ou daquele governador, deste ou daquele partido, mas como uma fala da Amazônia (O LIBERAL. Governadores se unem pela Amazônia. Belém, 21/11/2015).

A citação de Jatene sintetiza justamente essa questão, ao colocar que a Amazônia, lugar de fala essencial quando falamos em meio ambiente e geopolítica, é importante para os assuntos ligados às questões globais, porém, a sua própria condição social é preocupante, uma vez que lhe faltam condições básicas para sobrevivência. O discurso de Jatene ratifica o imbróglio do desenvolvimento sustentável, marcado por disparidades sociais e econômicas e também por um colonialismo enraizado e que intenta romper essa barreira, contudo, é algo que necessitaria de uma mudança estrutural complexa e significativa, até mesmo porque está entranhada nos moldes capitalistas que permeiam as sociedades ocidentais.

Jatene considera que os esforços em reduzir as emissões de gases que intensifiquem o efeito estufa, por parte da Amazônia, merecem ser levadas em consideração e clama por investimentos maiores na localidade. De acordo com Redclift (2006), o discurso sobre globalização não toma conhecimento de territórios, logo podemos levar o exemplo para a Amazônia, cuja floresta tropical é tratada como área comum, um ambiente a ser explorado com fins que almejam soar como satisfatórios em âmbito global.

Amazônia quer continuar contribuindo para o desenvolvimento brasileiro e para a questão climática global. Mas só tem uma forma de fazê-lo: por meio de seu próprio desenvolvimento. Ou seja, através da melhoria da qualidade de vida da sua gente" (O LIBERAL. Governadores se unem pela Amazônia. Belém, 21/11/2015).

Ao compreendermos, por meio do pensamento de Foucault (2008), que o poder funciona em cadeia, como algo circulante, não estático, podemos chegar ao ponto de que os estados que compõem a Amazônia brasileira lutam com suas “armas”. Arma essa que no caso é a localização. Importante ressaltar que tal Fórum ocorreu em novembro de 2015, alguns dias antes da COP-21. A Amazônia, com seu rico bioma, tem seu lugar cativo no evento e nas ambições internacionais. Proferir sobre o território, buscando essa aliança entre os governadores em um momento mais do que oportuno, denota uma jogada de estratégica.

A própria conjunção “mas” destacada na voz de Jatene sugere uma adversidade. Ou seja, eles pretendiam continuar fazendo da Amazônia um território contribuinte para os conflitos climáticos, contudo, se nada fosse feito, eles tomariam providências necessárias para dificultar essa contribuição. Havia uma clara aliança para pressionar autoridades globais em investir mais na maior floresta tropical do mundo. Configurando a polifonia, com argumentos em comum e no mesmo objetivo, aparece o discurso de Waldez Góes, Governador do Amapá.

"Não é justo dar uma contribuição nacional e internacional e termos problemas sérios ainda com as crianças, com a educação, com a saúde pública" (O LIBERAL. Governadores se unem pela Amazônia. Belém, 21/11/2015).

Fortalecendo e lutando pelos mesmos objetivos, aparece a voz do governador do Amapá também. Reforçando o discurso de que “A globalização engendra e eleva as contradições do capitalismo num outro patamar, no marco do desenvolvimento desigual e combinado e nos movimentos de concentração e centralização do capital” (SILVA, 2015, p. 52). Ou seja, o desenvolvimento é concentrado, gerando pobreza desordenada, um modelo em que a Amazônia é protagonista somente na riqueza de seu bioma, enquanto os que nela ali vivem nada desfrutam dos louros colhidos pela sua riqueza ambiental.

C) Perspectivas e ponderações em relação à COP-21 e ao Acordo de Paris e O Desempenho do Brasil no combate às mudanças climáticas

A matéria “Ambientalistas criticam acordo do clima”, sem assinatura específica, aborda as opiniões divididas que a COP-21 deixou ao seu término. Se por um lado havia quem elogiasse e considerasse o acordo como histórico, por outro, havia os delatores, que perceberam lacunas e insuficiências no Acordo de Paris. As ponderações acerca do desfecho do evento podem ser verificadas no trecho:

Elogiado incondicionalmente pelos líderes mundiais, segundo ativistas do clima, o novo e ambicioso pacto conteria lacunas que comprometem o sucesso das metas

estipuladas. Falta de concretude é um dos motivos de críticas. O acordo sobre o clima global firmado em Paris, durante a conferência COP21, suscitou reações ambivalentes de organizações ambientalistas e especialistas em clima (O LIBERAL. Ambientalistas criticam acordo do clima. Belém, 14/12/2015).

A matéria, portanto, enfatiza que apesar de um desfecho animador, havia muitas considerações a serem feitas ao Acordo de Paris. Se por um lado, existia um documento real com deveres para as nações repensarem o consumo de energias poluentes, por outro, havia críticas pelas muitas lacunas, inclusive a falta de punição para quem não cumprir o acordo.

A matéria “Aumento de 1° C no clima do planeta preocupa cientistas”, sem uma assinatura específica, aborda o perigo do aumento da temperatura média da Terra, trata sobre a COP-21 e atenta sobre os níveis de emissões preocupantes existentes. A matéria também cita a COP-21 e a importância da Conferência de Paris no que tange à discussão em torno da crise ambiental proporcionada pelo aumento da temperatura. Além disso, podemos perceber uma abordagem mais alarmante em torno das alterações climáticas.

Ao cruzar o limite de 1°C, o planeta chega à metade da trajetória para um aquecimento de 2°C, considerado “perigoso” por climatologistas. Negociadores de 190 países se reúnem na cúpula do clima da ONU em Paris (COP 21), em dezembro, para discutir como deter o aumento (O LIBERAL. Aumento de 1° C no clima do planeta preocupa cientistas. Belém, 10/11/2015).

O objetivo da cúpula de Paris será o de delinear uma política de redução nas emissões de outros gases do efeito estufa para evitar que o planeta atinja os 2°C excedentes antes de 2100 (O LIBERAL. Aumento de 1° C no clima do planeta preocupa cientistas. Belém, 10/11/2015).

Percebemos então uma abordagem mais categórica e incisiva dos acontecimentos climáticos na matéria, além de uma ênfase no papel da COP-21 perante a configuração ambiental emergente.

A matéria “Temperatura no planeta deve subir 3°C, diz ONU”, sem uma assinatura específica, aborda que as INDCs (seria o correspondente aos planos de redução de emissões de cada nação para os próximos anos) até então anunciadas, às vésperas da COP-21 – o evento ocorreu em novembro, a matéria analisada é de outubro – trazem uma perspectiva otimista, mas insuficiente. Apesar dos esforços, alguns maiores, outros nem tanto, por parte das nações, a meta de ficar abaixo dos 2°C ainda estava distante.

A matéria explica que sem as contribuições anunciadas a temperatura chegaria a 4°C ou 5°C. Com as propostas de INDCs o ápice seria em torno de 3°C, o que caracteriza um avanço, mas ainda seriam necessárias medidas mais incisivas.

Em linhas gerais, buscou trazer uma mensagem positiva: se o mundo cumprir o que está prometendo vai conseguir evitar um futuro dramático que seja de 4°C a 5°C mais quente. Mas também alertou: só que ainda estamos longe de ficar abaixo dos 2°C - limite considerado seguro pela ciência (O LIBERAL. Temperatura no planeta deve subir 3°C, diz ONU. Belém, 31/10/2015).

Em seguida aparece a ponderação positiva acerca da iniciativa das nações.

O tom relativamente otimista do relatório faz um certo sentido. É a primeira vez que tantas nações se comprometem a tomar ações para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e, assim, tentar frear o aquecimento global (O LIBERAL. Temperatura no planeta deve subir 3°C, diz ONU. Belém, 31/10/2015).

A matéria também enfatiza a importância das INDCs. Mesmo não obtendo o resultado pretendido, elas propiciaram uma previsão de redução das emissões de gases de efeito estufa. A matéria suscita que sem elas não seria possível considerar plausível o combate ao aquecimento global.

A matéria “Ministra diz que Acordo de Paris incentivará economia de baixo carbono”, sem uma assinatura específica, traz uma perspectiva otimista ao cenário das mudanças do clima. Por meio do posicionamento da, à época, ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, surge uma visão positiva dos desdobramentos da COP-21. A então ministra afirmava na matéria que a economia de baixo carbono seria uma realidade próxima, mas ponderava que tal medida incitava investimentos.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, aposta no acordo do clima de Paris para ampliar os investimentos na economia de baixo carbono. A análise foi feita ontem, no Rio de Janeiro, após a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentar pesquisa mostrando que os executivos estão preocupados com o impacto das mudanças climáticas nos negócios, mas esperam que o governo aumente incentivos para adoção de práticas sustentáveis (O LIBERAL. Ministra diz que Acordo de Paris incentivará economia de baixo carbono. Belém, 04/09/2015).

Surge um discurso acerca do aspecto mercadológico das mudanças climáticas. O que nos remete ao pensamento de Almeida Filho (2016, p.36), ao dizer que “a publicização da temática ambiental na mídia hegemônica equipara-se à publicização de qualquer produto de consumo, simbólico ou tangível”. Ou seja, o meio ambiente é tratado como um produto comerciável de outra estirpe, algo possível de se verificar na voz acionada da então Ministra do Meio Ambiente.

A conjunção adversativa “mas”, surge para reforçar uma condição. Denota que os executivos em questão até se preocupam com as mudanças no clima, contudo necessitam de

investimentos para poder mitigar ações sustentáveis. Categorizando mais uma vez o aspecto mercadológico das mudanças climáticas e o quão difícil é dissociá-la do âmbito econômico.

É suscitado pela então ministra Izabella Teixeira que foi solicitado engajamento dos profissionais das indústrias para colaborarem nesse cenário e o resultado, segundo Teixeira, foi positivo.

O levantamento revelou que os empresários veem como vantagem competitiva a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, apesar de reconhecerem o aumento de custos como um impedimento. Para 59% dos 100 entrevistados, a oportunidade de negócios é maior que o aumento de custos com retorno em “reputação/ imagem” e melhora de inserção no mercado (O LIBERAL. Ministra diz que Acordo de Paris incentivará economia de baixo carbono. Belém, 04/09/2015).

O trecho revela que o capital se alia ao ambientalismo, tornando as mudanças climáticas e o meio ambiente em si, uma oportunidade de lucro. Sendo assim, não são diferenciadas as medidas ambientais de outras práticas mercadológicas. Outro ponto abordado pela matéria é a expectativa em torno da Conferência de Paris e ponderações sobre o Protocolo de Kyoto. Considerando o Protocolo de Kyoto defasado, surge a expectativa, na matéria, de que a COP-21 ratificasse um documento mais expressivo.

Izabella Teixeira se referia à 21ª Conferência das Partes das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas, a COP-21, marcada para dezembro em Paris. Durante o evento, os países envolvidos tentarão chegar a um acordo para enfrentar a crise climática, que vem provocando desastres ambientais no mundo. O novo documento substituirá o já superado Protocolo de Kyoto e tentará mecanismos para conter o aquecimento global (O LIBERAL. Ministra diz que Acordo de Paris incentivará economia de baixo carbono. Belém, 04/09/2015).

Percebemos no trecho acima um efeito de sentido que dá ressonância as expectativas geradas pela COP-21. A então Ministra Izabella Teixeira, ao destacar que a resolução do evento “substituirá” o Protocolo de Kyoto, atribui peso dado ao futuro evento. A matéria é de setembro, o evento ocorreu em novembro. O trecho reforça as expectativas em torno da COP-21, tal como ocorreu na COP-15. A diferença foi no desfecho do evento de Paris, considerado satisfatório (pelo menos em comparativo com os resultados da Conferência de Copenhague).

Outro exemplo do peso da responsabilidade da Conferência das Partes realizada em Paris no ano de 2015, aparece no único editorial analisado, “Ambientalismo sem demagogias”.

O mundo inteiro acompanhará com muita atenção, a partir de hoje, em Paris, a COP21. Delegações de 195 países mais os da União Europeia deverão definir o

futuro do clima da Terra (O LIBERAL. Ambientalismo sem demagogias. Belém, 29/11/2015).

Percebem-se efeitos de sentido denotando o tamanho das expectativas. Afinal, afirmar que “deverão definir o futuro do clima da Terra” clarifica que era uma COP diferente, ambiciosa, esperada. Nem todas as Conferências da Parte possuem um peso de uma COP-15 ou COP-21. Acontecimentos já citados de 2015, como a Encíclica de Francisco, os ecos da seca ocorrida no Sudeste, a tragédia de Mariana, extremos climáticos, configuravam um alerta e contextualizavam o panorama do ano de 2015.

O texto também abordou que eram necessárias ações mais incisivas. Sendo tocado também o assunto da força de lei da COP-21, algo que inquietou especialistas em 2015.

Ninguém se iluda. Sem efeitos vinculantes, prevalecerão o discurso politicamente correto e as demagogias. Quem admitirá isso mais uma vez? (O LIBERAL. Ambientalismo sem demagogias. Belém, 29/11/2015).

O editorial, também considerado a voz do jornal, aqui expressa o desejo de força de lei, nas legislações do Acordo de Paris, do contrário seria só falácia. Quando faz a interrogação ao final: “Quem admitirá isso mais uma vez?”, demonstra que naquele momento estavam sendo cobrados resultados efetivos, configurando que não temos mais tempo, pensando que se nada fosse feito naquela reunião, o tempo hábil seria cada vez menor.

Em relação ao tema sobre o desempenho do Brasil no cenário da COP-21, também aparecem alguns casos. Como, por exemplo, na matéria “Brasil reduziu em 15% gases de efeito estufa”, assinada como Agência Brasil - SP.

A matéria relata que entre os anos de 1990 e 2013, as emissões de gases do efeito estufa diminuíram consideravelmente no Brasil, ao passo que as mesmas emissões em âmbito mundial cresceram notoriamente. A matéria é de cunho científico, uma vez que traz dados do Observatório do Clima e do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa. A matéria, no entanto, coloca que a situação ainda é preocupante, como pontuada pela fala de Carlos Rittl, do Observatório do Clima, que aponta a gravidade da situação mesmo no que tange ao desmatamento. Sublinhando que não há muito motivo para comemoração.

Embora o Brasil tenha passado por avanços importantes no que diz respeito às políticas públicas voltadas para mudanças climáticas, as análises do SEEG indicam que o país ainda não incorporou uma estratégia de desenvolvimento que leve em conta o controle das emissões de gases do efeito estufa (O LIBERAL. Brasil reduziu em 15% gases de efeito estufa. Belém, 12/08/2015).

No trecho destacado acima fica evidente o posicionamento de que o empenho do Brasil no que tange ao combate em relação às mudanças climáticas ainda necessita amadurecer. Mesmo com resultados positivos, o trecho da matéria expõe que falta planejamento e ações mais incisivas nesse panorama.

Rittl explicou que o resultado é que o país não aproveita as oportunidades e as vantagens únicas que uma economia de baixo carbono pode oferecer. “A governança que sustenta as políticas públicas brasileiras relacionadas às mudanças climáticas não é claramente estabelecida. O país ainda não possui um sistema claro de monitoramento e avaliação para todas as políticas públicas ou para o conjunto de iniciativas sobre mudanças do clima e de cada um dos planos setoriais”, finalizou (O LIBERAL. Brasil reduziu em 15% gases de efeito estufa. Belém, 12/08/2015).

A matéria “Brasil promete reduzir poluição em 43%”, assinada como “da Redação, - Nova York com agências”, discorre em relação às metas do Brasil no cenário da COP-21, ressaltando que a matéria foi veiculada dois meses antes do evento. Trazendo a voz acionada da própria presidenta do Brasil (no ano de 2015), temos no texto analisado uma perspectiva positiva dos esforços do país.

A presidente classificou as metas anunciadas ontem de “ousadas” e “ambiciosas” e afirmou que o Brasil é um dos únicos países em desenvolvimento a assumir uma meta absoluta de redução de emissões. “Estamos propondo metas que dificilmente serão atingidas em termos absolutos mesmo pelos países desenvolvidos. Se forem, melhor.” (O LIBERAL. Brasil promete reduzir poluição em 43%. Belém, 28/09/2015).

A COP-21 era um excelente palco para a Presidenta e uma imprescindível oportunidade à época de dar ao Brasil uma posição de destaque, e assim tentar contornar a situação política extremamente delicada que vivia. Não se tratava apenas do clima, havia muito mais em jogo.

O jornal O Liberal ponderou em sua análise - em boa parte dos textos que tratam sobre o comprometimento do país com as metas climáticas - o desempenho do Brasil como se destacando no panorama, mas aquém do esperado. A perspectiva mostrada na matéria, sob a ótica de Dilma, é mais ambiciosa. Considerando que outros países, entre os emergentes, até o momento não haviam proposto metas no patamar do Brasil, a nação obteve êxito. Se os esforços eram viscerais é outro questionamento.

A matéria não faz críticas ao governo de Dilma, inclusive, a única fonte acionada é a da Presidente do Brasil em 2015. Não há contrapontos, nota-se no texto uma polifonia que ratifica apenas a visão de Rousseff e suas crenças nas medidas que estavam sendo mitigadas. Sem ironias ou alfinetadas ao governo petista.

4.4 O discurso ambiental centrado nas mudanças climáticas nas páginas da Folha de S. Paulo no ano de 2015

4.4.1 Folha de S. Paulo

O jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) iniciou como *Folha da Noite*, em 1921, do qual surgiram posteriormente as páginas vespertinas e matutinas, até que, em 1960, os três títulos se integraram, configurando a *Folha de S. Paulo*⁵¹. Segundo Costa, Silva e Souza (2016), o jornal foi criado como oposição ao jornal *O Estado de São Paulo*.

A *Folha de S. Paulo*, na década de 1960, passou a utilizar a impressão *offset*⁵², em cores, um grande feito à época e sendo pioneira nessa configuração. Em 1993, a *Folha de S. Paulo* criou uma rede de computadores em que os textos eram armazenados, podendo, assim, ser acessados por jornalistas nos terminais. Em 1994, tornou-se o primeiro jornal no Brasil a possuir um banco de imagens digitalizado.

Costa (2016) enfatiza que no início, o posicionamento político da FSP era de centro-esquerda, mas que atualmente é comum críticas aos governos petistas em virtude de mudanças em sua linha editorial. Em 2015, o Brasil era presidido por Dilma Rousseff, com uma imagem bastante desgastada politicamente e já com indícios do impeachment que estava por vir em agosto do ano seguinte, 2016.

A FSP tem alcance “nacional” devido à vendagem e distribuição do jornal. Segundo a ANJ (Associação Nacional de Jornais), em 2015 (o mais recente que aparece no *site* da associação⁵³), a *Folha* foi o jornal mais consumido no concernente ao meio digital. No referente ao meio impresso, no ano de 2015, a FSP ficou em terceiro lugar, perdendo para o *Super Notícia* (MG) e para *O Globo* (RJ), respectivamente, primeiro e segundo colocados.

No jornal FSP há jornalistas e espaços dedicados especificamente à temática meio ambiente. É o caso de Marcelo Leite, jornalista, atuante na *Folha de S. Paulo* e autor de obras de caráter ambiental⁵⁴. Segundo Luft (2005), Marcelo Leite é defensor de um jornalismo ambiental mais independente e menos militante.

⁵¹ Mais informações em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.html>. Acesso em: 11 fev. 2018.

⁵² Impressão offset consiste em uma impressão de maior qualidade, utilizada até hoje. Esse feito na década de 1960 foi notável.

⁵³ Mais informações em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

⁵⁴ Marcelo Leite é autor do livro “A Floresta Amazônica” (2001), por exemplo.

4.4.2 Descrição do Corpus: FSP

Antes de entrarmos na parte analítica propriamente dita, apresentaremos ao leitor os principais dados que guiaram e embasaram a análise posterior. O procedimento metodológico inicial consistiu em, por meio da plataforma digital do jornal, clicar nos links “edição impressa” e “versão digitalizada”, chegando dessa forma a um espaço que só é permitido aos assinantes do jornal em sua versão online. Isso ocorre porque a plataforma digital da FSP é um *site* que dá acesso limitado de visualizações aos que não assinam o periódico. Há o limite de dez reportagens visualizadas mensalmente para os não assinantes, uma prática também utilizada por outros *sites* como a *Gazeta*, *O Globo*, *Estadão*, entre outros.

Por meio da busca pelas palavras-chave *mudanças climáticas*, *aquecimento global*, *efeito estufa* e *IPCC*, foram encontradas, em um primeiro momento, 174 matérias. Contudo, após esse primeiro crivo, outra triagem foi realizada. Isso ocorreu porque, por escolha nossa, resolvemos descartar textos da parte opinativa do jornal à exceção de quatro, sendo três deles textos de Análise feitos por dois jornalistas efetivos do veículo (Marcelo Leite e Ricardo Mioto). A Análise de Eduardo Viola ficou por conta da relevância do tema, que tange as medidas de Brasil e Estados Unidos no panorama da COP-21. Desde o princípio, optamos por trabalhar com os editoriais por serem a opinião do jornal em essência.

Após esse segundo crivo, que eliminou matérias em que as mudanças climáticas (e seus desdobramentos) não fossem o tema principal, chegamos ao número de 79 matérias. Outros crivos foram feitos, devido a repetição de matérias. Assim, fechamos em 38 matérias do jornal *Folha de S. Paulo*. Procuramos selecionar as matérias mais representativas dos subtemas mais recorrentes, porém, atentos também a algumas exceções, no caso textos relevantes para a análise, mas com temas que não aparecem com regularidade na cobertura do jornal, embora contenham assuntos importantes no escopo das mudanças climáticas.

Outro fator a ser destacado é que poucas matérias estavam sem assinatura ou eram provenientes de agências de notícias. Frisaremos que havia ainda matérias reproduzidas do *New York Times*, que não utilizamos, dando preferência para cadernos próprios da FSP. À exceção das matérias “O que sai desse mato” e “O efeito estufa e a sua lata de lixo”, que são de cadernos especiais, os outros textos são de cadernos diários da *Folha de S. Paulo*. Contudo, as matérias dos cadernos especiais são igualmente acessíveis para quem utilizar o procedimento de leitura por meio da versão impressa digitalizada e utilizando as palavras-chave que usamos em nosso estudo.

Os textos jornalísticos se dividem em reportagens, notícias e editoriais. Já vimos que o discurso não é neutro. Mont’Alverne e Marques (2015, p. 122) apontam que “as escolhas das pautas e das fontes, dentre a adoção de outros procedimentos, pode servir para confirmar uma tese defendida pelo próprio periódico”.

Ressalta-se que reportagens e notícias são categorias diferentes. Costa-Hubes e Fedumenti (2010) analisam que a notícia tem um viés mais objetivo. As autoras apontam que a notícia tem o fator da novidade como característica principal, informar um fato. Já a reportagem, para as autoras, também possui viés informativo, contudo é mais aprofundada, trazendo mais detalhes. O fato é que a reportagem não necessariamente está ali apenas para contar uma notícia “quente”, ela pode pegar um tema que está em voga há algum tempo e aprofundá-lo, dar maiores contornos e possibilidades, necessitando de um tempo maior para sua realização.

Tabela 3 – Matérias analisadas no jornal *Folha de S. Paulo*

	Título	Data	Categoria	Autoria
1	“2014 é o ano mais quente já registrado, aponta Nasa”	17/01/2015	Reportagem	De São Paulo
2	“Mudança Climática não leva a mais tempestades, diz estudo”	30/01/2015	Reportagem	Rafael Garcia, de São Paulo
3	“Ainda existem muitos nós em aberto na pesquisa climática”	30/01/2015	Coluna de Análise	Ricardo Miotto(Editor de “Ciência e Saúde”)
4	“Kyoto, 10, engatinha”	16/02/2015	Reportagem	Maurício Tuffani, colaboração para a Folha
5	“Guerra do Clima”	19/02/2015	Reportagem	Rafael Garcia, enviado especial a San Jose (EUA)
6	“Cientista não merece privilégio de sigilo, diz crítico”	19/02/2015	Reportagem	Rafael Garcia, enviado especial a San Jose (EUA)
7	“Flórida bane o uso da expressão aquecimento global”	12/03/2015	Notícia	Das agências de notícias
8	“Brasil carbonizado”	13/03/2015	Editorial	-----
9	“A lenda dos rios voadores”	22/03/2015	Reportagem	Marcelo Leite, de São Paulo
10	“Extrair óleo do Ártico pode ser arriscado e agravar efeito estufa”	13/05/2015	Reportagem	Marcelo Leite, enviado especial a Berlim
11	“Mudança de Clima”	24/05/2015	Editorial	-----
12	“Em encíclica, papa responsabiliza ricos por problemas ambientais”	16/06/2015	Reportagem	Reinaldo José Lopes, colaboração para a folha
13	“Compromisso de Brasil e EUA com clima é menor do que parece”	02/07/2015	Coluna de Análise	Eduardo Viola

14	“Homem é inocente na morte da megafauna”	06/08/2015	Reportagem	Reinaldo José Lopes, colaboração para a Folha
15	“Dilma recebe Merkel para reforçar relação”	19/08/2015	Reportagem	Leandro Colon, de Londres
16	“Muito além do clima”	20/08/2015	Editorial	-----
17	“Emissões da China estão ‘dois Brasis’ superestimadas”	20/08/2015	Reportagem	Gabriel Alves, de São Paulo
18	“Regra sobre área indígena pode afetar clima”	16/09/2015	Notícia	Marcelo Leite, de São Paulo
19	“Desmatamento zero”	23/09/2015	Editorial	-----
20	“O que sai desse mato”	24/09/2015	Reportagem	Marcelo Leite
21	“Apesar de avanço com clima, país já fez mais”	28/09/2015	Coluna de Análise	Marcelo Leite
22	“O Brasil em Paris”	29/09/2015	Editorial	-----

Fonte: Dados da Pesquisa

As principais fontes de informação que apareceram no jornal FSP, tendo surgido mais de uma vez, foram provenientes do Observatório do Clima, da SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa), da Nasa, do Ministério do Meio Ambiente e da UFMG. Dessa forma, configurando as principais formações discursivas nas quais o discurso jornalístico constrói seus efeitos de sentido: a científica, a política (também acrescentados de aspectos econômicos e empresariais em seu discurso) e a ambiental, conforme veremos mais à frente.

Entre as vozes mais acionadas pela FSP estão: Carlos Nobre (climatologista e então Presidente da Capes, Izabella Teixeira (então Ministra do Meio Ambiente), Carlos Rittl (Secretário Executivo do Observatório do Clima), Tasso de Azevedo (Engenheiro Florestal e Coordenador do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima, a SEEG), Dilma Rousseff (então Presidenta do Brasil) e Michael Mann (climatologista e Diretor do Centro de Ciências do Sistema Terrestre da Universidade Estadual da Pensilvânia).

Quanto às vozes acionadas são todas de cunho ambiental, científico e político. Não é passada a voz em nenhum momento para o cidadão comum que vive em iminente risco de catarse climática, que tenha sido prejudicado pela seca do Sudeste, ou que sofra as consequências do desmatamento, por exemplo, nas matérias que tratam a respeito. À exceção da matéria “Aquecimento é ‘muito sério’ para 54% da população”. A matéria em questão, datada de 05/11/2015, trata a respeito de uma pesquisa realizada em 40 países entre março e maio de 2015. Tal pesquisa consistia em saber o quão grave é o aquecimento global para a população dos países em que foi realizado o levantamento. Contudo, não aparece o

posicionamento de nenhum cidadão comum. A voz que aparece é de Richard Wike, diretor de Pesquisas de Atitudes Globais no Pew.

Também podemos apontar como diferenciada a matéria “Em encíclica, papa responsabiliza ricos por problemas ambientais”, assinada por Reinaldo José Lopes. Matéria emblemática sobre uma encíclica do Papa Francisco discursando sobre o meio ambiente e o papel que os países ricos vêm desempenhando nesse panorama ambiental centrado nas mudanças climáticas. A fala de Francisco é extremamente pertinente e tem uma linguagem universal, não se restringindo ao cerne religioso. Porém se não se limita, dá espaço ao documento do Papa Francisco e às ideias contidas na Encíclica, do Pontífice argentino.

Dos 38 textos analisados, dez foram assinadas por Marcelo Leite. Leite atua na FSP desde 1986, já tendo sido, entre outras funções, editor do caderno Ciência e correspondente em Berlim, hoje atuando como repórter especial da Folha e colunista da Folha.com, onde escreve semanalmente. Três textos dos 38 foram escritas por Leandro Colon, tendo Rafael Garcia escrito a mesma quantidade. Colon atua na FSP desde 2012, é jornalista e diretor da Sucursal da FSP em Brasília. Garcia atualmente é colaborador da *Folha de S. Paulo* em Washington. Duas matérias têm a assinatura de Reinaldo José Lopes, que aparece como assinando como colaboração com a Folha, contudo, atualmente aparece no quadro de colunistas da *Folha de S. Paulo*.

Nove textos são editoriais, sendo oito sem assinatura e um assinado por Hélio Schwartsman. Hélio Schwartsman é filósofo, jornalista, além de editorialista e colunista do jornal FSP. Dois textos são assinados como “das agências de notícias” e dois como “de São Paulo”.

Aparecem assinando uma matéria, dos 38 textos, os autores Mara Gama, Eduardo Viola, Ricardo Miotto, Maurício Tuffani, Gabriel Alves, Marcelo Ninio, Fernanda Athas e Eduardo Geraque. Mara Gama, Ricardo Miotto e Gabriel Alves são colunistas regulares do jornal. As matérias de Eduardo Viola e Eduardo Geraque são especiais. Maurício Tuffani e Fernanda Athas faziam parte do jornal à época, porém, não atuam mais na FSP. Marcelo Ninio não é fixo no jornal desde 2009, logo, a matéria de sua assinatura é especial também.

Concluimos, portanto, que a maioria dos textos analisados por nossa cobertura são assinados, seja por jornalistas atuantes, à época, na FSP, ou pertencentes a editoriais. Poucos textos de agências de notícias ou sem assinatura, categorizando que houve esforço por parte da FSP de fazer uma cobertura autoral acerca das mudanças climáticas. E também denotando que a maior parte do discurso analisado saiu do âmbito da própria redação do jornal, com coberturas externas como os jornalistas Marcelo Leite e Leandro Colon se deslocando para

Paris no intuito de cobrir a COP-21 e Rafael Garcia, hoje correspondente em Washington, mas que à época foi a San Jose cobrir a “guerra fria” entre climatologistas e céticos das mudanças climáticas, conforme veremos mais à frente.

Em termos de subtemas, os textos analisados da *Folha de S. Paulo* se caracterizaram principalmente por trazer perspectivas e ponderações em relação à COP-21 e ao Acordo de Paris, reforçar as contribuições do Brasil no panorama das mudanças climáticas, sublinhar o quão prejudicial ao combate climático é a utilização de combustíveis fósseis e trazer, muitas vezes de forma alarmista, informações sobre a iminência de catarses climáticas.

Menos frequente, mas não menos importante, foram os seguintes subtemas, que iremos analisar na sequência desse texto: a ênfase dada pelo jornal ao antagonismo entre o papel dos países desenvolvidos e dos países emergentes no combate ao aquecimento global, as menções à dificuldade de negociação com os Estados Unidos no que tange ao combate às mudanças climáticas, o ceticismo de muitos países sobre o aquecimento global e a Amazônia, elemento importante em nosso trabalho, mas com destaque menor na cobertura da FSP. Além disso, foram também abordados: alianças do Brasil com outros países durante a COP, contribuições da China e Índia para o aquecimento global, a relação do desmatamento e as altas taxas de emissões de gases de efeito estufa e a influência dos resíduos de lixo para o efeito estufa.

Abaixo uma tabela com os subtemas mais abordados nas matérias analisadas:

Tabela 4 – Subtemas presentes na cobertura da Folha de S. Paulo

Subtemas presentes no discurso Jornalístico	Quantidade de matérias em que aparecem
Perspectivas e ponderações em relação à COP-21 e ao Acordo de Paris	17
Desempenho do Brasil no combate às mudanças climáticas	15
O revés da utilização de combustíveis Fósseis	15
As mudanças climáticas e a calamidade iminente	12
Países desenvolvidos x países em desenvolvimento	11
O entrave dos Estados Unidos	11
Ceticismo em relação às mudanças climáticas	9
Amazônia em pauta	7
Contribuições da China no combate às alterações do clima	4
Alianças internacionais com o Brasil	3

As consequências do desmatamento no cenário climático	3
Contribuições da Índia no combate às alterações do clima	2
O efeito estufa e a ligação com resíduos proveniente do lixo	1

Fonte: Dados da Pesquisa

No tópico seguinte, tendo como referencial teórico-metodológico do trabalho, a Semiologia dos Discursos Sociais e a Análise do Discurso de vertente francesa, analisaremos o discurso do jornal sobre mudanças climáticas a partir dos subtemas elencados acima.

A) Desempenho do Brasil no panorama das alterações do clima, ceticismo em relação às mudanças climáticas e a Amazônica em pauta.

Apesar de ser um dos subtemas mais recorrentes na cobertura do jornal FSP: os esforços do Brasil no combate às mudanças climáticas, houve várias ressalvas da publicação sobre o mérito das ações do país e uma crítica discreta ao governo petista de Dilma Rousseff. Podemos verificar isso no editorial “Muito além do clima”:

A administração Dilma Rousseff (PT), entretanto, procede com timidez nessa seara. Acomodou-se sobre os louros conquistados com hidrelétricas e a redução do desmatamento. Em boa hora vem a insistência alemã em obter do Brasil posição mais avançada para a Conferência de Paris, em dezembro (ALVES, Gabriel. Emissões da China estão ‘dois Brasis’ superestimadas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/08/2015).

O editorial em questão trata acerca da visita da chanceler alemã Angela Merkel ao Brasil, no intento de reforçar os laços entre ambos os países. O desmatamento à época, entre os anos de 2004 e 2014, teve expressiva redução, diminuindo cerca de 82%, assim refletindo nas baixas taxas de emissão de gases poluidores. Contudo, após esse resultado, a taxa permaneceu praticamente estagnada. Com isso, surgiram acusações de que o governo brasileiro estaria “acomodado”, como visto no trecho destacado acima.

O editorial “Brasil carbonizado” ressalta os esforços do país no tangente à redução das emissões de gases que intensificam o efeito estufa. O editorial enaltece o governo do ex-presidente Lula e da então Presidenta Dilma Rousseff. Contudo, cogita que esses esforços podem ter ocorrido devido a pressão de ONGs e afins. Além disso o texto, mais à frente, sublinha que os números então atualizados (“5.000 km² anuais de devastação”) continuam

sendo expressivos, ainda necessitando de mudanças mais efetivas. Outro motivo que o editorial usa para não criar muitas expectativas com esse avanço é o fato de outros setores da economia estarem em uma situação precária, logo, a comparação reforçaria esse paradoxo. Como exemplificado abaixo:

Segundo, porque os louros vão murchar na comparação com as emissões dos demais setores da economia. Embora esta progrida em ritmo de tartaruga, as emissões correspondentes --sobretudo no uso de energia e na pecuária-- avançam com passo mais rápido (FOLHA DE S. PAULO. Brasil carbonizado, São Paulo,13/03/2015).

Setores como os de agropecuária e energia elétrica são citados como atividades que estão com alto número de emissões, em contraponto ao desmatamento que teve uma expressiva redução, mas, como dito anteriormente, que permanece com altas taxas. O editorial também afirma que o número do setor de energia é baixo se comparado mundialmente, todavia, o uso de carbono aumenta significativamente essa média. O texto editorial traz outros dados, como os de outros setores que tiveram emissões maiores para comprovar que os números não são para serem tão festejados.

Segundo estimativa do Observatório, de 2012 para 2013 as emissões totais brasileiras aumentaram 7,8%, em boa parte pelo repique de 29% no desmatamento. Mas geração de eletricidade e transportes também lançaram 7,3% mais gases do efeito estufa, bem acima do que seria de esperar com o crescimento de 2,5% do PIB na ocasião (FOLHA DE S. PAULO. Brasil carbonizado São Paulo,13/03/2015).

Ainda assim, consideradas só emissões do setor energético, os brasileiros estão muito abaixo da média mundial, com 2,4 toneladas de CO₂ por habitante/ano (contra 7,2 no panorama global). Quando se inclui na conta o carbono oriundo do desmatamento, contudo, chegamos a 7,8 toneladas, nível de um Reino (FOLHA DE S. PAULO. Brasil carbonizado São Paulo,13/03/2015).

Importante também ressaltar a citação ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A redução da taxa de desmatamento compreende o período entre 2004 e 2014, ou seja, época dos dois presidentes petistas, a outra foi Dilma Rousseff. Ou seja, a redução no desmate foi durante o período do PT no poder, por isso, a ressalva do editorial ao governo, para logo em seguida enumerar críticas. Mais uma demonstração de que a FSP, após a ampliação de sua linha editorial, intensificou às críticas ao governo petista.

A Análise de Eduardo Viola, “Compromisso de Brasil e EUA com clima é menor do que parece”, também discorre acerca de ponderações em relação ao comprometimento do Brasil no combate às alterações climáticas.

De 1990 a 2004, o Brasil foi o emissor mais irracional de CO² do planeta, com 70% das emissões vindas do desmatamento na Amazônia --essa destruição representava de 3% a 4% das emissões globais. Isso foi parcialmente compensado entre 2005 e 2010, quando o país reduziu em 40% suas emissões totais, devido ao controle do desmatamento, e aprovou avançada lei de mudança climática (VIOLA, Eduardo. Compromisso de Brasil e EUA com clima é menor do que parece. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02/07/2015).

Desde 2011, no entanto, o país está estagnado na implementação da lei: o desmatamento decresce já muito pouco na Amazônia e aumenta no cerrado. E as emissões de agricultura, pecuária, transporte e geração elétrica aumentam substancialmente (VIOLA, Eduardo. Compromisso de Brasil e EUA com clima é menor do que parece. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02/07/2015).

Junto com o discurso sobre a redução do desmatamento aparece a Amazônia. O território aparece na cobertura do jornal com o enfoque no desmatamento, no caso, na redução desse e na conseqüente diminuição das emissões, seguido à estagnação. Esse discurso nas páginas da FSP é embasado no fato de que o país avançou bastante na diminuição dos níveis de desmatamento, contudo, também estacionou, restando pouco a ainda se esperar nesse segmento. Basicamente foram esses os enfoques dado à Amazônia.

Contudo, é perceptível que o texto de Análise assinado por Eduardo Viola tem enfoque em um mea culpa nos feitos do governo de Dilma Rousseff. Caracterizando um dos discursos característicos da cobertura, a matéria ressalta qualidades, para em seguida diminuir os feitos. O posicionamento político do jornal, como pôde ser verificado brevemente nos tópicos anteriores, foi de elogios seguidos de críticas. Ou seja, predominou um discurso que elogia – com ressalvas – as ações do governo petista no tangível à redução do desmate, por exemplo, mas que logo em seguida fazia ressalvas ou diminuía os feitos. É o caso do editorial “Desmatamento zero”:

No Brasil, o debate é dominado pela chaga do desmatamento. Apesar de um recuo acentuado na última década, ainda se devastam 5.000 km² anuais na Amazônia. Há também o sempre esquecido e não menos periclitante cerrado (FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil carbonizado, São Paulo, 23/09/2015).

No exemplo acima, percebemos o tom elogioso com um contraste adversativo seguido. Algo que foi possível notar na cobertura, os elogios costumam vir seguidos de ressalvas, como se os feitos governo não pudessem ser comemorados, pois sempre havia um porém. O texto editorial finaliza com um trecho destacando que o Brasil poderia vir a ser o país que mais contribuiu para combater o aquecimento global, porém, seguido de uma crítica mais agressiva, indicando que os outros setores do país são equivocados.

Sem dúvida não será trivial eliminar esse resíduo de desmate legal. Mas o país, credenciado pelo admirável corte na devastação obtido nos últimos anos, poderia apostar mais na sua capacidade de fazer a coisa certa (FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil carbonizado, São Paulo, 23/09/2015).

Seria contribuição notável para romper a inércia em que se atolam as negociações globais sobre a mudança do clima. O Brasil se firmaria na posição de país que mais contribuiu para combater o aquecimento global no período recente (FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil carbonizado, São Paulo, 23/09/2015).

Para tanto, cumpriria que o Planalto demonstrasse uma ousadia que, provam-no a sucessão de erros e hesitações em todas as outras áreas de governo, parece a cada dia mais e mais improvável (FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil carbonizado, São Paulo, 23/09/2015).

Na reportagem de Marcelo Leite, “O que sai desse mato”, há também críticas às medidas adotadas por Dilma Rousseff. Ainda tratando sobre o desmatamento e a redução ocorrida entre 2004 e 2014, como já mencionado, há a compreensão de que foi um decréscimo expressivo, contudo, seguido de críticas sobre a falta de ousadia do governo petista.

No corte raso das matas, mais cedo ou mais tarde, madeira, folhas e raízes se convertem, pela queima ou pelo apodrecimento, em gás carbônico (CO₂) e outros gases do efeito estufa (GEE). Com a contenção do desmatamento que já representou 70% das emissões brasileiras de GEE, essa fatia encolheu para algo entre 15% e 35% do total, dependendo de quem faz a conta – mas ainda figura entre as principais contribuições do Brasil para aquecer o clima (LEITE, Marcelo. O que sai desse mato. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24/09/2015).

Em junho de 2014, a presidente Dilma Rousseff explicitou seu fraco compromisso em favor do clima mundial. Ao adotar o qualificativo “ilegal” na expressão “desmatamento zero”, sinaliza que só tem expectativa de ver a legislação florestal plenamente respeitada daqui a 15 anos (LEITE, Marcelo. O que sai desse mato. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24/09/2015).

Em um cenário polêmico, a decisão da então presidente Dilma Rousseff de fazer vista grossa à legislação, segundo o jornal, por só considerar a extinção do desmatamento dito ilegal, foi alvo de críticas na reportagem de Marcelo Leite, em mais um exemplo do enfoque político acionado pela cobertura referente às mudanças climáticas nas páginas da FSP. A reportagem, aliás, traz a fala de alguns especialistas do assunto durante um Seminário realizado pela FSP, denominando Desmatamento Zero, e que aconteceu nos dias 22 e 23 de setembro de 2015 em São Paulo. O Seminário ocorreu às vésperas do anúncio das metas pretendidas pelo Brasil para a Conferência de Paris. Ou seja, em um contexto bastante favorável.

As vozes acionadas pela reportagem, Thelma Krug e Gilberto Câmara do Inpe e Raoni Rajão da UFMG, aparentam estar ali para consolidar a noção de que os esforços do país até então eram insuficientes. Ou seja, fontes acrescentadas à matéria, apesar de distintas, com colocações que no fundo corroboram a ideia central de que as medidas tomadas pelo governo de Dilma Rousseff estavam estagnadas. No caso, pode transparecer a polifonia, já que são variados pontos de vista, mas se levarmos em conta a essência do pensamento de Bakhtin (2010), de que constituiria pontos de vista diversificados, as vozes podem também estar ali para fortalecer o ponto de vista do autor, ou seja, o jornal.

Leal e Carvalho (2015, p. 155) consideram que essa estratégia discursiva pode caracterizar uma “pressuposição acrítica de que a mera presença de mais de uma fonte seria suficiente para garantir a diversidade de vocalização social nas tramas noticiosas”.

Novamente Marcelo Leite, em seu texto “Apesar de avanço com clima, país já fez mais”, trata acerca dos resultados obtidos pela presidenta no concernente às ações climáticas, para em seguida fazer uma crítica, acrescentada de sutil ironia (“vangloriar-se pelas conquistas do passado”, “não se cansa de repetir”), às medidas anunciadas pela chefe da delegação brasileira.

Dilma Rouseff fala em compromisso para o futuro, mas na prática continua a vangloriar-se pelas conquistas do passado (LEITE, Marcelo. Apesar de avanço com clima, país já fez mais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/09/2015).

Cortar 43% disso, como anunciou Dilma, significa que dentro de 15 anos o país estaria emitindo 1,65 GtCO₂eq. Parece um esforço enorme, mas a rigor não é (LEITE, Marcelo. Apesar de avanço com clima, país já fez mais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/09/2015).

Como não se cansa de repetir a presidente, de lá pra cá o desmatamento caiu de forma acentuada, coisa em torno de 80% (LEITE, Marcelo. Apesar de avanço com clima, país já fez mais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/09/2015).

O que implica que, segundo o texto, na prática, os esforços foram menores do que pareceram. O Brasil, portanto, teria adotado medidas que são bem expressivas do que todo o barulho causado. Contudo, vale destacar que em um panorama onde nada de muito relevante havia sido feito por parte dos países emergentes, o país se destacou. Porém, a cobertura apesar de ter tocado nesses pontos em alguns segmentos, priorizou as adversidades seguidamente aos elogios.

No editorial “Desmatamento zero”, que trata acerca do desmatamento e os discursos da então presidenta Dilma Rousseff no que tange ao desmatamento, o território aparece como exemplo do quão prejudicial e sem nenhuma utilidade é o desmatamento.

Se derrubar matas melhorasse a vida de muita gente, alguém poderia considerar a atividade justificável. Mas não: ganham com ela só alguns poucos especuladores. E boa parte das áreas já desmatadas na Amazônia são hoje pastos abandonados, que com algum investimento sustentariam a expansão do agronegócio sem mais destruição (FOLHA DE S. PAULO. Desmatamento zero. São Paulo, 23/09/2015).

A Amazônia, portanto, aparece no trecho acima como exemplo da inutilidade do desmatamento, relatando que as localidades desmatadas tornaram-se grandes vazios. Outra matéria na qual ela é citada é: “Regra sobre área indígena pode afetar clima”. A matéria discorre a respeito da possível aprovação da PEC 215⁵⁵ e o que tal medida poderia acarretar de danos ao meio ambiente. Isso ocorreria, segundo a matéria, devido ao fato que pelo menos 20% de uma reserva acabaria sendo desmatada. A matéria de Marcelo Leite argumenta que se a referida porcentagem de área receber corte raso, a quantidade de CO2 emitida seria absurda. O texto chama a atenção para o fato de que o desmatamento seria mais prejudicial que o setor industrial nesse sentido. A Amazônia aparece contemplada na matéria de forma a mostrar que a maioria dos territórios em risco pela PEC 215 não se encontravam na Amazônia.

Se a PEC 215 entrar em vigor, é provável que várias TIs nunca sejam homologadas. Boa parte das que estão em processo de demarcação se acha fora da Amazônia e sob forte resistência de ruralistas, que têm grande influência no Congresso. Se se tornarem áreas privadas, teriam de seguir a legislação, que determina de 20% a 80% de reserva legal em cada propriedade, dependendo do bioma (FOLHA DE S. PAULO, 16/09/2015).

A pauta amazônica surge com ares de protagonista na reportagem de Marcelo Leite, “A lenda dos rios voadores”, em um caderno especial. A reportagem faz um paralelo entre a seca no Sudeste e a Amazônia como sendo uma possível causa, por meio do seu desmatamento. Dessa forma, também atribuindo relação desses eventos com o aquecimento global. A matéria, de cunho bastante científico, analisa hipóteses que podem ser relacionadas com a seca que assolou parte do Sudeste.

⁵⁵ Proposta de emenda constitucional brasileira que consiste em conceder inteiramente ao Congresso Nacional a demarcação de localidades indígenas e quilombolas. Mais informações em: <<https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetratamento?idProposicao=14562>>. Acesso em: 4 jan. 2019.

As cabeceiras dos rios voadores estão no oceano Atlântico. A água do mar evapora e, carregada pelos ventos alísios, chega à Amazônia oriental, onde cai na forma de chuva. A própria floresta amazônica se encarrega de reciclá-la continuamente, por meio da evapotranspiração (água extraída do solo pelas raízes e liberada nas folhas) (LEITE, Marcelo. A lenda dos rios voadores. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22/03/2015).

Outra matéria em que a Amazônia consegue certo destaque é na reportagem especial “O que sai desse mato”, assinada por Marcelo Leite.

Na Amazônia Legal, a destruição recuou mais de 80% em uma década, mas empacou no limiar de 5.000 km² por ano. No cerrado a redução foi menor, de 54%. Ainda se devasta a savana brasileira com mais afínco que a floresta amazônica, à taxa de 6.000 km² anuais – uma área maior que a do Distrito Federal (LEITE, Marcelo. O que sai desse mato. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24/09/2015).

A Amazônia, portanto, aparece de forma modesta no que tange aos eventos climáticos, sendo mais abordada no que se refere ao papel do desmatamento como grande emissor de gases de efeito estufa. Todavia, é importante ressaltar que só analisamos as matérias de desmatamento que possuíam relação com as mudanças do clima, possivelmente, haveria uma quantidade mais expressiva de textos sobre a Amazônia no que concerne ao desmatamento e seus desdobramentos.

Na matéria “A lenda dos rios voadores”, o autor Marcelo Leite, que também é ativista ambiental, demonstra certo grau de ceticismo, utilizando até mesmo de ironia para ponderar que não se pode atribuir qualquer fenômeno ao aquecimento global. Além do desmatamento, o autor suscita uma segunda hipótese para a seca em parte do Sudeste, um dos temas da matéria analisada. A hipótese seria a que ela teria sido originada pelas mudanças climáticas e complementa com um trocadilho irônico (“desidratada”):

A segunda ideia foi devidamente desidratada --com perdão pelo trocadilho-- por vários especialistas. Entre eles, o climatologista Carlos Nobre, que em entrevista à Folha em 26 de janeiro afirmou ser difícil atribuir ao aquecimento global um extremo climático isolado como a estiagem no Sudeste (LEITE, Marcelo. A lenda dos rios voadores. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22/03/2015).

O jornalista considera, portanto, que a hipótese do aquecimento global para justificar tal crise hidrológica é fruto do senso comum, numa alusão de que qualquer evento climático extremo atual é facilmente associado ao aquecimento global.

Traquina (2012) ressalta o fato dos jornalistas verem “as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar”. Ou seja, muitas vezes um ponto de vista

distinto em um jornal é utilizado especialmente para dar mais credibilidade ao argumento jornalístico.

Fica bastante evidente na reportagem uma forte influência do discurso científico, ao incluir, de forma didática, uma teoria nominada pelo climatologista José Marengo, no caso, a dos “rios voadores”⁵⁶. Essa teoria circunda a matéria como uma possível explicação para a seca do Sudeste. Todavia, fica evidente o posicionamento irônico do autor em refutar que não se pode associar qualquer evento climático como oriundo do aquecimento global.

Misture-se tudo com a ânsia por encontrar a arma fumegante capaz de convencer todos de que a mudança do clima já está em curso, e tem-se aí o caldo de cultura perfeito para concluir que os rios voadores secaram e deixaram a Grande São Paulo à míngua (LEITE, Marcelo. A lenda dos rios voadores. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22/03/2015).

Argumento esse também utilizado no texto de Ricardo Miotto, denominada “Ainda existem muitos nós em aberto na pesquisa climática”.

Para tentar entender como o clima da Terra funciona, a principal ferramenta dos cientistas é fazer simulações computacionais com os diversos fenômenos acima e testar se eles explicam alguma coisa. Tais modelos, porém, são irremediavelmente simplificações da realidade. Dependendo de como são construídos, podem levar inclusive a conclusões opostas (MIOTTO, Ricardo. Ainda existem muitos nós em aberto na pesquisa climática. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30/01/2015).

Ativistas podem preferir a certeza, sempre mais mobilizadora, mas a prudência é típica da ciência, cujo repertório está em permanente questionamento e reconstrução. Não se trata de ceticismo climático. O desafio dos climatologistas é justamente convencer público e governos de que é necessário reduzir emissões e, ao mesmo tempo, ter transparência sobre as limitações do nosso conhecimento (MIOTTO, Ricardo. Ainda existem muitos nós em aberto na pesquisa climática. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30/01/2015).

A argumentação em tom crítico e composta por certo ceticismo (embora o próprio autor durante a matéria negue se tratar de “ceticismo climático”), relata sobre a dificuldade de comprovações científicas acerca dos fenômenos das mudanças climáticas. Isso ocorre, segundo a publicação, porque depende de fatores como temperatura, nível dos mares e incidências solares, assim como impactos de cunho mais social como o desmatamento. O

⁵⁶ A teoria dos rios voadores corresponde a um rio sob a forma de vapor d’água que atravessaria o céu do Brasil durante alguns dias do ano. Oriundos de áreas tropicais do Oceano Atlântico, tais rios seriam alimentados pela umidade que é evaporada na Amazônia, estando a uma altura superior a 2 km e capaz de transportar mais água que o Rio Amazonas, atravessam sobre a Amazônia até chegar aos Andes, sendo de grande importância para a produção agrícola e para a vida de muitas pessoas que vivem nas localidades. Mais informações em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41118902>>. Acesso em: 8 fev. 2019. .

autor da matéria salienta as incertezas que circundam os estudos climáticos, sublinhando que ainda existem muitas hesitações rondando tais estudos.

A matéria “Antártida está ganhando gelo, não perdendo, diz Nasa”, nomeada como “de São Paulo”, aborda que ao contrário do que previsões do IPCC anunciavam, a Antártida tem ganhado gelo, não perdido. Apesar do ceticismo em relação a essa previsão, a matéria explicita que isso não desacredita o fenômeno do aquecimento global. Inclusive é ressaltado que tal fenômeno pode ocorrer em decorrência do próprio superaquecimento da Terra.

Surpreendentemente, a Nasa mostrou que a Antártida está ganhando gelo, em vez de perdendo, como se poderia esperar de um planeta em processo de aquecimento (FOLHA DE S. PAULO. Antártida está ganhando gelo, não perdendo, diz Nasa. Folha de S. Paulo, 05/11/2015).

A descoberta não significa, porém, que não exista aquecimento global (FOLHA DE S. PAULO. Antártida está ganhando gelo, não perdendo, diz Nasa. Folha de S. Paulo, 05/11/2015).

A hipótese para explicar o fenômeno, aliás, relaciona-se justamente com a mudança climática em curso (FOLHA DE S. PAULO. Antártida está ganhando gelo, não perdendo, diz Nasa. Folha de S. Paulo, 05/11/2015).

Logo, o ceticismo moderado ressaltado nessa matéria tem mais a ver com algumas previsões do IPCC do que propriamente com a descrença nas alterações climáticas. A reportagem, inclusive, sublinha que o estudo, publicado no *Journal of Glaciology*, deve ser analisado com cautela, uma vez que estudo com satélites e o gelo da Antártida são complexos para análise.

Outra característica importante da reportagem são as fontes. Recorrendo a dois glaciologistas (Jay Zwally e Ben Smith) e a um meteorologista (Eric Holthaus), dessa vez aparecem pontos de vista distintos, caracterizando que o estudo pode ou não ser verídico. As fontes explicitam a polifonia presente no texto.

B) O revés da utilização de combustíveis fósseis e o antagonismo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos na cobertura do jornal FSP

Outro assunto bastante discutido na análise da *Folha de S. Paulo* no ano de 2015 foi a utilização de combustíveis fósseis e como estes elementos são nocivos para o meio ambiente, como, por exemplo, na matéria “Clima não é a única questão, diz especialista” de Marcelo Leite:

Os combustíveis fósseis têm várias desvantagens do ponto de vista social, admite Cohen. Tirá-los do chão ou do fundo do mar causa muita poluição. Queimados, produzem material particulado, que é danoso à saúde, e dióxido de carbono (CO₂), que agrava o efeito estufa (LEITE, Marcelo. Clima não é a única questão. Folha de S. Paulo, São Paulo, 04/12/2015).

A matéria de Marcelo Leite traz muito do ponto de vista de Steve Cohen, Diretor-Executivo do Instituto da Terra (*Earth Institute*), descrito na matéria como “maior centro de pesquisa da Universidade Columbia (EUA)” (FOLHA DE S. PAULO, 04/12/2015). O discurso de Cohen é de que o clima é um dentro de um nicho de assuntos que devem ser levados em conta. Tanto, que após admitir que o uso incessante de combustíveis fósseis é desvantajoso em vários aspectos, aparece outra fala de Cohen na matéria, ressaltando que mesmo com os pesares é inconcebível pensar em crescimento excluindo tais elementos.

"Há muitas razões para não usá-los, mas não vamos nos livrar deles, a não ser que surja algo que seja muito melhor. Tudo que fazemos usa energia. A energia permeia toda nossa economia" (LEITE, Marcelo. Clima não é a única questão. Folha de S. Paulo, São Paulo, 04/12/2015).

Qualquer política que proíba seu uso, assim, está fadada ao fracasso. Primeiro há que encontrar meios mais eficientes de usar energia, como redes de distribuição inteligentes e iluminação mais econômica. Um terço da eletricidade gerada se perde na transmissão, afirma Cohen" (LEITE, Marcelo. Clima não é a única questão. Folha de S. Paulo, São Paulo, 04/12/2015).

A fala de Cohen remete a algo que vem ganhando forma. Do ponto de vista ético é irrevogável que as questões climáticas devem ganhar corpo, mais força perante as questões políticas e sociais. Contudo, isso de certa forma já ocorre. Mas não da melhor forma, uma vez que essas questões são tratadas predominantemente em eventos como nas próprias COPs, atreladas à questão econômica, que acaba sendo dominante. Ou seja, fazem parte de um nicho.

Araújo e Léna (2010) afirmam que necessitamos de instituições contundentes para combater os danos ambientais, pois as que existem soam ambíguas quando trabalham com interesses econômicos contrastando com os ambientais, tendo um comportamento de coopção ou inócuo.

A matéria “Extrair óleo do Ártico pode ser arriscado e agravar efeito estufa”, de Marcelo Leite, também traz essa discussão acerca da utilização de combustíveis fósseis. A matéria trata a respeito de uma licença que o governo dos Estados Unidos obteve para perfurar poços no mar de Chukchi, localizado no estreito de Bering, entre o Alasca e a

Sibéria. A matéria de Marcelo Leite conclui que, apesar de haver créditos de carbono, é melhor não mexer nesses poços do mar de Chukchi, já que existem metas de redução.

Ambientalistas são contra essa operação no Ártico não só por considerá-la localmente arriscada, mas porque reservas como essas garantiriam décadas de sobrevivência à indústria do petróleo. E, com ela, a contínua emissão de gás carbônico (CO²) produzido pela queima de combustíveis fósseis, que agravam o efeito estufa (LEITE, Marcelo. Extrair óleo do Ártico pode ser arriscado e agravar efeito estufa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/05/2015).

As reservas provadas de petróleo disponíveis no mundo, porém, não cabem no chamado "espaço de carbono" – ou seja, no orçamento de CO² que a humanidade tem para emitir, se quiser impedir que o aquecimento global ultrapasse os 2°C, acima dos quais o risco de eventos climáticos extremos seria excessivo (LEITE, Marcelo. Extrair óleo do Ártico pode ser arriscado e agravar efeito estufa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/05/2015).

A matéria evidencia a “insensatez” que consiste em tentar manter o petróleo como alternativa viável para o consumo. Em outras palavras, se existe a pretensão de reduzir emissões de dióxido de carbono e outros gases que acelerem o efeito estufa, é inviável continuar utilizando poluentes como o petróleo. Os trechos destacados evidenciam que no plano de limitar as reduções de gases poluentes não cabe insistir em alternativas poluentes, pois o prazo estabelecido de emissões está saturado. O texto de Marcelo Leite, portanto, é enfático no seu posicionamento a respeito do uso abundante de petróleo.

O editorial assinado por Hélio Schwartzman denominado “Sempre teremos Paris?” esclarece de forma realista o cenário climático enquanto não houver empenho efetivo em diminuir consideravelmente – ou mesmo suspender em definitivo, o que seria correto – a utilização de carvão, petróleo e outros poluentes. O texto foi publicado após a COP-21 e denota o pensamento estabelecido pelo jornal de que é uma luta vã pensar em descarbonização sem cessar o uso de combustíveis fósseis.

É quase um consenso entre os analistas que os instrumentos criados no Acordo de Paris não bastarão para manter a emissão de gases-estufa nos níveis que os cientistas consideram necessários para evitar os efeitos mais perigosos da mudança climática. Não se acordou nem o compromisso de acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis (FOLHA DE S. PAULO. Sempre teremos Paris? São Paulo, 15/12/2015).

Novamente, a questão dos combustíveis fósseis como problemática aparece unida ao fato de ser extremamente difícil pensar em desconsiderá-los do ponto de vista econômico. Na matéria assinada por uma agência de notícias não identificada pelo jornal, “Índia anuncia plano para desacelerar emissões”, o texto evidencia que a Índia, considerada uma nação

inflexível no concernente a acordos climáticos, é extremamente dependente do uso de combustíveis fósseis para sua sobrevivência.

O governo indiano diz que a prioridade é tirar da pobreza grande parte da população e que isso não pode ser feito sem elevar o uso de carvão, que alimenta o efeito estufa (FOLHA DE S. PAULO. Índia anuncia plano para desacelerar emissões. Folha de S. Paulo, São Paulo, 03/10/2015).

Aproximadamente um mês após o Brasil se comprometer contra o aquecimento global, a Índia anunciou seus planos para desacelerar suas emissões de gases poluentes. Também utilizando o ano de 2005 como base, tal como o Brasil, e sem ousar na redução das emissões, o país destacou-se por, mesmo sendo uma economia das mais emergentes e almejando atenuar consideravelmente a miséria de parte da população, ter se disponibilizado a contribuir no combate ao aquecimento global.

Durante a ECO-92, ficou estabelecido que os países desenvolvidos deveriam prestar auxílio financeiro às nações menos abastadas. Dessa forma, as nações mais ricas contribuiriam para a redução das emissões de gases de efeito estufa, no que viria ser o cerne do desenvolvimento sustentável procurar outras alternativas de crescimento econômico que não dependessem tanto de elementos poluentes.

De 1992 até a COP-21, chegando até à contemporaneidade, temos uma longa discussão em torno do papel de cada país neste cenário inóspito. Daí vem o problema entre o papel de países desenvolvidos e subdesenvolvidos no combate ao aquecimento global. O discurso que aparece com destaque na cobertura do jornal é relacionado com o fato dos países desenvolvidos ansiarem por uma ajuda financeira para o fundo orçamentário climático também por parte das nações emergentes.

Países desenvolvidos, principalmente europeus, querem uma mudança na metodologia para que grandes países emergentes, como Brasil, China e Índia, tenham cota maior (NINIO, Marcelo. Já endividado, Brasil terá de pagar 30% a mais à ONU. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06/11/2015).

A matéria “Já endividado, Brasil terá de pagar 30% a mais à ONU” traz um bom exemplo desse subtema. O texto, assinado por Marcelo Ninio, evidencia o desempenho do Brasil na conjuntura da COP-21. Exercendo esforços notáveis - ainda que meticulosamente calculados, como a própria cobertura do jornal aponta vez ou outra – no âmbito ambiental, a matéria relata que o país aumentou sua contribuição à ONU. Isso ocorreu de forma notável,

com o país saltando da décima para a sétima posição no referente a maiores nações pagadoras da Organização das Nações Unidas.

A discussão acerca do antagonismo entre as nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas foi impulsionada de maneira significativa pela Encíclica de Francisco, apresentada em junho de 2015 pelo atual Papa⁵⁷. A encíclica responsabilizava os países mais ricos pelas catarses climáticas. Esse evento, às vésperas da COP-21, teve peso sobre o acordo, dissonando dos interesses dos países desenvolvidos em querer ajuda dos menos favorecidos. Coube ao Brasil mediar a situação.

A reportagem “Em encíclica, Papa responsabiliza ricos por problemas ambientais”, assinada por Reinaldo José Lopes, trata a respeito desse documento. A matéria é emblemática no contexto do conflito entre os países. Tratando acerca do papel que os países ricos vêm desempenhando no panorama ambiental centrado nas mudanças climáticas. O documento assinado pelo Papa Francisco não se restringe ao aspecto religioso.

A raiz do problema, segundo Francisco, é a submissão da sobrevivência das pessoas e das demais criaturas a interesses puramente econômicos, pautados por um avanço tecnológico desenfreado que não tem referencial ético claro para lhe servir de freio (LOPES, Reinaldo José. Em encíclica, Papa responsabiliza ricos por problemas ambientais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/06/2015).

A fala de Francisco ecoa além da responsabilidade dos países mais abastados, criticando também o controverso e paradoxal conceito de desenvolvimento sustentável. A reportagem aponta o cerne principal do documento assinado pelo Papa:

Apesar de ressaltar que não cabe à Igreja Católica tomar partido em debates científicos ou políticos, mas sim fomentar o diálogo, o papa argentino assinala que, nos debates diplomáticos sobre a mudança climática, as nações pobres não podem ser penalizadas economicamente por um problema que deriva, em grande parte, da poluição gerada em países ricos (LOPES, Reinaldo José. Em encíclica, Papa responsabiliza ricos por problemas ambientais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/06/2015).

O posicionamento da fala de Francisco vai ao encontro do fato de que a pauta ambiental em âmbito global é pretensamente universal, mas pautada em interesses predominantemente econômicos. O documento reconhece que o problema deriva em sua maioria dos países desenvolvidos, mas quem arca com as consequências são os países mais pobres. Banerjee (2003) argumenta que é irônico os países mais pobres terem de se sacrificar e exportar

⁵⁷ Documento denominado “Laudato Si”, que em português significaria “Louvado Seja”. Trata-se de uma encíclica assinada pelo Papa Francisco, publicada em junho de 2015.

recursos para satisfazer as necessidades dos países mais ricos, enquanto estes continuam desfrutando de um modo de vida privilegiado. Ou seja, a questão das nações subdesenvolvidas serem penalizadas remete à ideia de colonialismo⁵⁸, presente na memória discursiva sobre o tema⁵⁹.

Do ponto de vista ambiental sua visão acaba sendo inovadora, quando a reportagem analisada enfatiza que “apesar do lirismo, a encíclica, dirigida ao mundo todo e não só aos católicos”, aponta uma nova configuração histórica nesse cerne. Afinal, a maior autoridade católica opinando em uma pauta polêmica e não necessariamente popular, denota que as questões climáticas ganharam uma publicidade diferenciada e um maior escopo.

As fontes ouvidas na reportagem são Francisco Borba Ribeiro Neto, coordenador do Núcleo Fé e Cultura da PUC-SP, Rodrigo Coppe Caldeira, especialista em história do catolicismo da PUC-MG e o ex-ministro do Meio Ambiente Rubens Ricupero. A polifonia é explicitada na escolha das diversas vozes presentes.

“Trata-se talvez do primeiro pronunciamento de uma autoridade internacional que admite não haver saída a não ser a aceitação de algum 'decremento' pelas sociedades de superabundância em favor do avanço dos mais vulneráveis”, diz o ex-ministro do Meio Ambiente Rubens Ricupero. “Soará utópico; prefiro dizer que é 'profético'.” (LOPES, Reinaldo José. Em encíclica, Papa responsabiliza ricos por problemas ambientais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/06/2015).

A preocupação do Papa com as nações emergentes traz à tona um discurso recorrente desses países nos seus papéis nas negociações globais acerca do clima. Banerjee (2003) sublinha que no discurso acerca do desenvolvimento sustentável, os problemas decorrentes pretensamente ambientais são, na verdade, de ordem financeira. O Papa, abordando esse tema, nesse contexto, acentua o problema e gera debate.

C) A calamidade iminente das mudanças climáticas e perspectivas e ponderações em relação à COP-21 e ao Acordo de Paris nas páginas da FSP

⁵⁸ Colonialismo remete a uma autoridade que é imposta de uma cultura sobre outra cultura. Existem dois tipos de colonialismo, de exploração e de povoamento. A América é fruto de um colonialismo por exploração, tendo sido o Brasil, por exemplo, explorado pelos povos portugueses. Mais informações em: <<https://www.infoescola.com/historia/colonialismo>> . Acesso em: 20 jan. 2019.

⁵⁹ Tendo assumido como Papa em 2013, no ano de 2015 Francisco já era tido como uma voz dissonante do ponto de vista religioso. O Pontífice argentino, por exemplo, não condena os homossexuais. Não que seja totalmente conivente com a homossexualidade, já que não considera os atos homoafetivos como isentos de culpa, mas discursa a favor do ser humano homossexual. Mais informações em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/declaracao-do-papa-francisco-sobre-gays-gera-reacoes.html>> . Acesso em: 4 jan. 2019.

O discurso acerca da emergência do cenário referente às mudanças climáticas foi bastante regular nas matérias analisadas. Um tom alarmista foi utilizado, como no editorial “O ano do clima”.

“No futuro, livros de história verão mais que coincidência entre o tardio Acordo de Paris e o recorde de temperatura global em 2015” (FOLHA DE S. PAULO. O ano do clima. São Paulo, 31/12/2015).

O editorial descreve o contexto sócio-histórico do emblemático ano de 2015. Não somente pela COP-21, este ano foi importante no contexto histórico por conta de acontecimentos ambientais e climáticos de grande magnitude. Como apontado, 2014 bateu o recorde de temperatura, assim como 2015, futuramente se constataria que bateu o recorde do ano anterior. A Encíclica de Francisco fortificou as discussões em torno das questões do clima, assim como o papel dos países desenvolvidos e emergentes nesse panorama. A crise hídrica no Sudeste, à época, e o desastre de Mariana só realçaram ainda mais que muito precisa ser feito do ponto de vista ambiental. Dessa forma, categorizando o ano de 2015 como importante para exemplificar as catarses ambientais e climáticas e o que esperar do futuro.

O texto analisado também tem enfoque no recém-assinado Acordo de Paris. O editorial toca no que vem a ser uma das maiores (ou mesmo a maior) fragilidade de um documento importantíssimo: a limitada força de sua lei.

A prolongar-se essa sucessão anômala de anos quentes, parece provável que as nações envolvidas voltem à mesa de negociação com renovada disposição para alcançar compromissos mais fortes. Por outro lado, fica evidente que a janela para prevenir o pior do aquecimento global se estreita a cada ano que passa (FOLHA DE S. PAULO. O ano do clima. São Paulo, 31/12/2015).

O editorial trata acerca de vários fatores que marcaram o ano de 2015, do ponto de vista ambiental, centrado nas mudanças climáticas. Dessa forma, é evidenciado pelo jornal que não há tempo hábil para ficar mudando de estratégia no momento em que ocorrem catarses, sendo necessário ter mais força de lei, evidenciando um discurso mais alarmista por parte do jornal.

Outro exemplo de discurso de tom alarmista está na reportagem “2014 é o ano mais quente já registrado, aponta Nasa”, assinada como “de São Paulo (redação)”. A matéria trata acerca do recorde do ano de 2014, no tangível à temperatura da Terra, sendo considerado o ano mais quente até então. O resultado mostra que à exceção do ano de 1998, os 10 anos mais quentes, até o período, foram oriundos do século XXI. O estudo foi realizado pela NASA

(Agência Espacial Americana) e pela NOAA – agência governamental americana dedicada aos oceanos e à atmosfera. A base da reportagem é o discurso científico.

Os cientistas consideram que, se a Terra aquecer mais de 2°C, o número de secas, furacões e enchentes aumentará perigosamente. Como nunca se emitiu tanto CO₂ quanto na atualidade, a humanidade tentaria atingir tal marca em poucas décadas (FOLHA DE S. PAULO. 2014 é o ano mais quente já registrado, aponta Nasa. São Paulo, 17/01/2015).

O trecho destacado acima é representativo da cobertura e posição do jornal ao enfatizar a emergência das mudanças climáticas. O discurso de tom alarmista adotado pela Folha de S. Paulo, por meio de números e detalhamentos, prioriza a urgência de se pensar efetivamente em mudanças radicais no que tange ao futuro ambiental.

O editorial “Clima incerto” também enfatiza essa preocupação. O editorial foi publicado pouco antes do início da COP-21 e inicia ressaltando que os então recentes atentados terroristas em Paris⁶⁰ dificilmente motivariam o adiamento da COP-21. O editorial ressalta que o evento continuaria a todo o vapor, de acordo com a reunião do G-20.

Considera-se prudente impedir um aumento da temperatura média da atmosfera terrestre acima de 2°C (ou 1,2°C além do 0,8°C já registrado). Para isso, as emissões de gases do efeito estufa precisariam ser zeradas até 2050 (FOLHA DE S. PAULO. Clima incerto. São Paulo, 21/11/2015).

O editorial denota a situação de contratempo relacionada à questão climática e reforça a importância de diminuir substancialmente as emissões de gases do efeito estufa. Caracterizando, assim, mais um exemplo do discurso do jornal acerca da calamidade iminente das mudanças climáticas. Outro exemplo semelhante de discurso surge no editorial “O Brasil em Paris”.

A cada ano que passa, a janela para conter o efeito estufa se torna mais estreita. Os cientistas estimam que as emissões de carbono precisam cair fortemente até 2050 e chegar a zero logo depois (FOLHA DE S. PAULO. O Brasil em Paris. São Paulo, 29/09/2015).

Não está claro se os avanços obtidos até aqui serão suficientes para destravar um acordo em Paris. Só se pode afirmar com certeza que não bastam para assegurar o

⁶⁰ No dia 13 de novembro de 2015, apenas alguns dias anteriores à COP-21, ocorreram, em Paris, explosões próximas ao Stade de France, além de três tiroteios simultâneos, causando um clima de terror na capital francesa. A COP-21, realizada alguns dias após os fatídicos eventos, aconteceu sob a tensão dos acontecimentos recentes. Mais informações em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/tiroteios-e-explosoes-sao-registrados-em-paris-diz-imprensa.html>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

limite de 2°C e que muito trabalho haverá pela frente até 2050 (FOLHA DE S. PAULO. O Brasil em Paris. São Paulo, 29/09/2015).

Assim, o texto evidencia que os esforços do Brasil no que tange às mudanças climáticas soariam insuficientes na perspectiva do editorial. Em um número considerável de vezes, é repetido pelo veículo, o discurso de que o Acordo de Paris seria insuficiente para alcançar um nível satisfatório de redução de gases poluentes. O editorial acima citado foi publicado antes da Conferência de Paris, porém, a matéria “Clima não é única questão, diz especialista”, de Marcelo Leite, veiculada durante a realização do evento, também bateu nessa tecla:

"Precisamos acelerar isso. Para que aconteça, governos e o setor privado necessitam descobrir como trabalhar juntos", recomenda Cohen. Ele, no entanto, não acredita em progresso em Paris suficiente para observar o limite de 2°C dado como menos arriscado pelos climatologistas (LEITE, Marcelo. Clima não é única questão, diz especialista. Folha de S. Paulo, São Paulo, 04/12/2015).

O editorial “Paradoxo de Paris” é enfático ao destacar:

Espectros de dois fiascos assombram a reunião: Kyoto (1997) e Copenhague (2009) (FOLHA DE S. PAULO. Paradoxo de Paris. São Paulo, 02/02/2015).

Mais uma vez, aparece a COP-15 como um peso comparativo para que a reunião em Paris não decepcionasse. Contudo, o editorial também recorda o problemático Protocolo de Kyoto. Assinado durante a COP-3, em Kyoto, no ano de 1997, tendo entrado em vigor no ano de 2005 e prorrogado durante a COP-18, em Doha, no Catar, trata-se de um documento que ainda não mostrou a que veio.

A matéria “Cumprir o acordo climático será caro e difícil”, também de Marcelo Leite, e publicada dias após o término da Cúpula do Clima, também reforça esse pensamento.

Em Paris, os países ricos renovaram o compromisso de alcançar US\$ 100 bilhões anuais de ajuda aos mais pobres para enfrentar as mudanças do clima – em 2020. É só uma promessa, e mesmo ela quase 90% aquém do necessário (LEITE, Marcelo. Cumprir o acordo climático será caro e difícil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/12/2015).

O texto assinado por Marcelo Leite sublinha que o Acordo de Paris é válido, mas não possui um vislumbre real de como colocar em prática os termos escritos. A matéria assinala que será penosa a manutenção do documento assinado ao término da COP-21, enfatizando que são planos caros e insuficientes. Também é citado, ainda que de forma pontual, que as

expectativas eram grandes após o fracasso da COP-15, realizada na Dinamarca. Como podemos perceber no editorial “Mudanças de Clima”.

Paris não será uma nova Copenhague. A 21ª conferência do clima (COP21) na capital francesa, em dezembro, deve parir um tratado para substituir o Protocolo de Kyoto, embora as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento continuem enormes (FOLHA DE S. PAULO. Mudança de clima. São Paulo, 24/05/2015).

O editorial evidencia que o malogro da Conferência realizada na capital da Dinamarca, em 2009, era um fator que assombrava o evento de Paris. Os dois eventos se assemelhavam no que concerne às expectativas geradas, portanto, a preocupação em não repetir a insatisfação gerada em Copenhague era notória. As comparações com os acontecimentos da COP-15 aparecem, também, em relação ao cenário brasileiro. Podemos embasar tal exemplo por meio da matéria “Apesar de avanço com clima, país já fez mais”, assinada por Marcelo Leite:

É um avanço. Em 2009, para a Conferência de Copenhague, o governo brasileiro falava apenas em desvio para baixo com relação a uma trajetória de crescimento. Ao falar em corte, agora, traz algum alento para a Conferência de Paris, em dezembro (LEITE, Marcelo. Apesar de avanço com clima, país já fez mais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/09/2015).

Mais uma vez, surge a sombra da Conferência de Copenhague, denotando que o fracasso da COP-15 ainda não havia sido superado. Isso demonstra que havia muito em jogo na COP-21. Teria a postura do Brasil alavancado esforços maiores por parte de outras nações? Uma vez que ainda restavam dois meses para o início da Conferência e os resultados foram otimistas ao desfecho do evento, tais esforços, ainda que limitados, podem ter ocasionado desprendimentos maiores por parte dos outros países.

De forma geral, podemos dizer que o discurso do jornal FSP contemplou uma gama de assuntos relacionados à temática ambiental com cerne nas mudanças climáticas. O contexto sócio-histórico foi bem representado, com temas como a COP-21 ou a Encíclica de Francisco. O terrorismo em Paris também teve um enfoque paralelo com o evento realizado na mesma cidade, conforme podemos verificar no editorial “Paradoxo de Paris”.

Tanto quanto o combate ao terror, a mudança climática também divide nações. Há grande concordância sobre a necessidade, e até a urgência, de mitigá-la. Menos, porém, sobre os meios de impedir que o aquecimento da atmosfera ultrapasse 2º Celsius neste século (FOLHA DE S. PAULO. Paradoxo de Paris. São Paulo, 02/12/2015).

O atentado gerou uma nota de repúdio no evento, além da própria questão do combate às mudanças climáticas. O texto jornalístico faz um comparativo de que, à sua maneira, o terrorismo e as mudanças climáticas são acontecimentos que repercutem negativamente e que as nações sabem que precisam combatê-los. Contudo, os meios efetivos para mitigar tais questões são ineficazes.

Outro tema abordado, em menor escala, aparecendo em duas das 38 matérias selecionadas, foi a rixa travada entre os céticos do aquecimento global e os climatologistas, nos Estados Unidos. A matéria “Guerra do Clima”, assinada por Rafael Garcia, gira em torno da questão se os cientistas, chamados climatologistas, devem ou não ter direito ao sigilo dos estudos e avaliações acerca das mudanças climáticas. O embate resvala de um confronto entre os estudiosos do clima e os céticos, que não acreditam na potencialidade do efeito estufa e seus desdobramentos.

É dito que no período da Conferência de Copenhague, a COP-15, em 2009, houve embate semelhante, contudo, em 2015, ano da COP-21, em vez de e-mails vazados, as medidas foram solicitadas com petições, de forma cordial. Esse pedido de quebra de sigilo alega suposta fraude nos tais embasamentos científicos, constituindo que é necessário o acesso à informação e às leis de transparência.

A animosidade entre climatologistas e grupos que questionam a atribuição do aquecimento global às emissões de CO₂ tem crescido, e uma nova guerra pelo controle da informação começa a ser travada nos bastidores, principalmente nos EUA”. (GARCIA, Rafael. Guerra do Clima. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/02/2015).

Por meio do trecho destacado nos é informado que as mudanças climáticas tendem a ser um assunto espinhoso. Talvez por comprometer ou colocar em risco a economia, afinal, quando se fala em reduzir emissões se entende que setores como os combustíveis fósseis terão que ser controlados de forma incisiva. A matéria “Cientista não merece privilégio de sigilo, diz crítico” também vai no viés do assunto da guerra fria entre céticos e climatologistas, dando continuidade a esse segmento.

5 CONCLUSÃO

A partir do exposto, podemos caracterizar o discurso jornalístico da FSP, sob o viés político, como alternando-se entre positivo e negativo no que se refere às mudanças climáticas, com as negativas sendo um pouco mais enfatizadas. Os esforços do país sob um governo petista eram ressaltados, mas as críticas vinham logo em seguida. Conforme visto anteriormente, até Luiz Inácio Lula da Silva, que já não presidia o país, foi citado na cobertura do jornal. Essa visão crítica com ponderações positivas pontuais foi mais corriqueira nas matérias de Marcelo Leite, jornalista da própria redação da *Folha de S. Paulo* e nos editoriais, que caracterizam a opinião do jornal. Porém a matéria de Eduardo Viola, conforme visto nos tópicos anteriores, também trouxe novamente esse viés. A matéria “Emissões chinesas de carbono estão 'dois brasis' superestimadas”, de Gabriel Alves, por exemplo, possui um discurso que valoriza mais os estudos realizados no Brasil sobre mudanças climáticas e assim, traz um aspecto mais positivo do desempenho do país. Contudo, o discurso de que o desmatamento havia recuado de forma surpreendente, mas que tal patamar já estava estagnado e os outros setores da economia estavam à beira de um colapso, foi constantemente reforçado.

A COP-21 e seus desdobramentos, tais como o fato de ser um acordo histórico em sua resolução, mas insuficiente para pensar em uma real descarbonização, foi amplamente debatido também, tal como a problemática dos combustíveis fósseis e a energia limpa. A maioria das matérias foi proveniente do próprio jornal, assinadas por Marcelo Leite, além dos editoriais, no entanto, houve espaço para outros autores e colaboração externa, ou seja, há mais de um ponto de vista refletido na cobertura do jornal. Há uma visão que se sobressai, mas não homogênea.

A Amazônia surgiu com enfoque dado ao desmatamento. Ao abordar o desmatamento como um dos principais “vilões” na luta contra o aquecimento global, a “floresta” ganhou ares de protagonista na cobertura analisada. Conseqüentemente a Amazônia, que como vimos na concepção de Almeida Filho (2016) tem o status de uma marca, algo tão forte no imaginário como uma Microsoft ou uma Coca-Cola.

Existe um grau de ceticismo, também, na cobertura. Como pôde ser visto anteriormente, os textos de Ricardo Miotto (“Mudança Climática não leva a mais tempestades, diz estudo”) e Marcelo Leite (“A lenda dos rios voadores”) trazem consigo questionamentos acerca de atribuir certos fenômenos ao aquecimento global. Os autores trazem a visão de que enquanto não houver embasamento científico, os discursos sobre aquecimento global tendem a ser uma

falácia. A cobertura jornalística da FSP encontrou no discurso científico e na formação discursiva correspondente, a base para construção dos sentidos da narrativa jornalística.

Foi o caso de matérias que citaram estudos de revistas de ciência como “Homem é inocente na morte da megafauna”, de Reinaldo José Lopes, baseada em estudo publicado na revista *Science*, ou da matéria “Emissões da China estão ‘dois Brasis’ superestimadas”, de Gabriel Alves, baseada em estudo publicado na revista *Nature*, ou ainda da matéria “Antártida está ganhando gelo, não perdendo, diz Nasa”, cuja origem era a redação (“de São Paulo”), que discute um estudo publicado no *Journal of Glaciology*.

Ratificando que as revistas *Nature* e *Science* são revistas científicas bastante prestigiadas. A *Nature* tem sede principal em Washington, Estados Unidos, mas também possui sede física em Cambridge, no Reino Unido. Já o *Journal of Glaciology* é oriundo de Cambridge, também no Reino Unido. Ou seja, são discursos que partem de estudos científicos, dessa forma caracterizando um dos aspectos da análise discursiva com cerne nas mudanças climáticas do jornal FSP.

O respaldo científico também pode ser comprovado ao verificarmos como fontes recorrentes, Carlos Nobre, presidente da Capes hoje e climatologista, tendo sua voz acionada em quatro textos jornalísticos. Tasso Azevedo, coordenador do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) teve a fala acionada em duas matérias, mesma quantidade de vezes que o climatologista da Universidade da Pensilvânia, Michael Mann.

Outros embasamentos científicos foram acionados por vozes como a de Steve Cohen, diretor-executivo do maior centro de pesquisa da Universidade Columbia (EUA), o Earth Institute; o físico da USP Paulo Artaxo, Frédéric Laliberté da Universidade de Toronto e Raoni Rajão, pesquisador da UFMG, todos aparecendo como fontes uma vez na cobertura.

Fora o discurso embasado em formações discursivas de cunho científico, também foram identificadas as de cunho político e econômico, além de ambiental. O embasamento político aparece, por exemplo, ao se recorrer a falas de pessoas tais como Dilma Rousseff (à época Presidenta do Brasil), Barack Obama (que presidia os Estados Unidos em 2015), Marina Silva (candidata à presidência do Brasil nas três últimas eleições e ex-Ministra do Meio Ambiente) e Laurent Fabius (que em 2015 ocupava o cargo de Chanceler da França).

Temos por exemplo, a matéria “Dilma recebe Merkel para reforçar relação”, assinada por Leandro Colon, que trata da visita da Chanceler alemã ao Brasil e foca no acordo e contexto político envolvido. A matéria aborda a passagem relâmpago da chanceler alemã Angela Merkel ao Brasil em encontro com a então Presidenta Dilma Rousseff. O autor

Leandro Colon relata que Rousseff se encontrava em um momento político bastante delicado, numa crise político-partidária que hoje sabemos que não se resolveria em seu mandato, pelo contrário, ocasionando seu *impeachment* em agosto do ano seguinte. A chanceler alemã também, de acordo com a matéria, não se encontrava em momento harmonioso na conjuntura política europeia do momento, devido a um resgate financeiro relacionado com a Grécia. Mas uma olhada mais profunda na situação mostra duas mulheres ocupando cargos majoritariamente masculinos e, cada uma a sua maneira, alvo de machismo por parte da sociedade.

Ou seja, a imagem de Dilma Rousseff nos idos de 2015 já estava bastante abalada, o que configura que naquele momento histórico o discurso negativo acerca da Presidenta era algo corriqueiro. A FSP lançou alfinetadas moderadas, mas visíveis à então Presidenta.

Já os sentidos relacionados ao meio ambiente e à formações discursivas correspondentes, aparece, por exemplo, com as falas de Carlos Rittl, ambientalista e Secretário-Executivo no Observatório do Clima, falas que aparecem acionadas três vezes durante a cobertura do jornal. Ressalta-se, no entanto, o fato da questão ambiental estar presente de forma interdisciplinar na cobertura jornalística, coexistindo com outros discursos que se cruzaram, provenientes de outras formações discursivas.

Ressalta-se que a voz do cidadão comum foi praticamente invisibilizada, tendo sido destacada a voz de especialistas, estudiosos e políticos. Traquina (2012) explica que as fontes conflituosas fazem parte do jornalismo, sendo que a afirmação de somente uma fonte pode acarretar problemas da ordem de credibilidade. Logo, é necessária uma voz antagônica para reforçar a idoneidade da notícia, ainda que não seja possível comprovar um fato apenas por meio do antagonismo de informações.

O fato é que na cobertura da FSP, os pontos de vista, mesmo quando plurais, não denotaram necessariamente antagonismo. Existiram, na maioria das vezes, para sustentar um posicionamento do próprio jornal.

O tom alarmista sobre o tema adotado pela publicação ficou perceptível em algumas matérias como: “Homem é inocente na morte da megafauna”, “Guerra do clima”, “Brasil carbonizado” e “Regra sobre área indígena pode afetar clima”. Dessa forma, foi recorrente o uso de palavras ou termos como “terror”, “distúrbio social”, “colapso”, “perturbação climática”, “devastação” e “destruição”. Na contagem geral, dos 38 textos jornalísticos, pelo menos 21 tinham palavras ou termos no título e/ou texto contendo um viés alarmista.

A cobertura contemplou a abordagem de assuntos polêmicos, como a batalha entre céticos e climatologistas nos Estados Unidos ou mesmo a ligação das mudanças climáticas

com perdas valiosas da megafauna, enfatizando o quão pouco tempo temos para estabelecer metas que possam reduzir as emissões.

Podemos considerar que o discurso também buscou ser didático, pois dos 38 textos jornalísticos, 21 deles fotos, gráficos ou infográficos. Alguns gráficos e infográficos, inclusive, ajudaram a entender mais detalhadamente alguns desdobramentos das mudanças climáticas.

A polifonia a serviço nos textos do jornal FSP, muitas vezes ratificou o pensamento do próprio jornalista. Fontes “convenientes” foram observadas na maioria das reportagens ou notícias, objetivando dar concordância à abordagem feita. Exceção natural aos editoriais, que constituem a visão do próprio jornal, mesmo vez ou outra recorrendo a fontes.

No geral, prevaleceu uma visão regular e crente acerca das mudanças climáticas como consequência de danos causados ao meio ambiente pelo homem. O discurso cético também apareceu, mas prevaleceu um entendimento que enfatiza as mudanças climáticas como consequência do processo econômico contemporâneo e do não interesse político dos países desenvolvidos em encontrar soluções ágeis para o problema.

De forma geral, a cobertura do jornal *O Liberal* trouxe uma quantidade razoável de matérias abordando as mudanças climáticas, sendo, a priori, 102. Na FSP foram 174. Comparando a abrangência de ambos os jornais, há uma diferenciação considerável na quantidade, mas o jornal paraense superou as expectativas preliminares. Buscas no Portal ORM, sem assinatura (ou seja, procedência da origem do texto), denotaram um número inexpressivo, logo, ao fazer a busca com assinatura na versão digitalizada o número surpreendeu.

As formações discursivas predominantes em *O Liberal*, como já mencionadas, são as de cunho científico, ambiental e político. Podemos embasar o respaldo científico exemplificando que determinados textos se basearam em estudos científicos, como a matéria “Pecuária e fogo emitem metano na Amazônia”, baseada em um estudo do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), da USP; a matéria “Brasil reduziu em 15% gases de efeito estufa”, assinada pela sucursal de São Paulo da Agência Brasil, que se baseia em um estudo realizado pelo Observatório do Clima; a matéria “Marajoara não se intimida com as mudanças no clima”, sem assinatura específica, que se baseia em projeto de pesquisa realizado durante três anos por dois programas de Pós-graduação da UFPA; e “Pesquisa inédita no Marajó vai identificar mudanças de clima na Amazônia”, sem assinatura específica, que é baseada em um estudo feito pelos professores Raymond Ward, da Universidade de Brighton, Inglaterra, e Tommaso Giarrizzo, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Além de acionar outras vozes como do

professor Paulo Artaxo da USP, do Pós-doutor em meteorologia Luiz Carlos Molion e da bióloga Luana Santamaria Basso.

O discurso jornalístico que encontra o sentido das palavras na formação discursiva de cunho político é percebido, por exemplo, na matéria “Brasil vai adotar medidas contra combustíveis fósseis”, que trata sobre a visita da chanceler alemã Angela Merkel ao Brasil e seu contato com Dilma Rousseff. Ou então: “Ministra diz que Acordo de Paris incentivará economia de baixo carbono”, na qual a Ministra do Meio Ambiente discute o aspecto mercadológico do tema somado ao componente político. As vozes acionadas foram, por exemplo, do então Presidente Barack Obama, do então vice-presidente americano Al Gore, do governador do Pará (em 2015) Simão Jatene e da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

O discurso ambiental presente na narrativa jornalística é evidenciado em matérias como “Marajoara não se intimida com as mudanças no clima”, que trata sobre a resiliência das pessoas em uma comunidade humilde amazônica com as mudanças climáticas. Ou nas vozes acionadas de José Raimundo Abreu de Sousa, coordenador do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Hubert Weiger, presidente da Aliança para o Meio Ambiente e Proteção da Natureza (BUND), entre outros. Tal como na FSP, *O Liberal* também não concedeu voz ao cidadão comum. Priorizando especialistas, autoridades e afins, as perspectivas mostradas nos textos se assemelharam aos do veículo do Sudeste.

Um fato relevante já mencionado sobre a cobertura de *O Liberal* é justamente ser muito pouco autoral, ou seja, poucos textos oriundos do veículo das ORM. Além dos textos já assinalados como de agências de notícias, outros sem assinatura também são associados a este tipo de agências, sendo tal fato perceptível no decorrer dos textos que associam às informações como oriundas das agências. As matérias sem assinatura específica mas que tem informações provenientes de agências foram: “Temperatura no planeta deve subir 3°C, diz ONU” (*O Globo*), “Igrejas devem lutar pela preservação” e “OAB debate o meio ambiente sob a perspectiva da encíclica do Papa” (*Agência Brasil*), “Pecuária e fogo emitem metano na Amazônia” (*Agência USP de Notícias*), “Obama quer meta climática ambiciosa” (*GI*) e “Temperatura alta bate recorde em Belém” (*GI Pará*).

O recurso de utilização de agências de notícias como fonte, bastante utilizado na cobertura de *O Liberal*, aparece, inclusive, em matérias sobre a própria Amazônia. Ou seja, mesmo estando localizado na localidade em questão, o jornal paraense recorre às agências de notícias, por vezes, para alimentar o conteúdo do veículo de comunicação.

É o caso das matérias já citadas: “Pecuária e fogo emitem metano na Amazônia” e “Ciência estuda formação de nuvens na Amazônia”, a primeira, sem assinatura específica, mas com informações oriundas da *Agência USP de Notícias* e a segunda assinada como “São Paulo - Agência Estado”. Ambas trazem a palavra Amazônia no título, são informações que contemplam o próprio território, mas foi necessário recorrer às agências de notícias localizadas no Sudeste para serem publicadas na edição impressa de *O Liberal*.

Ou seja, a Amazônia ganhou destaque evidente na cobertura de *O Liberal*, fato explicado por Traquina (2013) como o valor-notícia da proximidade sendo um elemento básico da prática jornalística. Contudo, isso não categorizou uma ida ao campo, uma vez que algumas das notícias são assinadas ou embasadas por agências de notícias e outras nem tem assinatura de um repórter.

Ao contrário do jornal FSP que enfatizou a relação Amazônia e floresta, o jornal paraense deu mais destaque ao território e outros tipos de discursos, saindo do lugar comum da floresta, rios e derivados.

Silva (2012) analisou os discursos do jornal *O Liberal* referentes ao empreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte entre os anos de 2009 e 2010, alegando também que muitos dos discursos produzidos no jornal foram provenientes de agências de notícias e correspondentes de sucursais em Brasília, por exemplo. Ou seja, foram discursos produzidos em áreas distantes de Belo Monte.

Dos 27 textos jornalísticos do jornal *O Liberal*, 18 trazem fotos ou infográficos. Mais especificamente, 15 trazem fotos e três trazem infográficos. As fotos de *O Liberal* são provenientes de fontes como arquivos do próprio jornal paraense, Casa Branca, *Agência Pará*, *Agência Brasil* e de Oswaldo Forte, editor de fotografia de *O Liberal*. Entre os infográficos com fonte reconhecida, está um proveniente do 2º Distrito de Meteorologia. Não se trata de uma cobertura com teor didático, como aconteceu com FSP. Dos três infográficos, um número pequeno, destaca-se um mostrando as temperaturas máxima e mínima no Pará. As fotos são meramente ilustrativas na maioria. Somente um editorial foi encontrado e analisado sobre o tema, demonstrando o pouco interesse editorial da publicação sobre as mudanças climáticas.

A utilização maciça de agências de notícias pode indicar alguns fatores, como problemas orçamentários da empresa ou um suposto novo estigma dos veículos de comunicação, cujos repórteres não vão a campo, exigindo-se de alguns profissionais contemporâneos um bom arsenal de “expertises multimídia”. A convergência neste caso específico, chegou ao jornalismo paraense em outubro de 2015 por meio do aplicativo “Vc na

TV Liberal”⁶¹. O aplicativo em questão possibilita a qualquer pessoa o envio de fotos, vídeos e textos. O objetivo é fazer das pessoas, em geral, repórteres em potencial, podendo divulgar seu material.

Vimos anteriormente que Jenkins (2009) considera por Convergência, conteúdos fluindo por distintos tipos de mídias. A mesma Convergência que permite a um internauta acessar o conteúdo impresso do jornal *O Liberal* por meio de um celular ou monitor de computador, é a mesma que possibilita a um transeunte filmar um acidente e mandar as imagens para o jornal televisivo das ORM.

O discurso do veículo impresso paraense, no que tange à cobertura acionada sobre as mudanças climáticas, acaba sendo refém da informação oriunda das agências de notícias. Falta regionalidade na cobertura de alguns subtemas. A quantidade de matérias de cunho político relacionadas ao tema não é expressiva se comparadas às da FSP. A COP-21 e os desdobramentos compreenderam um número mais significativo na cobertura de *O Liberal*. Os efeitos de sentido não foram muito diferentes da FSP, acionando perspectivas de que era um evento esperado e importante, mas que necessitava de medidas mais ambiciosas e legalmente vinculantes.

O subtema referente à utilização de combustíveis fósseis, que também não tem uma abordagem tão expressiva, assemelha-se ao da *Folha*. Relata que a descarbonização é algo urgente e trata sobre os malefícios dessas substâncias, indicando que o certo seria erradicá-la, ainda que pareça uma utopia.

A Polifonia em *O Liberal* é percebida, na maioria das vezes, como composta por vozes convergentes. São utilizadas fontes que muitas vezes estão ali para complementar o que já está sendo discursado, há pouco conflito entre as vozes acionadas explícita ou implicitamente. Ou seja, trata-se de aspecto em comum com a FSP. Não há configurações de muitas vozes divergentes nessa perspectiva das mudanças climáticas. As próprias fontes das áreas política, ambiental e científica, com autoridades que se repetem, são recorrentes. É o caso de Carlos Rittl e Izabella Teixeira, que aparecem em ambos.

Comparar jornais de estruturas diferentes, históricos distintos e orçamento desigual não é uma tarefa simples, especialmente se a temática envolvida for tão ampla, como é o caso da ambiental. A cobertura da *Folha de S. Paulo* no concernente às mudanças climáticas em 2015, contemplou mais subtemáticas, com reportagens in loco, produzindo um discurso no qual a polifonia foi mais explicitada. *O Liberal* adotou posicionamentos genéricos, a partir de

⁶¹ Mais informações em: <<http://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/noticia/2015/10/tv-liberal-lanca-aplicativo-para-celular-vc-na-tv-liberal.html>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

informações de agências de notícias, especialmente no aspecto político envolvido na questão. No entanto, sob o ponto de vista amazônico, recapitulando Traquina (2013), valorizou o elemento proximidade em seus textos. Os jornais, em suma, construíram um discurso cuja polifonia esteve explicitamente demonstrada, revelando, inclusive, a quase omissão de agentes sociais como índios ou ribeirinhos, e cujos sentidos puderam ser encontrados em formações discursivas de cunho predominantemente político e científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. A COP15: apontamentos de campo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 121-132, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/en_11.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

AMARAL FILHO, O. **A Marca Amazônia**: o marketing da floresta. Curitiba: Editora CRV, 2016.

ARAÚJO, R.; LÉNA; P. **Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BANERJEE, S. B. Quem sustenta o Desenvolvimento de quem? O Desenvolvimento Sustentável e a Reinvenção da Natureza. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Org.). **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2003. p. 75-130.

BARROS, D. L. P. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Org.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 2003, p.1-9.

BATISTA JÚNIOR, M. R. M. O poder de intervenção do Estado no setor privado. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 19, n. 3881, fev. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/26662>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BENETTI, M. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107-122.

BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200013>. Acesso em: 16 set. 2017.

BORDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

CASTRO, A. O.; SEIXAS, N. S. A. História, discursos e relações de poder nas páginas de O Liberal. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Alcar, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/historia-discursos-e-relacoes-de-poder-nas-paginas-de-o-liberal>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, L. M. Um bom negócio: o discurso empresarial no jornal FSP no contexto das mudanças climáticas. **Revista Comunicare**, v. 16, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Um-bom-%20neg%C3%B3cio-o-discurso-empresarial-no-jornal-FSP-no-contexto-das-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2018.

COSTA, L. M. **As mudanças climáticas na pauta da mídia impressa brasileira: informação e desinformação na construção de políticas públicas para a Amazônia**. Projeto de Pesquisa apresentado e aprovado pelo CNPq (Edital de Ciência Humanas), 2010. Mimeo.

_____. O esverdeamento da imprensa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 41-56, 2006a. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2289>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

_____. **Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará. Brasil, 2006b.

COSTA-HUBES, T.C; FEDUMENTI. T.S.B. Notícia e Reportagem: Semelhanças e Diferenças entre Gêneros da Esfera Jornalística. In: II Seminário Nacional em Estudos da Linguagem: Diversidade, Ensino e Linguagem, 2., 2010, Cascável. **Anais...** Cascável: UNIOESTE, 2010. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/eventos/iisnel/CD_IISnell/pages/simposios/simposio%2006/NOTICIA%20E%20REPORTAGEM%20SEMELHAN%C7AS%20E%20DIFEREN%C7AS%20ENTRE%20GENEROS%20DA%20ESFERA%20JORNALISTICA.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

DUTRA, M. S. **A Natureza da Mídia**. São Paulo: Annablume, 2009.

FAUSTO NETO, A. A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura de recepção. In: SOUSA, M. W. (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 189-222.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERNANDES, M. F. Desenvolvimento Sustentável: Antinomias de um Conceito. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Org.). **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2006. p. 129 - 166.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **A Ordem do Discurso**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GREGOLIN, M. R. Análise do Discurso e Mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105/106>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEITE, M. **A Floresta Amazônica**. São Paulo: Publifolha, 2001.

LEAL, B. S; CARVALHO, C. A. Jornalismo e polifonia: problematizações conceituais e metodológicas. **ALCEU**, v. 16, n. 31, p. 155-170, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2031%20pp%20155-170.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2018.

LIMA, R. **Vozes em Cena: análise das estratégias discursivas da mídia sobre os escândalos políticos**. Belém: Fadesp, 2010.

LYCARIÃO, D. **Mudanças Climáticas sob o Prisma da Esfera Pública: a mediação jornalística como fator de legitimação democrática no caso da COP-15**. 2014. 334 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/13216145/MUDAN%C3%87AS_CLIM%C3%81TICAS_SOB_O_PRISMA_DA_ESFERA_P%C3%9ABLICA_a_media%C3%A7%C3%A3o_jornal%C3%ADstica_como_fator_de_legitima%C3%A7%C3%A3o_democr%C3%A1tica_no_caso_da_COP-15>. Acesso em: 8 ago. 2017.

LUFT, M. S. **Jornalismo, Meio Ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais *O Liberal* do Pará e *A Crítica* do Amazonas. São Paulo: Annablume, 2005.

MARENGO, J. A. O futuro clima do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 25-32, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99280>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MARENGO, J. A. et al. Aquecimento global e Mudança Climática na Amazônia: Retroalimentação Clima-Vegetação e Impacto nos Recursos Hídricos. **Amazonia and Global Change Geophysical Monograph Series**, n. 186, p. 273-292, 2010. Disponível em: <https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia_global_change/17_Aquecimento_Global_Marengo.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MARENGO, J. A. Água e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 83-96, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a06.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

MASSARINI, L.; CARVALHO, V. B.; SEIXAS, N. S. A. Ciência e Mídia na Região Norte Brasileira: um estudo sobre três jornais paraenses em 130 anos. In: SEIXAS, N. S. A.; COSTA, A. C.; COSTA, L. M. (Org.). **Comunicação**: visualidades e diversidades na Amazônia. Belém: FADESP, 2013. p. 123-145.

MONT'ALVERNE, C; MARQUES, F. P. J. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 121- 137, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n1p121>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

NOBRE, C. A.; SAMPAIO, G.; SALAZAR, L. Mudanças Climáticas e Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 22-27, jul./set. 2007. Disponível em: <<http://cienciae cultura.bvs.br/pdf/cic/v59n3/a12v59n3.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

NOVAES, W. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 79-93, maio/ago. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a05.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

PRESSLER, N. **Comunicação & Meio Ambiente**: Agências de Cooperação Internacional e Projetos Socioambientais na Amazônia. Belém/Manaus: UNAMA/UEA, 2012.

REDCLIFT, M. R. Os Novos Discursos de Sustentabilidade. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Org.). **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2006. p. 51-75.

REIS, C.; MATTEDI, M.; BARRIOS, Y. R. Mídia e Desastres: panorama da produção científica internacional de 1996 a 2016. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 40, n. 2, p.77-92, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201725>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

RIBEIRO, M. L. N.; ANDRADE, T. H. N.. A Questão Políticas das Mudanças Climáticas. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 211-225, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiradects.ufscar.br/index.php/cts/article/viewFile/137/59>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

RODRIGUES, A. S. B. Pesquisa em Jornalismo na e sobre a Amazônia: promoção e qualificação do debate acerca da questão ambiental. In: SEIXAS, N. S. A.; COSTA, A. C.; COSTA, L. M. (Org.). **Comunicação: visualidades e diversidades na Amazônia**. Belém: FADESP, 2013. p. 269-291.

SAMPAIO, R. C.; FONTES, G. S.; FERRACIOLLI, P. Molduras de uma tragédia anunciada: enquadramentos do desastre de Mariana. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 55-72, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201734>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SILVA, A. T. **Amazônia na Agenda Ambiental Global**. Belém: NUMA/UFPA, 2015.

SILVA, J. **Desenvolvimento & Socioambientalismo: uma Análise do Discurso Jornalístico de O Liberal e Diário do Pará sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. 2012. 266 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0Bx0oZ3jfRb2SckllcmVHcENOWXNkLTVYtUlmNUxZRT_V6WXc4/view> . Acesso em: 27 out. 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. **Teorias do Jornalismo Volume I: Porque as notícias são como são**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.